

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS  
Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana  
Departamento de Serviço Social

**PATRÍCIA PEREIRA LOPES**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO OCUPACIONAL  
SINDICAL**

Porto Alegre

2019

**PATRÍCIA PEREIRA LOPES**

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESPAÇO OCUPACIONAL  
SINDICAL**

**Orientadora:**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana Reidel

Projeto de Pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado junto ao Curso de Serviço Social como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel.

Porto Alegre, 2019

### CIP - Catalogação na Publicação

Lopes, Patrícia Pereira  
O trabalho do Assistente Social no espaço ocupacional  
sindical/ Patrícia Pereira Lopes  
. -- 2019.  
99 f.

Orientadora: Tatiana Reidel.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação  
Humana, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS,  
2019.

1. Trabalho de Assistentes Sociais; 2. Espaço  
sócio ocupacional sindical; 3. Promoção e Prevenção  
de direitos. I. Reidel, Tatiana, orient. II. Título.

## TÍTULO

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação,  
apresentado como requisito parcial para obtenção  
do grau de Bacharel em Serviço Social, à  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 03 de julho de 2019.

A comissão Examinadora, abaixo assina, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado por Patrícia Pereira Lopes, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Comissão Examinadora

---

Profª Drª Dolores Sanches Wunsch

---

Profª Drª Tatiana Reidel

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a minha família, procurando ser mais específica agradeço às minhas diversas famílias formadas principalmente por elos não sanguíneos, mas de afetos. Nessa linha, começo pela Carmen Rosane, minha quase mãe, mas intitulada irmã que abre na família Lopes a possibilidade de incluir um novo ser para esse núcleo e me ensina algo que nunca aprendi, que foi me preparar para uma despedida que desde cedo era prevista, mas que somaram-se sete anos (pouco e bastante...). Na sequência, minha mãe Suely e meu pai Mário que recebem a mim enquanto uma possibilidade e me abrem os braços para um novo nome, uma nova vida numa relação com a vida que a pouco havia se iniciado.

Minha mãe, que infelizmente não está mais aqui, mas que mesmo sem entender direito o que eu queria para o meu futuro, me apoiava e fazia de tudo para demonstrar através do cuidado que nos tinha como as pessoas mais importantes de sua vida e que vibrava e mulher de fé que era, tinha suas orações como a materialização de amor. Meu pai, enquanto pessoa que nunca entrou numa escola para estudar, é uma das pessoas que incentiva a dar os primeiros passos, por entender que é a única coisa que ninguém nos tira, o conhecimento. Homem que se me mostrou suas lágrimas muito recentemente e que tem dificuldade de expressar seus sentimentos diretamente, mas deixa recados fofos que temos aprendido a compartilhar e devolver.

Na sequência refiro meus outros irmãos, Gílio e Lúcia que podiam ser meus pais, e que se aproximam de mim de maneiras distintas. O Gílio, que com seu jeito brincalhão, foi e é meu ídolo travesso, me carregava dentro de um saco de milho para “me proteger das corujas” e hoje compartilha das trocas da vida adulta, me mostrando também seus medos, mas especialmente como busca por em prática mudanças que acredita. A Lúcia, como uma mulher muito parecida com a minha mãe, passo a entender e me aproximar a pouco tempo e é ele, que converge a mudar essa e outras relações, que nos amadurece. Minha cunhada Luci Mari, a amiga mais velha (mas nem tanto) que super aberta ao diálogo constrói junto comigo teorias e desabafos, que participa e compartilha estando nós perto ou longe, das mudanças de quem somos e com toda sua sinceridade aponta pontos de vista. Aqui já incluo a minha sobrinha que às vezes apresento como prima, a Ingrid que foi minha boneca humana quando pequena e que se parece tanto comigo quando eu penso em quem eu era a um tempo atrás e que gosto de compartilhar histórias, que confio. Meu afilhado Guilherme, todo afetuoso e cheio de

opiniões, maior fã do homem de ferro e super presente, amigo. Íris, minha afilhada que tem o jeitinho mais maroto de expressar afetos, que vibra e torce por quem ama mesmo que não seja o que gostaria e a Iasmin, pequena cheia de atitude, que vive nos surpreendendo. Sujeitinhos esses que sou apaixonada e que apoio e me apoiam.

Vó de coração como sempre chamei a vó Antônia que abriu as portas da sua casa pra me acolher e que também foi e é a senhorinha mais jovem internamente que já tive a oportunidade de ouvir e conversar, numa relação fraterna que me apresentou novas formas de ver e viver a vida.

Na continuidade das famílias, um agradecimento ao fruto do Carnaval, de trocas e como sinônimo simples da essência de companheirismo - Pablo, numa troca constante de aprendizado e que segurou as pontas da ansiedade, dos medos e construiu e constrói caminhos comigo e quem tem crescido ao meu lado. É a partir dessa junção que se adentra a Frô, a cachorrinha filha que desse jeito fofo de ser me tira da correria para viver serelepices. Aqui incluo a dona Lu, a Delu, a d. Val e o Henrique que participam e nos apoiam a buscar nossos sonhos, a pensar alternativas e estão dispostos a construir conosco. A Andréa, o Jader, a Manu e a Leca, bem como, a Gaia e a Guapa, que me receberam e me incluíram. Que têm um jeito muito diferente e leve, me ensinaram de mais e firmaram um elo de afeto e confiança com um jeito na perspectiva de voos.

A Líliam, a Erne, a Ethiana, a Cris, meus pacotinhos de afetos agora mais distantes, mas que torcem, apoiam e puxam orelha. Miojo (dançarino mestre) e o Lelo (zueiro indignado), uns dos meus confidentes e suportes nas barras da vida, com jeitinhos muito diferentes, mas que seguraram o compartilhamento das tretas da vida com um compromisso voluntário por compartilhar momentos e afetos. A Dani, que independente de onde a gente mora, se preocupa e constrói um nível de presença afetiva e tem uma cumplicidade que me alegra regar. A Raíssa, que me presenteou com o amuleto da sorte para entrar na universidade que não foi aquele colar não, foi a amizade. A Nicki, cheia de gestos e expressões nas nossas conversas intermináveis super realimentadas nesses tempos de correria.

Dos amores que a graduação me proporcionou e que estiveram comigo nos momentos mais diversos, a Cris atenta pra cevinha ao grupo de estudos, das comidinhas do corpo e os papos da alma; Carol, o girassol que, não sei se foi antes ou com o trem que passou a estar no meu lado, direta, curiosa e doce. Amiga artista que faz aquarela em nossas vidas e transfere para o papel as percepções Mabelísticas. Amandita, que une histórias fora da universidade

nessa busca de juntar esse grupo só pra desacelerar. Falar também da Bruna que me acompanha desde o cursinho Resgate e a turma de entrou comigo em que muitos se descobriram em outros caminhos e que é no decorrer de toda graduação uma parceria gostosa, uma turma unida e querida.

As mulheres do Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais: Rosa, Dulce, Jéssica's (Jeska e a Degrandi), Daia, Poli, Aninha, Mi, Tassi, Mari e Moara. Espaço de vivências e aprendizados diário construído como um lugar leve e de gentileza. Compartilhamentos que vão além de tardes gostosas, mas de admiração.

Como eu admiro essa galera, há fragmentos de vocês em mim, especialmente sobre feminismo, sobre me perceber como mulher e compreender ou apenas tentar identificar as implicações dessa construção social em cada um. Essas mulheres, me ensinaram a pensar um pouco fora da caixa, sem padrões e com respeito por quem somos e nossas histórias.

Aos professores, os motivos pelos quais as metamorfoses acontecem, de forma geral, a Alzira, Dolores, Jussara, Míriam, Solange, Thaísa, Tiago, Vanessa e Loiva, mas com carinho muito especial a Mailiz (minha supervisora de campo) que sempre dá tudo de si e ainda mais um pouquinho, que me incentiva e fez e faz caminhos e diálogos; Taty que fala com os olhos e nos captura (de um jeito bom) e que eu tive o prazer de ter como orientadora validando minhas ideias e contribuindo tanto na minha trajetória; Rosa, que me acolheu desde o início da graduação e me apresentou um mundo da universidade que não possível a todos, numa relação de comprometimento e carinho, pontuando histórias da vida quando nos foi importante;

Meu estágio obrigatório, primeiro falar da super Dulce, que transcende esse papel e é minha amiga da vida. Compreendeu meu tempo de assimilação e me mostrou do seu jeito que além de uma mulher fantástica, é um profissional admirável. Ela também presenteou com o fantoche mais fofo, uma surpresa linda para cada uma de nós. Agora falar dos meus pares, as estagiárias: Ana que me presenteava com devaneios e teorias da sociedade e da vida, hoje formada, uma das psicólogas que admiro e tenho afeto; A Luísa, desses seres que a gente tem vontade de ficar perto que quero que ultrapasse ciclos comigo, que me ensinou o que é validar uma pessoa e que me ensina valores na nossa amizade, tenho orgulho da nossa parceria de atendimentos que se complementam. Agradecer a Emylin que, fechou com chave de ouro meu novo estágio no mesmo campo, pois me mostrou outras formas de trabalhar, com seu jeito divertido, afável e comprometido, ampliou os horizontes e os laços desse espaço tão diverso

que é o sindicato. A Fabi, que com sua criatividade me ensinou de formas diferenciadas a interdisciplinaridade do trabalho. Não posso deixar de mencionar as pessoas incríveis que trabalham nesse local e que foram parte das construções de aprendizados no decorrer desses quase dois anos: Dudu, Bel, Mari, Taís, Gabi, Edi, Gui, Arlei, Julinha, Gê, Maga, Lisi e Rê.

E a diretoria colegiada, especialmente, a Carmem que só conhecendo pra perceber a doçura dessa mulher guerreira, a Eloísa e a Josi que pontualmente dão contribuições dadas as possibilidades. O Zé e o JP que tantas vezes se disponibilizaram a explicar o que há de mais básico ao mais complexo do mundo do trabalho, das lutas, de análises de conjuntura. Tia Nilza (sim, eu a chamo de tia) que conhece e vive, em toda sua alegria os processos de mudança e que apontam de forma brilhante as histórias sindicais. A Sônia me ensinou a usar minhas convicções como posicionamentos políticos que são. A Sandra, a Rosangela e o Glaucio, que programou junto a mim e a Lu, mas também à equipe SST uma rede de ideias e de renovação e entusiasmo. Estagiar num espaço sindical que defende a classe trabalhadora foi um processo único, rico que aprendi e vivi intensamente e que eu me pergunto até hoje se consegui apreender tudo, dada infinidade de possibilidades. E falar também dos usuários que atendi e me ensinaram a ver junto com essa equipe linda que não foi possível mencionar nem metade dos nomes o quanto o olhar ao trabalhador importa e que coletivamente é possível.

Não posso encerrar sem mencionar alguns profissionais que passaram pela minha vida e com sua ética e técnica de trabalho contribuem para esse processo formativo, são eles: Thaís (PRAE) que posteriormente me encaminha para Carmela, Marcos e Marina, cada um num momento dessa trajetória e que me auxiliaram a me compreender, me validar, me cuidar e conseqüentemente me transformar. Tentando descobrir quem sou eu na fila do pão? os podcasts, que dentre outros, o Mamilos, com jornalismo que me trouxe junto com a graduação a possibilidade de refletir sobre temas diversos e polêmicos latentes da sociedade, com pontos de vistas incríveis e que formata pontes dentro de mim.

Esses fragmentos que não falam do todo, e as poucas palavras não são suficientes para mensurar o significado da presença de cada um de vocês na minha vida, com formas e resultados diferentes, mas que compõem a maneira de sentir e responder a vida, num crescente íntimo e exterior da mulher e profissional que sou hoje e que sigo aberta a seguir nesse caminho.

## EPÍGRAFE

“Existem muitas hipóteses em ciência que estão erradas. Isso é perfeitamente aceitável, elas são a abertura para achar as que estão certas.”

**Carl Sagan**

"Quando compro algo, ou você compra, não pagamos com dinheiro. Pagamos com o tempo de vida que tivemos de gastar para ter aquele dinheiro. Mas tem um detalhe: tudo se compra, menos a vida. A vida se gasta. E é lamentável desperdiçar a vida para perder a liberdade. "

**José Alberto Mujica Cordano**

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo evidenciar as particularidades do trabalho da(o)s assistentes sociais nos espaços sindicais de trabalhadores do setor público e privado com a finalidade de analisar suas similitudes e distinções. Assim, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa exploratória, tendo como base o método dialético-crítico. O banco de dados se constituiu por meio dos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) 2016 e Encontro Nacional de Pesquisadoras (es) em Serviço Social (ENPESS) 2018. Na primeira etapa, cento e sessenta e sete (167) artigos foram selecionados cinquenta e dois (52), desses, constituiu-se como amostra final vinte e sete (27) pertencentes ao evento CBAS, escolhido por conter mais artigos tratando sobre o trabalho de assistentes sociais em sindicatos. Dos achados, apenas quatro (4) artigos contemplam as três categorias, que são elas trabalho - assistente social - sindicatos na mesma discussão. Para análise das informações foi empregada à técnica de análise de conteúdo. Os resultados traçam considerações sobre o mundo do trabalho, o trabalho de assistentes sociais e brevemente sobre o trabalho dessa profissão em sindicatos. Realizou-se, por meio da pesquisa de campo com assistentes sociais que trabalham em sindicatos de Porto Alegre e região metropolitana que totalizam uma amostra de seis (6) profissionais, por meio da entrevista semi estruturadas cujos achados se referem à vinculação às entidades a partir de 2007, composta por profissionais graduadas em ensino presencial com vínculos autônomos e de carteira, remuneração destoante. No que tange as atividades, o trabalho realizado abrange aposentados e ativos com questões essencialmente ligadas a saúde dos sujeitos e direitos, apontando o relatório social como um dos instrumentos que quando utilizado nesses espaços evidencia as competências da profissão e intensifica a viabilização do que é proposto. A assessoria e consultoria denota um trabalho diferenciado e rico, porém com pouca interação com a totalidade das demandas dos usuários. No que se refere às demandas, é recorrente orientação acerca de questões previdenciárias, de saúde, jurídicas e com uma das entidades abrangendo também assistência social. Estratégias de promoção e prevenção são apontadas como importante metodologia utilizada para responder às diversas expressões da questão social. Sinaliza-se, com este estudo, a importância da ampliação desse campo sócio ocupacional, dado conhecimento e técnicas resultantes do processo da formação que aglomeram diversos pontos de análise que contribuem para responder aos desafios a serem superados. Enquanto análise do estudo, também é possível inferir a potencialidade da educação permanente e na articulação coletiva enquanto instrumentos para ampliação do conhecimento e que as distinções e semelhanças estão relacionadas às referências legais e a compreensão dos gestores e profissionais que compõem o espaço.

Palavras-chave: Trabalho de Assistentes Sociais; Espaço sócio ocupacional sindical;

## ABSTRACT

The aim of this Course Conclusion Paper (TCC) is to investigate the particularities of the work of the social workers in the union spaces of public and private sector workers in order to analyze their similarities and distinctions. exploratory qualitative bibliographic research, based on the dialectical-critical method. The database was constituted by the proceedings of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) 2016 and the National Meeting of Social Work Researchers (ENPESS) 2018. In the first stage, one hundred and sixty seven (167) articles were Fifty-two (52) of these were selected, and the final sample consisted of twenty-seven (27) members of the CBAS event, chosen for having more articles dealing with the work of social workers in unions. Of the findings, only four (4) articles address the three categories, which are work - social worker - unions in the same discussion. For information analysis was used the content analysis technique (BARDIN, 1994). The results outline considerations about the world of work, the work of social workers and briefly about the work of this profession in unions. Subsequently, through field research conducted with social workers who work in trade unions in Porto Alegre and the metropolitan region, a total of six (6) professionals emerged in the semi-structured interviews, the findings that refer to the association with the dated entities. since 2007, composed by professionals graduated in classroom teaching with autonomous and portfolio bonds, with a different pay. Regarding the activities, the work performed includes retirees and active with issues essentially related to the health of subjects and rights, pointing out the social report as one of the instruments that when used in these spaces highlights the skills of the profession and intensifies the viability of what is proposed. As educational potentialities, the group stands out as one of the most used instruments, in contrast to the relationship with the network, still poorly understood as a working tool in this socio-occupational space. The advisory and consultancy denotes a differentiated and rich work, but with little interaction with all the demands of users. As regards the demands, guidance is recurring on social security, health, legal issues and with one of the entities also covering social assistance. Promotion and prevention strategies are pointed as an important methodology used to answer the various expressions of the social question. This study indicates the importance of expanding this socio-occupational field, given the knowledge and techniques resulting from the training process that gather several points of analysis that contribute to respond to the challenges to be overcome. As an analysis of the study, it is also possible to infer the potentiality of permanent education and collective articulation as instruments for expanding knowledge and that the distinctions and similarities are related to the legal references and the understanding of the managers and professionals that make up the space.

Keywords: Work of Social Workers; Socio-occupational union space;

## ABREVIATURAS

ASSUFRGS - Sindicatos dos Técnicos Administrativos da UFRGS, UFCSPA e IFRS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEREST - Centros de Referência em Saúde do Trabalhador

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social

GRANPAL - Consórcio dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PEP - Projeto Ético Político

PT - Partido dos Trabalhadores

SST - Secretaria de Saúde do Trabalhador

SESMIT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

SIU – Segundo Informações do Usuário

SINDISPREV/RS - Trabalhador do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no Rio Grande do Sul

SRT - Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UF - Unidade Federativa

UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – REGISTROS DE SINDICATOS E ASSISTENTES SOCIAIS: .....	11
QUADRO 2 - N DE CONTEÚDOS CORRELATOS AO TEMA DOS EVENTOS ENPESS 2018 E CBAS 2016: .....	13
QUADRO 3 - SISTEMATIZAÇÃO DA AMOSTRA RELACIONADA À - TRABALHO - DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CBAS 2016: .....	17
QUADRO 4 - SISTEMATIZAÇÃO DA AMOSTRA RELACIONADA À - SINDICATOS - DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CBAS 2016: .....	29
QUADRO 5 - SISTEMATIZAÇÃO DA AMOSTRA RELACIONADA À - SINDICATOS - COM RECORTE DE DISCUSSÃO SOBRE - ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL - DOS ARTIGOS UTILIZADOS DO CBAS 2016: .....	46
QUADRO 6 - SISTEMATIZAÇÃO DA AMOSTRA RELACIONADA À - TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL - ARTIGOS UTILIZADOS DO CBAS 2016: .....	49
QUADRO 7 - IDENTIFICAÇÃO DE AS NOS ESPAÇOS SINDICAIS PARA CONFIGURAÇÃO FINAL DA AMOSTRA: .....	50
QUADRO 8 - COMPARATIVO RELAÇÃO TEMPO/QUANTIDADE - FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO CONTINUADA/TEMPO ENTIDADE: .....	52
QUADRO 9 - RELAÇÃO VÍNCULO DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO DAS ENTREVISTADAS: .....	54
QUADRO 10 - OS SEIS TIPOS DE PRECARIZAÇÃO DE DRUCK (2011) E COMO REPERCUTEM NOS SINDICATOS: .....	59
QUADRO 11 - INSTRUMENTAL APRESENTADO PELAS PROFISSIONAIS ENTREVISTADAS: .....	74
QUADRO 12 - GUIA DE VARIÁVEIS PARA ENTREVISTA COM O TRABALHADOR: .....	78
QUADRO 13 - REDE DE ARTICULAÇÃO DO CUIDADO COM O TRABALHADOR REFERENCIADO POR DUAS DAS ENTREVISTADAS: .....	82
QUADRO 14 - DEMANDAS E ESTRATÉGIAS RELATADAS PELAS ENTREVISTADAS NOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS SINDICAIS: .....	84

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO E A PROPAGAÇÃO DAS LUTAS POR MEIO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES .....</b>	<b>16</b>
2.1	A COMPREENSÃO DO CARÁTER CONTRADITÓRIO DO TRABALHO .....	16
2.2	ANALOGIAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PARA O SER SOCIAL .....	20
2.3	CRONÔMETRO DE ADEQUAÇÃO DA PRODUÇÃO: ELEMENTOS DO NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA .....	22
2.4	COMPREENDENDO OS SINDICATOS E SUAS LUTAS .....	27
2.5	SINDICATOS COMO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL.....	46
<b>3</b>	<b>AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SINDICATOS .....</b>	<b>48</b>
3.1	CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	51
3.2	OS PROCESSOS DE TRABALHO NO DIÁLOGO ENTRE PROJETO ÉTICO POLÍTICO, COMPREENÇÃO E CONDIÇÕES .....	57
3.3	DELINEAÇÕES ACERCA DA PRÁTICA PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPAÇO SINDICAL.....	73
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>87</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“...A parte que me cabe”, que baita expressão, percebe? A parte que me cabe, onde me encaixo, onde sirvo, onde posso ser útil. Inventaram que o nome disso é emprego. Trabalhar, entre outras coisas é pertencer, logo é difícil mesmo encontrar alguma coisa que eu poderia ser fora de tudo que me foi oferecido...” Trecho Crônica Inox: Ricardo Treto

Aproximar-se de uma temática, de um saber e sentir-se parte denota leituras, dedicação, apreensão de uma realidade com todo seu conjunto de interfaces. O Serviço Social enquanto profissão tem permeado diversos espaços e, partir de sua perspectiva crítica, se descoberto em com novas formas de pensar o fazer profissional e adentrando em distintos espaços ocupacionais, muitas vezes apenas reconhecidos como apenas articuladores de luta, como o caso de sindicatos de trabalhadores que sempre dialogou com a profissão e que se configura na atualidade como um espaço sócio ocupacional.

A partir da experiência de estágio curricular obrigatório na Secretaria de Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no RS - SINDISPREV-RS (no período de agosto de 2017 até dezembro de 2018) mesmo após sua finalização, mantiveram-se problematizações acerca do trabalho de assistentes sociais no espaço sócio ocupacional dos sindicatos o que instigou a investigar e compreender como a inserção nos distintos processos de trabalho se configuram, bem como de que forma a dimensão política do sindicato pode conectar-se com a direção ético-política da categoria profissional percebida nesses coletivos, que são de grande importância e relevância social para a categoria e a sociedade.

Nesse sentido, neste momento de produção do Trabalho de Conclusão de Curso, busca-se analisar como se configura o trabalho de assistentes sociais em espaços de luta da classe trabalhadora, voltado para a categoria do serviço público e privado, em consonância a conjuntura política vivenciada no país, que tem reconstruído formas de exploração laboral considerada superada, marcadas pelas transformações nos modos de produção e regressão dos direitos da classe trabalhadora.

As questões norteadoras que embasam e conectam a configuração do estuda-se constituem da seguinte forma: Quais as relações entre o trabalho desenvolvido e a direção ética e política defendida pelo Projeto da categoria profissional? Como se caracteriza o trabalho da(o)s assistentes sociais nos diferentes espaços sindicais? Quais são as demandas

recebidas nesses sindicatos pelas assistentes sociais e quais instrumentos e estratégias de trabalho? Quais as condições de trabalho do assistente social nos diferentes espaços sindicais?

Dentre os objetivos, pretende-se investigar as particularidades do trabalho da(o)s assistentes sociais nos espaços sindicais de trabalhadores do setor público e privado com a finalidade de analisar similitudes e distinções entre a perspectiva pública e privada; Poder analisar a relação entre o trabalho desenvolvido e a direção ética e política defendida pelo Projeto da categoria profissional com vistas a refletir sobre a efetivação das orientações da profissão em dados espaços; Identificar como os profissionais definem o seu trabalho no espaço sindical que trabalham com vistas a refletir sobre os processos de trabalho nos distintos espaços sócio ocupacionais. Investigar quais as demandas são atendidas pelas assistentes sociais com vistas a conhecer e refletir sobre os instrumentos e estratégias para efetivação das intervenções realizadas. Assim como, busca-se analisar as condições de trabalho do assistente social no espaço sindical com vistas a refletir sobre o impacto da reestruturação produtiva e dos processos de precarização nestes espaços.

Nessa perspectiva, inicialmente para compor a investigação, foi realizado um mapeamento inicial, por meio de um levantamento de sindicatos de servidores municipais, estaduais do Rio Grande do Sul, federais e nacionais, assim como, sindicatos privados para identificar a quantidade de sindicatos existentes e com isso visualizar posteriormente quantos e quais contam com assistentes sociais no quadro de funcionários da entidade.

Percebeu-se nessa verificação a invisibilidade e burocracia<sup>1</sup> para acessar informações que são de caráter público. Foram diversos setores do Ministério do Trabalho e Emprego visitados que referiram não possuir a informação para uso próprio, bem como não sabiam se a informação seria de caráter público e indicavam a necessidade de solicitação ao órgão, à matriz em Brasília, como responsável maior, inclusive com pedido formalizado através da universidade.

---

<sup>1</sup> Burocracia Para realização da busca via site do governo foi necessário saber dados prévios sobre a entidade para pesquisa específica (CNPJ e/ou nome da entidade) e não há possibilidade de busca por todos os nomes. Via google, as informações poderiam ser parciais pela insegurança das informações coletadas. Por fim, em resposta a um dos e-mails enviados Secretaria de Relações do Trabalho - SRT do Ministério do Trabalho e Emprego, obtivemos as listas de sindicatos que possibilitou sistematizar e buscar as informações pertinentes ao que se almejava.

Tal percurso, ainda que conflituoso foi possível e as informações oficiais foram obtidas. A Secretaria de Relações do Trabalho - SRT do Ministério do Trabalho e Emprego encaminhou as planilhas em *Excel* com a listagem de sindicatos cadastrados e ativos de trabalhadores no Rio Grande do Sul nas diferentes esferas solicitadas.

Para visualizar a constituição da amostra e entender o ponto de partida utilizado, trouxe-se um quadro geral com os registros obtidos e número de profissionais por esfera, conforme quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Registros de Sindicatos e Assistentes Sociais no RS:

Sindicatos RS	Registros	Contatados	N.de entidades que tem Assistente social
Municipais	<b>118</b>	<b>19 região metropolitana e POA</b>	<b>1</b>
Estaduais	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>2</b>
Federais	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>1</b>
Nacionais	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>0</b>
Privados	<b>1056</b>	<b>125 região metropolitana e POA</b>	<b>2</b>
Total	<b>1240</b>	<b>208</b>	

Fonte: Planilha Secretaria de Relações do Trabalho - SRT do Ministério do Trabalho e Emprego. Sistematização (LOPES 2018)

Foi identificado o total de 1240 entidades sindicais de trabalhadores com unidade federativa - UF com sede e registro no Rio Grande do Sul nas diferentes esferas. Nos registros observou-se o total de 118 sindicatos de servidores municipais (indicado no quadro 01), e optou-se utilizar (para fins de contato) apenas as entidades que fazem parte da região metropolitana de Porto Alegre (recorte estabelecido de forma intencional) que, conforme o

Consórcio dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - GRANPAL<sup>2</sup> (2018) - é composto por 13 municípios - e destes 19 sindicatos correspondem, conforme relacionado acima.

Antes de optar-se por buscar apenas região metropolitana e município de Porto Alegre, buscou-se ainda contato para fim de apreciação, com muitos dos sindicatos do interior que foram acessados em diversos momentos diretamente pela prefeitura da cidade por não contarem com estrutura de apoio de grande amplitude. Assim, entende-se também que no interior, os sindicatos normalmente são pequenos e não chegam a constituir-se com funcionários, assim muitas vezes os serviços aglomeram-se em locais mais centrais e com maior número de sindicalizados. Como tinha-se a referência da existência de uma assistente social trabalhando em sindicato de trabalhadores autônomos num município do interior, incluiu-se no quadro amostral que será melhor detalhado no capítulo 3 que apresenta e discute a pesquisa de campo.

Nos contatos feitos com as entidades pertencentes à região metropolitana, foi encontrado apenas um profissional atuando das dezenove (19) entidades existentes, mas sem vínculo empregatício, compreendida como colaboradora e que exerce e atua como assistente social. Na esfera estadual, há duas profissionais trabalhando em diferentes sindicatos dos vinte e cinco (25) que compõem o grupo. Na esfera federal no RS, somam oito (8) entidades e apenas uma (1) tem assistente social contratada e apenas um sindicato nacional tem sede no RS, porém esse não tem profissional da área de serviço social. Na esfera privada foi contabilizado duas assistentes sociais do total de cento e sessenta e oito (168) entidades desse subgrupo, totalizando sete profissionais atuando em sindicatos.

Todo esse percurso foi fundamental para possibilitar a identificação dos caminhos possíveis de realização do presente estudo. Tendo como premissa de perspectiva teórica a vertente dialético crítica Marxista que requisita olhar de forma crítica para a realidade concreta e material, vivida pelos sujeitos possibilitando o entendimento da totalidade para assim dar continuidade e embasamento aos caminhos entre a investigação e as descobertas.

---

<sup>2</sup> GRANPAL - municípios correspondentes: Alvorada - Cachoeirinha - Canoas - Eldorado do Sul - Esteio - Glorinha - Gravataí - Guaíba - Nova Santa Rita - Santo Antônio da Patrulha - Sapucaia do Sul - Viamão - Triunfo

Segundo Minayo (2001), a metodologia é entendida como o caminho entre o propósito e a prática. Assim ela possibilita traçar o percurso a ser seguido no intuito de elucidar os passos a serem realizados, a fim de organizar e proporcionar sentido à jornada. Com isso, ela é essencial para entendimento do contexto da organização e realização da pesquisa.

Assim, a caminhada deu-se em duas etapas, onde utilizou as técnicas de revisão bibliográfica e pesquisa de campo. O estudo realizado constituiu-se no tipo exploratório-descritivo, com abordagem de natureza qualitativa, tendo o olhar voltado para a realidade dinâmica e suas nuances, corroborando identificar através do processo de investigação as questões sobre o foco da linha exploratória. E para análise de ambos e compreensão dos processos realizados nos sindicatos que revelou as intencionalidades e formas de execução do trabalho utilizou-se a técnica de análise de conteúdo com base em Bardin, (1994).

Para realização da pesquisa teórica bibliográfica foi feito levantamento das categorias: Trabalho (pesquisa pela faceta primária - trabalho -), Assistente Social ou Serviço Social e Sindicatos (pesquisa pela faceta primária - sindical -) nos CDs dos eventos: Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) e Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) por conterem artigos escritos por profissionais da área e por serem dois dos eventos mais expressivos da categoria.

Inicialmente, é relevante trazer que ambos os eventos não tem os seus artigos disponíveis de forma on-line até o presente momento. Assim, o levantamento foi realizado manualmente no compilado de trabalhos indexados nos CDs dos eventos. Com vistas a garantir a qualidade do estudo e dificuldade em conseguir os arquivos, optou-se em modificar o método de restrição da investigação que anteriormente era a partir de 2014 (ano esse em que o campo de estágio que instiga a pesquisa reinaugura a Secretaria de Saúde do Trabalhador e contrata assistente social para o setor), e optou-se por utilizar os dois eventos mais recentes (um de cada) para assim contemplar e verificar as discussões em ambos e, assim aprofundar os conhecimentos sobre a temática. Para melhor visualização, o quadro 2:

Quadro 2 - N de conteúdos correlatos ao tema dos eventos ENPESS 2018 e CBAS 2016:

Eventos	N. Artigos	N. contendo os descritores no título e/ou palavras chave e/ou resumo + menção sindicatos no corpo do texto	N. Amostra final após leitura dos resumos.
---------	------------	--	--

ENPESS 2018	<b>1156</b>	<b>98</b>	<b>24+1<sup>3</sup>=25</b>
CBAS 2016	<b>1428</b>	<b>69</b>	<b>24+3<sup>4</sup>=27</b>

Fonte: Sistematização, (LOPES 2019)

O ENPESS de 2018 conta com 1156 artigos, dos quais 98 continham discussões referentes a sindicatos no corpo do texto e um ou mais dos descritores no título e/ou palavra-chave e/ou resumo. Da mesma forma, o CBAS 2016 foi investigado, com 1428 trabalhos e que apresentavam as discussões e os descritores totalizando 69 artigos pré-selecionados. Sequencialmente foi realizada a leitura dos resumos com os seguintes critérios de inclusão: trabalhos que contenham em seu conteúdo a interface de dois dos descritores e especialmente com a composição dos três itens. Dentre as dúvidas que surgiram, optou-se pela leitura do artigo na íntegra para seleção utilizando o Roteiro de Análise e ficha de leitura visualizando o que era pertinente e de interesse para responder os objetivos da pesquisa e nortear os pontos das discussões requisitadas.

Percebeu-se durante o levantamento para categorização das informações que diante do expressivo número de trabalhos analisados o movimento sindical de forma geral não tem destaque, sendo mencionado sucintamente na maioria das vezes, assim como, pouco discutido e acrescido nas estratégias de luta e mobilização da classe trabalhadora. Ademais, a produção voltada para o trabalho de assistentes sociais em sindicatos especificamente mostra-se muito reduzida, totalizando quatro artigos nos dois eventos. O que provoca a reflexão sobre a importância de haver discussões sobre esse espaço, que dialoga de forma muito próxima com a profissão como espaço de trabalho para assistentes sociais, e como se desenvolve o trabalho profissional nessas entidades.

No quadro 2 traz-se o cálculo para dar destaque que apenas um artigo no evento do ENPESS e três no congresso do CBAS contemplavam discussões de trabalho de assistentes sociais em sindicatos especificamente. Assim, para realizar um trabalho com maior profundidade, optou-se por realizar a análise de conteúdo, parte integrante das técnicas preteridas com os artigos do congresso, apenas.

<sup>3</sup> Do total de 25 artigos, apenas um possui ênfase no trabalho de assistentes sociais em sindicatos.

<sup>4</sup> Do total de 27 artigos, apenas três possuem ênfase no trabalho de assistentes sociais em sindicatos.

Para organização do estudo, foi utilizado o *NVivo*: software para métodos qualitativos de pesquisa que estrutura a categorização dos materiais com mais facilidade e a partir desse instrumento, foi realizada análise de conteúdo, onde as fases surgiram nesse contexto através da sistematização e a frequência das informações destacadas (chamadas de unidades de significado) demonstraram as categorias que emergiram dos materiais e encontram-se desenvolvidas nos capítulos seguintes.

Na segunda etapa, a pesquisa de campo, foi submetida e aprovada pelo comitê científico do Instituto de Psicologia da UFRGS e, por envolver estudo com seres humanos, passou pelo Comitê de Ética e Pesquisa para devida verificação e resguardo dos participantes. O mesmo conta com Termo de Consentimento Institucional - TCI para apresentar às entidades. No que se referem à coleta direta com os participantes da pesquisa, neste caso as assistentes sociais, foram pensados locais reservados, indicados pelas profissionais e para fins de entrevista foi lido e solicitado assinatura de aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE informando as condições, critérios, benefícios e possíveis riscos do diálogo.

Esta investigação teve como amostra as profissionais assistentes sociais dos sindicatos de trabalhadores do serviço público federal, estadual e municipais e sindicatos de trabalhadores privados no Rio Grande do Sul, conforme o resultado do levantamento prévio mencionado anteriormente, fazendo-se contato com as mesmas para realização de entrevista semiestruturada para identificação de como essas profissionais percebem o trabalho do serviço social dentro dessas entidades.

A produção aqui apresentada está organizada em três capítulos. Primeiramente no capítulo dois será abordado as considerações sobre o trabalho que confere validade contemporânea em seus processos e a propagação das lutas por meio de sindicatos de trabalhadores e suas lutas, numa construção processual histórica de contrapontos aos ideários do capital até chegar à discussão sobre dupla relação de militante e empregador. No capítulo 3, abrem-se então os resultados das análises direcionadas a pesquisa de campo que aborda o trabalho especificamente de assistentes sociais em entidades sindicais, considerando seus processos de compreensão e condições, práticas e reflexos.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais que fazem destaque à algumas descobertas que resultam da trajetória do presente estudo ligadas a cada linha temática, bem como, a relação com o caminho percorrido pela autora no decorrer da formação profissional

em diversos espaços de vivências que decodificam comportamentos constitutivos de comprometimento ético com a sociedade.

## **2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO E A PROPAGAÇÃO DAS LUTAS POR MEIO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES**

O presente capítulo vislumbra apresentar a relação do trabalho, enquanto energia disposta para transformação social e da natureza, sendo ele a base da organização social enquanto co-relacionador de poder, saber e dentre outras coisas, denota signos fruto hoje do capitalismo. Na contraposição necessária, com os movimentos de luta ao qual aqui destaca-se as lutas sindicais de trabalhadores que resultam da indignação às respostas e/ou troca da dedicação do tempo e desgaste para assegurar regras que “deixassem” de sujeitar/desumanizar e adoecer o trabalhadores passando a um novo entendimento que tangencia o direito, mas que precisam ser demarcadas, pois prejudica a ampliação da discrepância de mais valia aos donos do capital.

Assim inicia-se considerando diferentes pontos de implicações do trabalho aos sujeitos e os instrumentos constitutivos da adequação da produção ao conjunto de regras que respondem à distribuição de renda. Dessa forma, esse trabalho sintetiza uma diversidade de aspectos que constituem a formação em serviço social, numa relação de pertencimento que remete a ser mais que o reflexo do que aprendemos, mas que dá o tom a como se configura esse sujeito. O trabalho é um dos itens do mosaico da vida que integram os cidadãos de direito, como forma fundamental mais simples de mudar a natureza, humanizar ou ser utilizado para exploração e acumulação e captar ou capturar a subjetividade e ser capaz de modular as relações sociais, conforme será explanado o subcapítulo a seguir.

### **2.1 A COMPREENSÃO DO CARÁTER CONTRADITÓRIO DO TRABALHO**

É através dele, o trabalho, o momento efetivo que se manifesta a dimensão teológica, mas que, ao ser orquestrado pelas ordens do capital que desorienta humanamente os sujeitos, se conecta à formas de degradação, progresso e abismo, derivados dos ciclos econômicos que

buscam reorganizações voltadas especialmente a classe trabalhadora, interpeladas para o apogeu da extração do sobretrabalho.

Na busca por refletir sobre o trabalho e suas conformações, buscou-se analisar quais eram as categorias de discussões que emergiram dos conteúdos dos artigos, assim, no quadro 3 a seguir demonstram de forma breve as discussões latentes no maior evento do Serviço Social brasileiro de organização política da categoria, que tem como público profissionais e estudantes da área, possibilitando visualizar assim o contexto da realidade vislumbrada por esses profissionais e futuros assistentes sociais na discussão de trabalho:

Quadro 3 - sistematização da amostra relacionada à - trabalho - dos artigos utilizados do CBAS 2016:

Palavras chave	Títulos
trabalho, serviço social, mercantilização da saúde.	Trabalho e serviço social: a intervenção profissional do assistente social frente às novas demandas para a saúde no neoliberalismo
assédio moral no trabalho. serviço social. saúde do/a trabalhador/a. trabalho. materialismo histórico-dialético	Assédio moral no trabalho e serviço social: a práxis profissional desde o materialismo histórico-dialético
Trabalho; Capitalismo; Serviço Social	Reflexões sobre o trabalho profissional do Assistente Social
trabalho, assistente social, desgaste.	As implicações da precarização do trabalho e das políticas sociais sobre a saúde do/a trabalhador/a-assistente social.

Fonte: Sistematizado pela autora (2019)

No que tange os artigos selecionados para análise de conteúdo, que totalizam 27 produções, 13 deles trazem em seu resumo discussão referente à - Trabalho - e 9 destes apresentam ainda nas palavras chave o descritor específico, porém, apenas os 4 artigos referidos no quadro conceituam o trabalho de forma geral, assim, estes foram utilizados para categorização desse conteúdo.

Percebeu-se que todos os artigos selecionados, no material do disco de armazenamento que envolve a discussão da categoria trabalho, baseiam-se em Marx ou em autores que discutem sua teoria. Como forma de organização processual da análise de conteúdo buscou-se

a partir das leituras, grifos de conceitos e discussões que respondiam ao mesmo assunto, apreender e apresentar as compreensões que constituem o universo do entendimento percebido nessa revisão bibliográfica.

A centralidade do trabalho na vida das pessoas é tida por Marx (2013) como a construção do ser humano e para a história, enquanto o originário do ser social, e da conhecida distinção entre a abelha e o arquiteto<sup>5</sup>, onde se sabe que a construção reflexiva é que propõem outro lugar no entendimento teológico do trabalho possibilitando a transformação do homem ao transformar a natureza, ao passo que também o sujeita das mais diversas maneiras por meio dos distintos processos de exploração de sua força de trabalho.

Na perspectiva de definir a categoria trabalho, compreende-se que este “pode ser definido como o exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade” (ANTUNES, 2011, p. 432-433). Para além do exposto, este autor ainda retrata que tem ligação à fadiga, martírio, para os gregos e em tempos remotos, expressava honra; A história também o nomeou como tripaliare que significa instrumento de tortura (ANTUNES, 2011).

Refletir sobre os sentidos empregados a esta categoria possibilita visualizar que ainda que os conceitos tenham sido aplicados em contextos históricos diferentes, que eles não são descolados. Ao contrário, somam-se e estão sobrepostos às ideias e posicionamentos vivenciados na atualidade. O trabalho quando associado a uma contradição intrínseca que implica em diversas questões que debilitam e fragilizam o sujeito trabalhador e principalmente aquele que não se reconhece naquilo que executa.

Para intensificar esse constructo, as estratégias do capital utilizam-se de mecanismos de punição e sobrecarga aos funcionários presentes em virtude da falta de outro - modelo de trabalho Toyota<sup>6</sup>. Segundo Antunes (2018) são essas contradições do trabalho que afetam nossas subjetividades e Alves retrata como consequências da “captura” (grifos do autor) de mesma:

---

<sup>5</sup> Abelha e o arquiteto - “ Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (MARX, p.149, 1959)

<sup>6</sup> Toyota - Este modelo de gestão será aprofundado no próximo capítulo que versa sobre sindicatos.

[...] o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas do local de trabalho, por meio da administração do “olhar”, mas nas instâncias sócio reprodutivas, com a pletera de valores-fetiches e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência do psiquismo humano (ALVES, 2013, p.99)

Afetando não apenas o psíquico, mas o físico através de sintomas psicossomáticos. O que implica diretamente em provocar uma análise para os desdobramentos que a relação “capital - trabalho” apresenta no atual contexto social e todo movimento dialético ao longo da vida do trabalhador. Para isso é necessário buscar apreensão do que perpassa o tema e atentar-se a realidade vivenciada na presente conjuntura.

Refletir sobre trabalho e como este se estabelece nas mais diversas instituições é aproximar-se de questionamento sobre as relações conturbadas que esse muitas vezes propõe, interligado ao entendimento do projeto societário imposto (o que quer e o que se espera do trabalhador) e principalmente, o que os trabalhadores necessitam, esperam, como veem e se entendem como classe trabalhadora nos distintos espaços. Junto a as essas reflexões, é necessário pensar quais os caminhos possíveis para superação e quistos de modificações.

Júnior (2016) menciona que o trabalho de forma geral não é mera transformação da natureza, pois responde a uma demanda social de caráter coletivo. O produto fruto do trabalho, na forma em que está posto, não é passível de ser constituído em sua consciência. Há então, uma contradição inerente às relações sociais capitalistas que implica numa inversão onde o homem torna-se parte da ‘engrenagem’ que sustenta as relações de produção.

Assim, “a contradição é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios.” (CURY, 1985, p.30) Que se expressa nas diferentes profissões e na sociedade de forma geral numa perspectiva de ruptura em oposição à continuidade, igualdade contra diferença.

Os modos de produção capitalista implicam nas formas como que ocorrem as relações e o contraditório amplia-se, pelo resultado do antagonismo. O direito muitas vezes passa a ser visto e/ou conquistado através da judicialização e com isso, por todo o desgaste que provoca a busca quando é algo de maior relevância e não em todas as situações. O modo de produção e de Estado é marcado pelas formas de contratos, as imposições das reformas e elaborações

jurídicas. Fruto de uma consciência histórica subjetiva construída e seus significados a partir do referencial que as fundamenta. Com isso, muitas vezes os sindicatos numa nova prática, segundo aborda Ferrari (2001) de “concertação social”<sup>7</sup> buscam estratégias de confronto com o capital que é incapaz de contrapô-lo.

Os significados que imperam na sociedade na formação da forma de viver tem um aspecto ideopolítico com funções que fundamentam o ser social. Assim, como um dos destaques dos textos estudados traz-se essa ideia em conformação com o trabalho tendo a função de precursor do ser social.

## 2.2 ANALOGIAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO PARA O SER SOCIAL

É o conjunto de “regras” intrínsecas ao viver em sociedade que muda e adapta-se à suas próprias prescrições, conforme as necessidades negociais dos ciclos do capitalismo que coloca aos sujeitos necessidades e castas, rituais e fórmulas que ora agradam, ora são repudiadas e determinam o jeito de ver e viver do ser humano num paradoxo entre a emancipação e a alienação, se humanizar e se sujeitar, ter liberdade e ser escravizado. Dessa forma, parte-se da compreensão de que

[...] homem/mulher é ser social, pois é na sociedade moderna que o/a homem/mulher aparece como ser histórico. (...) O/a homem/mulher estão carregados da dinâmica da sociedade, do seu tempo e apreendendo seus fenômenos (...) - determinações fundantes. Para além do acompanhamento da constituição histórica dos fenômenos, é preciso identificar sua processualidade (...), porém, com algumas características que perduram historicamente, tais como a socialização e a transformação da natureza. (...) É um ser que ao mesmo tempo é produto e produtor de suas condições históricas na relação social com outros homens/mulheres nas diferentes esferas da vida social. (SILVEIRA et al, p 27, 2016)

Os textos estudados utilizam-se da relação de - ser social e trabalho - com a intenção de retratar a ambiguidade desse vínculo ligado à propriedade privada que corrobora em limites para o desenvolvimento dos sujeitos, desconstruindo a humanização em benefício do capital ao passo que cria em meio às imposições do viver em sociedade, a política brasileira e os fragmentos visualizados no cotidiano da construção capitalista, o trabalho é categoria que representa um conhecimento sobre o mundo, sendo ele fundante da sociabilidade humana.

---

<sup>7</sup> Concertação Social - contribui com a melhoria da produtividade das empresas com um discurso de participação que agrega ganhos a todos (trabalhadores, empresários e Estado) como parceiros (FARIAS, 2016).

Assim, se relaciona com à questão econômica, às relações sociais nos remete à gênese da humanidade, ou ainda, do fenômeno humano-social, estando ligada ao processo de humanização dos sujeitos enquanto - ser social (ALVES et al., 2016).

Nesse mesmo entendimento evidencia-se nos artigos analisados que é por meio do trabalho que o homem e também a sociedade se constituem como tal, através do processo de troca que configura esse ser, criando e compreendendo vínculos conforme as relações com outros humanos num intercâmbio entre o homem e a natureza (GIAQUETO et al., 2016). Ademais, requer a coletivização de conhecimentos para estabelecer uma organização para pôr em prática as atividades a serem realizadas e é esta perspectiva que institui o seu caráter social (BASTOS, 2016).

A quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção determina o valor de uso, mas especialmente o valor de troca. Assim, o produto passa a possuir uma equivalência na quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua produção. No bojo da economia capitalista, **o valor da mercadoria é determinado pelo valor de troca e não pela sua especificidade**, seu valor de uso. Marx retrata que a magnitude de trabalho socialmente necessário vai compreender o valor no seu aspecto qualitativo, estando intrínsecas formas de se relacionar socialmente determinadas por condições materiais de produção. Portanto, o que está estampado na atualidade são formas de trabalho altamente precarizadas e que ressoam no próprio trabalho do profissional nas várias esferas de atuação na qual se ocupa os cidadãos (GIAQUETO et al., 2016).

Bastos (2016) explica que a degradação provocada pelo trabalho tornou o que seria a constituição básica do ser social - degradada - por meio de opressoras e exploradoras formas de extração da mais-valia, dessa forma, a **desumanização** impelida aos sujeitos, captada pela alienação inerente imbricada por processos de sobrevivência provocados pelo capital.

O encadeamento da composição dos sujeitos se organiza a partir de vários sentido e signos que os/nos diferenciam dado lugar de fala, de conhecimento, de classe, de cor, de nome, de **relações** que - permite - progresso e abismo. Destarte a autora exprime que “em seu sentido ontológico, o homem se apropria da natureza por meio do trabalho, transformando-a, para obter as condições necessárias para sua sobrevivência. Neste processo ele adquire novos conhecimentos e **habilidades**, permitindo assim um salto para o ser social.” (GIAQUETO, et all, 2016, p.2).

Nessa relação ora depreciativa, ora enaltecida que amplia a divisão social do trabalho, dada consolidação do neoliberalismo e reestruturação produtiva, aliados aos avanços tecnológicos e a concorrência frente ao desemprego fetichiza expectativas e controla atitudes formando o que Alves, (2013) chama de “barbárie social” que se utiliza do medo dos sujeitos, afetando nas atitudes para efetivação de seus preceitos.

### 2.3 CRONÔMETRO DE ADEQUAÇÃO DA PRODUÇÃO: ELEMENTOS DO NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A partir da análise realizada nos distintos artigos e demais bibliografias, as transformações do mundo do trabalho em vista do capital, conforme foi possível observar nas discussões dos autores estudados são trazidas e discutidas a partir da perspectiva do modelo de produção neoliberal e da reestruturação produtiva e complementam-se ao abordar uma breve construção histórica para o entendimento da configuração do trabalho.

A reestruturação produtiva é um novo arranjo do sistema capitalista mundial, que “compreende transformações profundas nos processos de trabalho e produção, estrutura das empresas, na redefinição do papel do Estado, na desregulamentação das relações entre capital e trabalho e na inovação tecnológica [...]” (BAUMGARTEN, HOLZMANN, 2011, p. 315)

Com a crise sistêmica da diminuição da capacidade de acumulação ocorrida na década de 1970, os processos de acumulação flexível do fordismo-taylorismo origina o processo conhecido como reestruturação produtiva, em contraposição à verticalização e rigidez do fordismo. Passando a flexibilizar e horizontalizar, chamado o toyotismo reduz o tamanho das fábricas e passa-se a produzir por demanda (ALVES, et all. 2016). Os autores referem ainda que é nesse contexto que surge o assédio moral, o que é questionável no que diz respeito o surgimento, mas entende-se que há sim uma grande intensificação por em sua lógica passa a culpabilizar o fracasso do modo de produção aos trabalhadores e restringir/punir o ativismo sindical e/ou adoecidos do trabalho. (ALVES, et all. 2016 apud SOUZA, 2009).

Historicamente, há exemplos das transformações ocorridas e os impactos ao trabalhador decorrentes da marcação dos términos de ciclos econômicos e suas crises que marcam tal qual cronômetros o tempo de existência dessa forma de agir, seguidos de apogeu e desastres. A revolução industrial entre as décadas de 1920 e 1940, bem como, os processos de

reestruturação produtiva nos anos 1970 que se aprofundam com o Consenso de Washington em 1989 com a subordinação, dos países periféricos que significou reformas e ajustes estruturais que conforme ganhavam e ganham espaço, passam a ampliar ainda mais a redução/destituição de direitos trabalhistas (BASTOS, 2016). Sob a ideologia do neoliberalismo, a relação entre Estado e sociedade civil é alterada, passando a questionar qual a finalidade do Estado.

Como forma de ascensão do capital, o projeto societário em vigor busca através da abertura comercial, reforma tributária a favor do capital e disciplina fiscal, um dita “superação da crise mundial” em vista do desenvolvimento econômico e até mesmo da “melhor distribuição de riqueza”, incentivos fiscais, da desregulamentação da proteção social, valorização das privatizações, alterações no formato das políticas sociais (concepções de restrição e/ou negação dos direitos sociais) e redirecionamentos para o mercado através dos serviços privados (BASTOS, 2016). As privatizações são vistas pelos governos como uma grande forma de proporcionar recursos ao país, mas que são momentâneos e oferecem uma falsa ideia de economia e desburocratização para realizar negócios pela via da descentralização do Estado.

Nas particularidades de um país regido pela lei do capital e pela exploração e alienação é nefasto observar o aumento da miséria, do desemprego, proteção social nas mãos de organizações particulares, sucateamento em decorrência aos entraves para o crescimento econômico (GAMA, 2016). Com isso, percebe-se no cotidiano da sociedade os reflexos, intensificado a partir dos anos 1990, a flexibilização do processo produtivo que influencia nas relações com o trabalho e demonstram-se na

[...] tendência à terceirização, aliado aos avanços tecnológicos que reduzem a demanda por força de trabalho, que solidificou o desemprego estrutural no país, além de contribuir para o enfraquecimento das leis trabalhistas, para o agravamento das condições de trabalho e para o aumento da informalização. (ALVES et al., 2016, p. 3)

Já em 2016, os alcances na totalidade social, onde mesmo as atividades que não estão diretamente ligadas à produção material já vinham sofrendo os impactos por meio flexibilização das relações contratuais, precarização do trabalho docente, terceirização de setores de serviços, incentivo à realização de financiamento científico pelo setor privado e

bolsas de estudos pagas pelo governo em instituições privadas iniciado no governo entendido como de esquerda (ALVES et al., 2016 apud NETTO & CARVALHO, 2015)

Dentre os ataques à classe trabalhadora no ano de 2017, a proposta de reforma trabalhista<sup>8</sup>, sancionada pelo Presidente Michel Temer, muda em torno de 200 artigos da lei nº 13.467/17, alterando direitos e deveres do empregador e empregado, deixando os trabalhadores em situações de desproteção em vistas de exercer e reivindicar direitos, caracterizando uma das formas do desmonte das obrigações do Estado com os cidadãos e fragiliza a organização da classe trabalhadora.

Quando se fala de reforma da legislação trabalhista, refere-se ao Direito do Trabalho, o qual institui uma série de regras no sentido de oferecer proteção ao trabalhador. Caso contrário estaria fugindo do seu princípio de existir. A proteção se justifica historicamente como uma forma de tentar manter a promessa de que todos são destinatários da norma jurídica. Ou seja, todos, inclusive os trabalhadores, têm direito a uma vida minimamente boa, a exercer sua liberdade e a ter sua dignidade respeitada. O problema é que em uma sociedade fundada na troca entre capital e trabalho, na qual o trabalho não é apenas um meio de realização do ser humano, mas principalmente uma forma de subsistência física, o trabalhador – sem uma proteção minimamente adequada – será transformado em coisa (mercadoria) durante o tempo de trabalho.

A expansão do neoliberalismo alavancou consequências destruidoras para a classe escrava do trabalho, pois flexibilizar a produção assim como os trabalhadores, é colocá-los desprotegidos sindicalmente, em péssimas condições de trabalho, à mercê de trabalhos temporários, informais e terceirizados. (GAMA, 2016, p. 2)

Assim, a implementação da reestruturação produtiva, tem produzido retrocessos “... na sociedade brasileira no que diz respeito às conquistas dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988, fragilizando, inclusive o processo de redemocratização pós-ditadura militar.” (BASTOS, 2016, p. 6). Contribuindo para o desamparo e insegurança da classe que vive do trabalho e com restrições significativas à organização sindical.

---

<sup>8</sup> Reforma Trabalhista - parte de um conjunto de decisões de política econômica, inspirados no Consenso de Washington e pautada no tripé: reestruturação produtiva; desregulamentação financeira e laboral; e hegemonização ideológica neoliberal pautada no individualismo, na competitividade e no acúmulo de capital.

Durante 74 anos, a CLT foi responsável pela retirada de milhares de trabalhadores da miséria, segundo Merigo (2017) o que pôde garantir dignidade mínima por meio da regulação de um salário mínimo, jornada de trabalho que agora tem não mais como proposta e já aprovado a flexibilização dos direitos, negociação entre empregador e empregado que deixa o trabalhador de volta à margem, pois ainda que possa parecer algo interessante num primeiro olhar, é sabido que a relação de poder existente, entre empregador e empregado, denota ao trabalhador uma posição desfavorável.

Ao aglomerar os diferentes conceitos e percepções, fica evidente que no Brasil nos governos do Partido dos Trabalhadores a coexistência de estratégias de inclusão social, certo refreamento das políticas neoliberais em conjunto com os processos de ascensão do capital. A partir do **golpe de 2016**<sup>9</sup>, aceleram-se os processos de reforma e corta-se os gastos públicos básicos essenciais para amortizar uma dívida utópica.

Ao trazermos esta reflexão para os países da periferia do capitalismo, identificamos que as condições impostas pela reestruturação produtiva, como mencionamos anteriormente, agrava-se ainda mais diante da modificação das relações entre Estado e mercado pois a crise econômica contemporânea se apresenta acompanhada de um novo ideário de forte impacto para a gestão estatal, que objetivava atender às novas formas do capitalismo: o neoliberalismo. Este tem como características centrais a desregulamentação do Estado (BASTOS, 2016, p. 4)

Essas prerrogativas dialogam com de Holzmann e Piccinini (2011) que inferem que a flexibilização ganha espaço, assim potencializa-se arranjos de diversos modelos contratuais (temporários, tempo parciais, por conta própria) que diminuem “entraves burocráticos para contratação e dispensa; possibilita a polivalência produtiva (ocupar vários espaços de trabalho). Possibilitando ao empresário menores custos e ao trabalhador, menor proteção e direitos. Antunes (2018), aponta ainda que a flexibilização é posta no ideário das reformas como mecanismo de burlar os direitos sociais do trabalho através da informalização, desresponsabilizando as empresas e o Estado da proteção aos cidadãos.

Em destaque a essas novas formas de contratos traz-se o trabalho intermitente, aprovado na reforma trabalhista de 2017 com contrato de demanda esporádica de

---

<sup>9</sup> Golpe de 2016 - Destituição do cargo da presidente eleita Dilma Roussef com a pretexto de irregularidades para cobrir déficits nas contas públicas (popularmente conhecido como “pedalada fiscal”, comuns em governos anteriores.

remuneração prevista quando o trabalhador atua, como uma forma “suave” de desconstruir os direitos trabalhistas consensuado perante a lei, assim:

§ 3º Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria.” (NR) (BRASIL., 2017)

A realidade vivenciada até os dias atuais do modo capitalista de produção possibilita compreender o contexto neoliberal e as suas implicações na vida social, numa forma de gestão da produção, que corresponde tanto alterações na materialidade, como na subjetividade (GAMA, 2016). Tais contextos refletem na saúde dos sujeitos e na forma de perceber-se como parte de uma construção social que não oferece meios para realização do trabalho com pessoas que tem sua mão de obra para oferecer, porém, quando não se vive o processo desse constructo social, são entendidos como sujeitos sem valor para a sociedade.

O trabalho em suas múltiplas formas de contratação, em muitos locais, é pautado em metas que não priorizam a qualidade do serviço prestado, muitas vezes sem capacitação, educação permanente ou outros componentes que estejam atentos ao trabalhador e ao usuário do serviço. A sobrecarga de trabalho é algo que tem sido vista como possibilidades pelos sujeitos que pensam o sistema econômico e os reflexos desses ditames são percebidos no adoecimento físico e mental do trabalhador, bem como, se comparados com os resultados do trabalho em tempos de maior investimento.

Os processos de trabalho estruturados na forma de dominação e submissão do trabalhador geram insatisfação e desgaste físico e mental. É notório que a sociedade capitalista amplia a divisão social do trabalho e baseia-se na propriedade privada dos meios de produção, de forma que o produto da atividade do trabalhador deixou de lhe ser devido, o que se configurou em limitações para o desenvolvimento do ser social que se manifesta no capitalismo na forma em que o trabalho é transformado de atividade vital de ação interventiva em meio de sobrevivência. A alienação surge, inicialmente, nas relações entre o trabalhador, seus instrumentos de trabalho e seus produtos, implicando nas expressões materiais e ideais da sociedade, de forma que a promoção da humanização é desconstruída através da fragmentação, focalização e setorização, num mecanismo de exclusão social, retomando processos já superados (BASTOS, 2016).

É nessa relação de atividades de trabalho instituído pela polivalência aliada à exploração e hiper individualização que, segundo Wunsch (2013), às ondas de transformações produtivas são ditadas pelo capital, conforme observado períodos de recessão pós-crescimento, ocasionam a desarticulação dos trabalhadores que, por não se verem como classe neste constructo ditado através da divisão dos pólos de trabalho de uma mesma instituição, a própria terceirização e a cedência de servidores para o município e/ou estado. Assim, nos meandros do capitalismo busca- a retomada das taxas de lucro e investem no enxugamento, racionalização da força de trabalho e conseqüente diminuição dos direitos.

#### 2.4 COMPREENDENDO OS SINDICATOS E SUAS LUTAS

O movimento de associativismo de trabalhadores surge contra o individualismo com a classe operária em decorrência das formas de trabalho impostas pelo capital, a falta de direitos, de condições de trabalho, baixa remuneração, dentre outras prerrogativas que englobam o contexto do ser social.

Face a relevância de compreender o que é um sindicato para então perceber qual o seu papel na sociedade, busca-se a seguir explanar sobre este conceito

Sindicatos são organizações coletivas de trabalhadores existentes na Grã-Bretanha desde o século XVIII e conhecidos com o trade societies ou unions. Sidney e Beatrice Webb, em sua definição clássica (1920, p.1), declaram que “uma trade union, tal como entendermos o termo, é uma associação contínua de assalariados com o fim de manter ou melhorar as condições de suas vidas de trabalho.” (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p. 688)

O movimento de associativismo de trabalhadores surge com a luta da classe operária contra o individualismo, que decorre das formas de trabalho impostas pelo capital, a falta de direitos, de condições de trabalho, baixa remuneração, dentre outras prerrogativas que englobam o contexto do ser social. Assim, os sindicatos de trabalhadores propõem-se a ser, enquanto identidade autoproduzida:

[...] aquele que extrapola a função de negociação dos salários, assumindo um caráter não só de resistência, mas também de contestação ao poder do capital, respondendo à construção da dignidade e da liberdade em termos coletivos e aglutinando as forças individuais na junção dos interesses dos trabalhadores. (CATTANI, ARAÚJO, 2011, p. 335)

Os espaços sindicais configuram-se como movimentos sociais que, conforme aborda Souza e Trópia (2012), fundamentam estratégias de luta coletiva no que diz respeito a questões políticas, ideológicas, econômicas, jurídicas e institucionais. Suas bandeiras de lutas refletem com questões referentes às demandas da categoria que representa, como exemplo mais recorrentes destacam-se revezes salariais, custo de vida conjuntural, reestruturações dos processos de trabalho, mudanças ideológicas sociais e do interior dos coletivos. O contexto sindical dialoga com esses questionamentos e ANTUNES provoca-nos a pensar:

[...] que parte dessas instâncias que favoreciam a existência desse sentimento de coletividade, de pertencimento, manifestava-se na capacidade de mobilização coletiva e na presença de entidades sindicais politicamente fortalecidas, o que sem dúvida, dentro e fora do local de trabalho, ao submetê-lo à sua lógica destrutiva, promovendo a individualização e o isolamento, é, nesse sentido, uma ação que busca desmontar de forma cotidiana sua manifestação de classe historicamente antagônica aos interesses da ordem capitalista (ANTUNES, 2018, p.145).

Sabe-se que há um potencial incrível na classe trabalhadora organizada, politizada e emancipada. O projeto de sociedade estabelecido tem sido pontual em desestabilizar pontos de articulação para, através do medo e derrubada de direitos, ir retirando do povo a força para as lutas. Há diferentes formas de obter-se mudanças e os grupos que articulam e formam coletivos, sindicatos, etc, surgem muitas vezes como inimigos do que está posto e constroem com a participação social, as necessidades de uma maioria e demandam um novo olhar, que pode prosperar um país com mais possibilidades a todos.

Nessa perspectiva que acolhe-se o contexto de espaços sindicais que militam pela classe trabalhadora de **espaços ocupacionais de trabalhadores do setor público e privado**, mas que não dialogam enquanto entidades representativas por não reconhecerem-se como uma unidade, pois, acolhem e respondem ao grupo a que lhe é destinado. Esse desafio de articulação é descrito por Antunes (1999) como fruto dos meandros do capital e da alienação decorrente das múltiplas questões que ambos espaços enfrentam que denotaria, por meio da

efetivação, uma visão mais socialista e novas estratégias de lutas e possivelmente, na visão do autor, com conquistas.

Buscando identificar quais as discussões latentes, ao analisar os conteúdos emergentes na pesquisa documental, observa-se um número significativo de trabalhos que buscam discutir especificamente sobre a categoria sindical, sendo eles em defesa dessas entidades e de debate crítico a construção e caminhos escolhidos, assim, o quadro abaixo retrata os títulos e palavras chaves que compreendem esse universo e que se apoiou para discussão.

Quadro 4 - Sistematização da amostra relacionada à - sindicatos - dos artigos utilizados do CBAS 2016:

Palavras chave	Títulos
Serviço Social, Precarização do Trabalho, Saúde do Trabalhador e Sindicalismo.	A Integração do Serviço Social no Movimento Sindical: Espaço de discussão sobre precarização do trabalho e saúde
Direitos do Trabalho, Legislação Trabalhista, Movimento Sindical.	A Gênese dos Direitos do Trabalho e as Bases da Questão Social
Sindicalismo; Trabalhador; Chão de Fábrica.	O Sindicalismo no Tempo
Reforma Sindical, Sindicatos, Organização Sindical, Serviço Social.	(Des) caminhos da Organização Sindical: Do “Novo Sindicalismo” à Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS)
novo sindicalismo; reorganização dos trabalhadores; Serviço Social; crise do sindicalismo.	Notas para o Debate Acerca da Organização Político-sindical dos Assistentes Sociais na Atualidade
Movimento sindical. Operários navais. Indústria naval.	Rebelião De Base: A Greve de 2012 dos Operários Navais de Niterói
trabalhadores assalariados, agroindústria canavieira, sindicato, consciência de classe, greve de 1984.	A Greve de 1984 dos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira no Município de Campos dos Goytacazes - RJ: Contribuição à memória das lutas na Ditadura Militar (1964-1985)

Assessoria; Serviço Social; Movimento Sindical Rural.	Entre a Profissão e a Militância: Assistentes Sociais no Movimento Sindical Rural de Pernambuco
---	---

Fonte: Sistematizado pela autora (2019)

De modo geral, os trabalhos analisados apresentam inicialmente em seu formato de produção um resgate histórico sobre a construção do Movimento Sindical no processo histórico tendo foco internacional e/ou nacional. O que destaca-se a partir desta análise é a recorrência de algumas categorias como: O movimento luddista; as greves; o novo sindicalismo; a crise sindical; o exército industrial de reserva e a discussão político sindical de assistentes sociais.

Sabe-se que o contexto sócio histórico das organizações de trabalhadores, surge como resultado da exploração da mão de obra do trabalhador que vende sua força de trabalho para manter sua sobrevivência. Dentro desta relação, estão permeadas as mais diversas formas de precarização do homem que trabalha, como carga horária exacerbada, poucos direitos trabalhistas e muito adoecimento.

A forma mais elementar de luta iniciada por trabalhadores ocorre nos primórdios da Revolução Industrial, que marca o final da “[...] transição do feudalismo para o capitalismo, pois encerrou a fase de acumulação primitiva de capitais e de predominância do mercado sobre a produção” (CARDOSO; SILVA, p2, 2016). Em torno de 1768 quando um movimento de trabalhadores ingleses do ramo da tecelagem que quebraram teares e passaram a se organizar em grupos para destruir as máquinas como protesto à automação. O movimento foi reprimido por militares e o Parlamento Britânico sancionou uma lei que punia com pena de morte os integrantes do **movimento Luddista**, muito trabalhadores foram executados. A organização coletiva e a adoção de outras estratégias, como a greve, vêm aos poucos o sobrepondo e avançando em movimentos que visam a obtenção de direitos políticos, a exemplo traz-se reunião, associação, filiação partidária e de expressão (MARCONSIN, 2016).

Segundo Olivar (2010), a primeira lei que aprova a organização dos trabalhadores por meio de sindicatos deu-se em 1824<sup>10</sup> na Inglaterra. É importante mencionar que a década de 1820 em Londres, de acordo com Montão e Duriguetto (2011) ficou marcada pela exploração de crianças e mulheres, provocando neste momento histórico formas e estratégias de lutas. “A diminuição da jornada de trabalho com regulamentação legal foi a primeira reivindicação a ganhar corpo na sociedade do capital” (MARCONSIN, 2016, p. 5).

Em 1832 e 1833, conquistou-se na Inglaterra a primeira legislação que limitava a 8 horas a jornada de trabalho de crianças. Que variava conforme a indústria e indicava às mulheres<sup>11</sup> e aos jovens (13 a 18 anos) jornada de 10 horas. Os trabalhadores masculinos adultos também usufruíram da mesma carga horária ainda que não fosse destinada a esse público, em decorrência da resistência. Nos Estados Unidos, por volta de 1860 em meio a Guerra Civil, a conquista das oito horas é defendida e garantida enquanto lei (MARCONSIN, 2016).

A percepção da diferença dos interesses entre trabalhadores e capitalistas torna-se cada vez mais expressiva face às condições de penúria no trabalho e exploração com vistas a um constante aumento dos lucros do capital. Emergindo uma busca coletiva por defesa da vida do trabalhador (CARDOSO; SILVA, 2016). Aos poucos os sindicatos se consolidam como mecanismos de luta dos trabalhadores em diversos países, considerando as diversas particularidades de cada nação, o que demarca uma necessidade vital de classe que através do coletivo luta por direitos políticos e sociais, na contramão do individualismo e consequentemente do capital. Esse processo é marcado ao longo da história, como já foi possível observar, por ataques, repressões e mortes.

As revoluções de 1848 na França remetem ao direito de trabalhar aos desempregados e dispara uma série de tensões e revoltas que ao passar dos anos resultou na aprovação de uma legislação voltada para os acidentes de trabalho, as primeiras legislações trabalhistas e as medidas de política social sendo criadas, buscando a ampliação e o entendimento destes como

---

<sup>10</sup> Conforme refere Montão e Duriguetto (2011) ainda que esta conquista, votada pelo parlamento inglês, demonstrasse um grande avanço para as organizações de trabalhadores, estas foram consideradas ilegais em muitos lugares como por exemplo na França até 1864 e na Alemanha até 1890, sofrendo grande repressão por parte do Estado.

<sup>11</sup> O Dia Internacional da Mulher, surge do episódio ocorrido em 8 de março de 1857, numa fábrica de tecidos em Nova Iorque, onde 130 tecelãs em greve ocuparam a fábrica onde trabalhavam reivindicando redução de jornada de trabalho (de 16 horas para 10). Seus patrões mandaram incendiar a fábrica com as trabalhadoras que morreram carbonizadas trancadas no local. (MARCONSIN, 2016)

direitos do trabalhador. Na Alemanha, por volta de 1880 iniciam-se através da luta dos trabalhadores as primeiras ideias de seguros sociais, sendo um dos primeiros, o auxílio-doença, sequencialmente o seguro acidente de trabalho e posteriormente o seguro contra a velhice e invalidez, evoluindo com o passar do tempo para um plano de seguro social obrigatório (MARCONSIN, 2016).

No que tange a igreja católica monopólica, em acordo com as disputas de projetos societários, identificam os movimentos socialistas de base proletária e marxista como uma - desordem - a ser combatida, com discurso de reatualização dos valores morais e modos de vida tradicionais, com propostas funcionais à acumulação capitalista conservadora em acordo com a iniciação “... do processo de intervenção do Estado nas relações de trabalho, no caminho da superação da atitude absenteísta defendida e praticada até então pela ortodoxia liberal” (MARCONSIN, 2016, p. 7).

Na Rússia, por exemplo, somente em 1917 com o movimento de camponeses consegue-se derrubar o império, onde iniciou-se a constituição de conquistas de direitos do trabalho, aprofundando-se após a Segunda Guerra Mundial que,

[...] para a garantia da acumulação capitalista, em meio à Guerra Fria, a burguesia levou o Estado a intensificar o financiamento do crescimento, regulando a atividade produtiva através da combinação de políticas keynesianas com o binômio fordismo-taylorismo[...] Nesse processo, formatou os direitos do trabalho através de legislações trabalhistas, garantia de pleno emprego e ampliação de políticas sociais, materializadas nos sistemas de seguridade social assentadas nos discursos de "desenvolvimento" e "bem-estar", tendo como suporte econômico uma onda longa expansiva. (MARCONSIN, 2016, p. 7)

No Brasil, somente com o dito - fim da escravidão - entre 1870 e 1920, colocou a necessidade ao capitalismo e sua política de nova estratégia de “liberdade de mercado” que buscou através da política de incentivo à imigração italiana (não tinham acesso à terras na Itália) como estratégia de embranquecimento da população e mão de obra para os cafezais de terceiros, diferente do que foi proposto e impossibilitados de retornar dada as condições de vida os imigrantes europeus juntam-se aos demais trabalhadores para debater sobre os baixos salários e as péssimas condições de trabalho e de vida a que estavam submetidos (CARDOSO; SILVA, 2016).

A regulação de sindicatos no país ocorreu somente em 1939 por meio da constituição na lei 1.402, porém o movimento operário reunia-se anteriormente na década de 30 e

organizavam greves, com proporções ainda pequenas, mas com crescentes exponenciais dada as “[...] altas taxas de exploração, baixos salários e aumento dos preços da cesta básica que ocorria em reflexo à crise mundial e a quebra da bolsa de valores de Nova York” (CARDOSO; SILVA, 2016, p.3) A configuração sindical constituiu-se de forma que,

[...] minimizava os conflitos resultantes das expressões da “questão social” por meio da via institucional estatal. Nesse contexto, consagraram-se as bases para um sindicalismo de Estado, que busca a conciliação dos conflitos entre os trabalhadores e o capitalismo e que seguiu ao longo das décadas posteriores, perdurando até os dias de hoje [...] (CARDOSO; SILVA, p5, 2016)

O SUS<sup>12</sup>, segundo SALDIVA et al. (2018) contribuiu muito para a população conquistar expectativa de vida e acesso pois, o proposto por Vargas dava-se através do pagamento pelo serviço particular/INAMPS, pelos sistemas de assistência à saúde desenvolvidos por trabalhadores sindicalizados ou pelos sistemas das casas de misericórdias. Assim, o sindicato tinha a incumbência de subsidiar aos **sindicalizados** saúde, dentre outros serviços que era e é obrigação do Estado, atuando de forma “cartorial”, perdendo seu poder de representação de classe e passando a ser um colaborador do Estado. Ao passo que assegurou uma regulação considerada importante, também é ludibriado, concatenando características que não são suas responsabilidades, conforme exposto no Art. 5º que dispõe:

Além do direito de fundar e administrar caixas beneficentes, agências de colocação, cooperativas, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência, os sindicatos que forem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão considerados, pela colaboração dos seus representantes ou pelos representantes das suas federações e respectiva Confederação, órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução, pelo Governo Federal, dos problemas que, econômica e socialmente, se relacionarem com os seus interesses de classe. (BRASIL, 1931)

Como resquício da estrutura sindical de Estado forjada no governo de Getúlio Vargas tem-se até hoje, a exemplo, alguns sindicatos que continuam seguindo essa lógica e, especialmente, as cartas de registro sindical que autorizam o surgimento de cada sindicato que era de responsabilidade do extinto Ministério do Trabalho e que atualmente, está sob

---

<sup>12</sup> SUS – instituído em 1988, junto com a Constituição Federal, sendo ele uma conquista de direitos com o protagonismo dos movimentos de luta do povo que garante a universalidade dos serviços de saúde com extensão integral conforme as necessidades individuais dos sujeitos.

responsabilidade do Ministério da Justiça. Percebem-se diversos mecanismos de coerção que engendra esse atrelamento ao Estado, com pouca autonomia e liberdade sindical, estando sujeitos às determinações do patronato e do governo.

Na era Vargas, segundo aponta Antunes (2018), diante da necessidade de regulamentação e controle do trabalho indispensável ao projeto industrial, num binômio constante arraigado pelo controle e culto ao Estado e o governo, que é decretada a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT em 1943 (BRASIL., 1943) e posteriormente instituído o salário mínimo nacional com vistas à sobrevivência e conservação do mercado interno, mas construído e conquistado por muitos embates do povo.

O posicionamento das categorias de maior embate na década de 1960, que se mostravam descontentes com as configurações da sociedade brasileira, nesse momento os coletivos passaram a reivindicar, entre outras coisas, melhor qualidade de vida e as reformas de base <sup>13</sup>(CARDOSO; SILVA, 2016). As pautas nascidas nos movimentos sindicais são advindas da forma com que o capital se impõe e coloca suas decisões, representando o conjunto de fenômenos que movimentam a conformação do país. São frutos do passado, reflexos também da década de 64 e tem semelhança direta aos episódios que estamos vivendo hoje.

Segundo Couto (2010), quando os militares assumiram o poder para erradicar o “fantasma do comunismo”, com discursos de democracia e garantia de direitos, aos poucos passam a trazer suas reais pretensões. Destacam o “Milagre Econômico” como uma das provas de que o país estaria crescendo num processo tido por Antunes (2018) de superexploração da força de trabalho que logo traz à tona a perda de direitos, censura, violência e repressão política para garantia da ascensão do capital. O governo passa a culpar a população pobre pelo seu dispêndio financeiro com a área social que resultou do endividamento externo, crise fiscal, etc. Aos poucos, os exageros e as opressões acordam a população, que rebela-se em meio ao medo, aumentando a reivindicação popular.

Com o Golpe Militar de 1964, instaura-se a Ditadura Militar que maximiza a exploração da classe trabalhadora através do arrocho salarial, repressão, proibição de greves,

---

<sup>13</sup> Reformas de base - alterações nas estruturas e leis econômicas, sociais e políticas que visassem a superação do subdesenvolvimento e a diminuição das desigualdades sociais no país que vem a se tornar bandeira de luta do governo do presidente João Goulart (1961 a 1964).

controle sobre o reajuste salarial e retaliação dos sindicatos, promovida pelo Estado, que aumentavam os lucros das empresas privadas (CARDOSO; SILVA, 2016). Um exemplo é o término da estabilidade de 10 anos de serviço <sup>14</sup>no servidorismo público, sendo substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

A ditadura, dentre outros propósitos, utilizou-se de estratégias coercitivas para controlar a sociedade, também usufruiu da redução no nível da educação, limitação cultural, censura de informações, de auto expressão e participação para intimidar e calar o povo. O que de forma “velada” se assemelha a estratégia de política do atual governo.

Prédes e Cavalcante (2010) conceituam que apesar da origem do trabalho - no modo de produção capitalista - ser precário, é intensificado no modo de produção flexível. É na passagem do Fordismo para a Produção Flexível que o termo Precarização surge, uma vez que há grandes alterações nas relações de trabalho num dueto de direitos e exploração.

O modelo Toyota surge em consequência da devastação provocada pela guerra e espalha-se na década de 1960 como um método que proporciona economia e mais-valia, num modelo de produção que evita excedente e que, ao contrário do fordismo, treina seus trabalhadores para realizar várias funções, utilizando um número menor de mão de obra e postos de trabalho, o que gera o aumento do desemprego.

Segundo Wunsch (2013), em tempos de produção flexível, o financiamento do crescimento busca o envolvimento dos trabalhadores por meio de combinações políticas intrínsecas à lógica do capital, buscando como princípio a automação/auto ativação e o método just-in-time (produção do que é central) ou Kanban (cartões de sinalização de fluxo de produção), mas também pela terceirização e realocação de empresas. Assim, ao passo que garante sistemas de direitos de reivindicação coletiva, também se investe em articulações para expansão do capital num mote de “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). (NETTO, 2012, p. 417)

Sendo esse, um mecanismo da reestruturação produtiva uma vez que “[...] reflete a busca de capital em elevar a taxa de lucro através do aumento de produtividade, a fim de

---

<sup>14</sup> Estabilidade de serviço - Decreto Nº 4.682, de janeiro 1923 - Lei Elói Chaves instituída para angariar fundos de subsistência as Caixas de Pensões e Aposentadoria.

intensificar a extração do sobretrabalho com base na revolução técnica-científica e das novas formas de gestão e organização do processo de trabalho.” (WUNSCH, 2013, p. 74).

A crise do Petróleo em 1973 <sup>15</sup>marca o fim do milagre econômico elevando um novo movimento (de luta sindical e movimentos sociais) com a capacidade de almejar transformações na sociedade. Assim, os trabalhadores tomaram as ruas com passeatas, atos e greves contra o regime militar em busca de liberdade, de uma vida melhor e assim vieram a retomada da organização.

Mas é no final dos anos de 1970, que as organizações sindicais retornam seus processos massivos de publicização de suas demandas e de suas lutas. É com a emergência do chamado “novo sindicalismo” que os sindicatos retomaram sua ação política [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.241)

Em diversos artigos da revisão bibliográfica há relatos relacionados ao movimento sindical camponês, o que remete a construção econômica do país pautada na produção agrícola encaminhando lutas contra as milícias dos latifundiários, usineiros e os porões do Governo Ditatorial unindo-se a lutas de outras categorias, como no caso dos canavieiros e metalúrgicos na Greve do ABC <sup>16</sup>Paulista, uma das maiores mobilização de trabalhadores do Brasil (SANTOS; BENEVIDES, 2016). Em 1978, esse marco para a organização dos movimentos sociais dos trabalhadores ocorre, após a queda do AI-5<sup>17</sup> e da anistia política, que segundo Mattos (2003) iniciam sem data marcada, de surpresa, ocasionada pela revolta dos trabalhadores pela diminuição das horas pagas. A partir dela, várias outras ocorrem com a mesma estrutura de organização que impulsionam a reestruturação dos trabalhadores.

O **novo sindicalismo**, como é assim denominado por alguns autores, surge das fragilidades do modelo econômico desenvolvimentista num período de “abertura política” (grifos do autor) que propiciou a criação de outras entidades de organização da classe

---

<sup>15</sup> Crise do Petróleo de 1973 ocorreu pela descoberta de que o petróleo não é uma fonte renovável, tendo um aumento de 400% no seu valor.

<sup>16</sup> Greve do ABC Paulista iniciada por uma “... campanha por abono salarial organizada por comissões por local de trabalho que se confrontava com a estrutura sindical controlada pelo Estado” (LIMA; MATIAS, 2016, p.1)

<sup>17</sup> O AI-5 (Ato Institucional número 5) foi o quinto decreto emitido pelo governo militar brasileiro (1964-1985). É considerado o mais duro golpe na democracia e deu poderes quase absolutos ao regime militar. Redigido pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, o AI-5 entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do então presidente Artur da Costa e Silva.

trabalhadora, “[...] entendendo a necessidade de uma estrutura sindical combativa, classista e de caráter autônomo para enfrentar o capital.” (CARDOSO; SILVA, 2016, p. 3). Assim ele é compreendido como

[...] uma nova etapa do movimento sindical brasileiro, e que está vinculado à ruptura o com as antigas práticas sindicais de atrelamento ao Estado, o novo sindicalismo imprime ao sindicalismo uma visão classista, combativa e de massas. O novo sindicalismo é construído no campo da luta e independência de classe, coloca o sindicato como instrumento de luta dos trabalhadores, independentes e autônomos de partidos, governo ou patrão. (VALE, 2016, p.1)

O sindicalismo no Brasil não é homogêneo, por meio das leituras realizadas é possível observar que ele carrega diferentes vertentes, ideologias, divergências dentro de seus grupos, com posicionamentos partidários sim, e que apontam questionamentos dentro e fora da militância. Denotando a pluralidade de tantos agentes envolvidos e a importância de debates comprometidos sobre educação política.

As alianças político-sindicais formadas a cada gestão reagem e debatem as mudanças da legislação trabalhista, dentre outros pontos que se correlacionam, dizendo respeito à vida laboral e que muitas greves já proporcionaram grandes conquistas em diversos momentos da história, sendo ela um importante método de defender os interesses da classe trabalhadora. Mas, a forma como o capital político vem lidando com essa estratégia tem desarticulado e amedrontado os coletivos, levando-os a muitas vezes em articular-se e buscarem outras alternativas.

As centrais sindicais coordenam a representação de trabalhadores por meio das organizações sindicais filiadas a ela (BRASIL, 2008) e dentre as expressões dessa nova forma de conceber a organização sindical está à criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT e o Partido dos Trabalhadores - PT. Mattos (2003) relata que a CUT, movimento formado pela base trabalhadora considerada referencial de combatividade por muitos anos, foi fundado em 1983 em meio à retomada do fortalecimento do movimento sindical e de greves que nesse momento eram organizadas pelas categorias sindicais em resposta a desestruturação estabelecida pela ditadura.

Em 1989 é instituída a lei 7.783 que dispõe sobre o direito à **greve**, entendida como “interrupção temporária, voluntária e coletiva de atividades ou funções, por parte de trabalhadores ou estudantes, como forma de protesto ou de reivindicação” (Dicionário de

Língua Portuguesa Priberam, 2019) assegurando mecanismos de proteção aos coletivos em conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que surge após e também em decorrência da conquista do direito à sindicalização dos servidores públicos com a constituinte de 1988. Nesse contexto de nova formatação sindical as greves passam a ultrapassar os limites das manufaturas, através:

[...] das organizações dos comitês de fábricas, das comissões operárias e oposições sindicais; as realizações de assembleias gerais dos sindicatos e da oposição contam a com participação de centenas de trabalhadores; (VALE, 2016, p. 2).

Sendo elas planejadas por vias pedagógicas e jurídicas com base nas reivindicações que se centralizam na luta por liberdade e autonomia sindical, o direito de poder fazer greve, melhores condições de trabalho e estabilidade nos cargos laborais dos dirigentes sindicais e demais participantes. Nesse impulsionar de articulações que estremeciam o capital realizou-se operação tartaruga, estratégias de esquecimento proposital de documentos necessários para entrada nas fábricas, greves parciais e reivindicações contra a privatização de empresas estatais.

No serviço público, a materialização da organização dos movimentos sindicais ocorre por meio de três greves realizadas em 1989, as quais tinham por reivindicação o aumento de salário numa época de inflação e altos índices de desempregos que se deu no governo do presidente Fernando Collor. A crise do chamado socialismo real, impulsionada conforme aponta Antunes (2018) pela nova divisão internacional do trabalho, deu início a métodos chamados de “participativos” (grifos do autor) resultando no que Lima e Matias (2016) conceituam como implementação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva de forma mais categórica e os movimentos passam a lutar contra as privatizações das estatais já sentindo algumas mudanças econômicas e políticas que começam a afetar o sindicalismo combativo.

Outro marco relevante é datado de 2001 - a greve dos 120 dias - dos servidores federais, ocasionada por seis anos sem aumento de salário no governo Fernando Henrique, no qual muitos sindicatos e movimentos sociais uniram-se para lutar, por exemplo: o Sindicato ASSUFRGS que representa os trabalhadores Técnicos Administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre/UFCSPA, Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência no

RS - SINDISPREV-RS e Instituto Federal do Rio Grande do Sul/IFRS, estiveram juntos nesta luta

[...] em 2001, com a maior greve já feita em termos de adesão nacional. Reivindicações: reajuste de 75,48%, incorporação da Gratificação por Atividade Executiva (GAE) aos salários, abertura de concurso, etc. A adesão do movimento chegava a 90%, ocorrendo no dia 08 de agosto de 2001 assembleia geral lotando o Salão de Atos e caminhada conjunta fechando avenidas da cidade, com os servidores da Previdência, representantes dos movimentos de pequenos agricultores, Sem Terra e outros movimentos sociais. Após corte de salários e muitas negociações, a categoria foi a única a conseguir a incorporação do GAE (Site ASSUFRGS, Histórias e Conquistas, 2001).

Ocorreram diversas derrotas dos movimentos sindicais, que sinalizam passagens importantes, pois, identificam algo e fica como marco para reavaliar as estratégias executadas e futuras, em face aos interesses do capital e do Estado em conjunto com as possibilidades existentes no momento histórico. Apenas parte das reivindicações de greve de 2001 foi adquirida também do serviço público.

É nesse período que Cardoso (2016) infere como “refluxo dos movimentos sociais e dos instrumentos de organização da classe trabalhadora”, que permeia diversas situações de uma forma de concepção sindical que é relacionada, segundo os autores da revisão bibliográfica realizada à **crise do sindicalismo** cutista. Segundo Antunes (2018), com a entrada de Lula no governo em 2003, percebe-se a continuidade de ações econômicas de Fernando Henrique Cardoso - FHC e manutenção do superávit primário<sup>18</sup>. Além disso, ocorre o reconhecimento das centrais sindicais e a obrigatoriedade do imposto sindical que aumenta significativamente o número de sindicatos na tentativa de uma reforma sindical que acabou afastando a categoria de suas entidades por não se sentirem representadas.

A contribuição sindical coloca os sindicalistas em oposição ao passo que muitos defendem sua existência para poder ter receita (que já repercute no fechamento de muitas entidades) para realização organização das lutas em oposição, muitos alegam que os trabalhadores devem escolher de forma livre se sindicalizar e a unicidade deveria ser revista - atualmente dispõem como regra para investidura sindical o artigo “Art. 6º Não será

---

<sup>18</sup> Superávit primário - Recurso orçamentário destinado ao pagamento dos juros de dívidas com o mercado internacional

reconhecido mais de um sindicato para cada profissão” (LEI Nº 1.402, DE 5 DE JULHO DE 1939) e amparada posteriormente na constituição que versa no

Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: [...] ” II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988)

Colocando o sindicalismo propositivo em relações cômodas na busca por sindicalizados e perdido em se entender como base de defesa do trabalhador e posicionamento frente ao novo governo. O que refletiria no enfraquecimento desses espaços e esvaziamento das greves.

A Greve do INSS de 2009 <sup>19</sup> foi derrotada, sendo ela ocasionada no governo do PT, o que provoca grande desestruturação dos movimentos sociais que surgiram em decorrência dos levantes aliados que passam a criar alternativas à CUT contra as reformas neoliberais aplicadas no governo Lula. Nesse momento, houve o desconto de trinta dias diretamente da folha dos trabalhadores que o sindicato não conseguiu negociar.

A construção da contra hegemonia defendida pela CUT na sociedade civil passou a se limitar às fronteiras aceitáveis do capital pela relação com o governo que dá continuidade da perspectiva liberal de estrutura sócio democrata, favorecendo um sindicalismo de concertação social de caráter conciliador, promulgando alguns ganhos sociais significativos na área da educação, assistência e saúde, ao passo que, na perspectiva de colocar o país partícipe da mundialização do capital, utilizam estratégias econômicas, políticas e sociais de Estado que contribuem para a fragmentação do trabalhador e o enfraquecimento da luta conjunta, o capitalismo torna-se mais orgânico e os trabalhadores, a partir da reestruturação produtiva, isolados (CARDOSO; SILVA, 2016).

Em tempos contemporâneos há uma substituição do confronto sindical com o capital que opta por negociação entre representação patronal e representação sindical. Ainda que não

---

<sup>19</sup> Greve do INSS de 2009 – Lutou contra a adesão da jornada de 40 horas semanais para ter o direito a reajuste salarial. O decreto 4.836/03, que estabelecia a jornada de 30 horas semanais de trabalho nas unidades do serviço público que funcionam em turnos ininterruptos.

seja acordo de todos, buscam-se alternativas dentro dos coletivos (ora propositiva, conflitiva e/ou de confronto e defensiva buscando manter conquistas). Com isso observam-se substituições às greves, como principal instrumento de pressão dos trabalhadores, paralisação na entrada da fábrica e com produção intocável, sendo elas consideradas quando esgotadas as possibilidades de proposição/negociação/participação de um sindicalismo neocorporativista com a representação patronal (FARIAS, 2016) até mesmo pela ausência, muitas vezes, da organização interna que prioriza

[...] movimentos de curta duração, com a perspectiva de trabalhar o possível dentro da ordem do capital. O perigo é sobrevalorizar o exercício de uma atuação ao dispor do empresariado, dado o quadro intransponível das relações capital x trabalho, quando a meta por intensificação de trabalho e lucro conjuga com desemprego, terceirização e exército de trabalhadores em reserva. (FARIAS, 2016, p. 3)

Com o intuito de diminuir o cansaço físico e mental dos trabalhadores ao mesmo tempo em que, dadas as conquistas, há um interesse do capital em ampliar o chamado **exército industrial de reserva** que é entendido por Marx e Engels como uma das formas de manutenção do capital. Pois, ao passo que há um aumento significativo do desemprego, o medo e a necessidade impõe aos trabalhadores sujeitar-se a formas de exploração já superadas, em contrapartida, a acumulação se intensifica.

Assim, com a compreensão de movimentos de classe distantes das articulações e desconectados da luta de contestação à lógica do capital que mediatiza sentimentos de egoísmo e incentiva recordes de produção, acompanhados por perdas de postos de trabalho, desemprego, além da privatização e precarização defendidas pelo povo. Nesse contexto de acirramento da terceirização, precarização, desemprego estrutural e política de redução de custos, ocasionam em cortes no setor de pessoal. O caminho da greve - implica demissão, como alternativa busca-se a paralisação de horas e não de dias, operação tartaruga, denúncia pública, manifestações de rua, bloqueio de estradas e vias públicas, boca-boca, discurso de conscientização do trabalhador que está sobrecarregado por manter o serviço até o movimento parar (FARIAS, 2016).

Essa crise traz como consequências a muitos trabalhadores ligados a atividades sindicais sendo expulsos do mercado formal e que posteriormente são reabsorvidos em condições precárias de trabalho por empreiteiras e “cooperativas”. Com o crescimento

da taxa de desemprego, limitação do contato da diretoria dos sindicatos com a categoria por meio da proibição da entrada dos representantes sindicais nos locais de trabalho, desativação de comissões, cooptação de lideranças e a instabilidade no trabalho ligado às constantes ameaças de demissão acarretamento recuo da mobilização sindical em troca da manutenção de empregos (LIMA; MATIAS. 2016).

No ano de 2012 há um conjunto de paralisações no serviço público e no setor privado, incluindo bancários e operários da construção civil. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, foi o maior número de greves no país desde 1996, totalizando 873, sendo 74,5% paralisações de até 8 horas de trabalho (um dia) em decorrência da manutenção de condições vigentes e descumprimento de direitos e tendo sido adotado em 89% o recurso de negociação direta e/ou mediada e, em 37%, através do envolvimento do Poder Judiciário e tendo o atendimento das reivindicações 84,8% na esfera privada e 63,2% na esfera pública dadas as proporcionalidades de negociações. Esse protagonismo passa a preparar o terreno para as lutas que viriam em 2013 – impulsionadas especialmente pelo “[...] aumento das passagens dos transportes, com a violência policial, a mídia empresarial, o sucateamento da saúde e da educação públicas” (LIMA; MATIAS. 2016, p. 4).

As conquistas do povo ofereceram as bases para os direitos, ao passo que a revolução política liderada pela burguesia preparou o terreno para o Estado moderno resultante dele, através da derrubada do poder senhorial, estamentos, corporações, grêmios e privilégios, não extinguindo o homem egoísta - fundamento da sociedade na era feudal - vigente até hoje e que se tornou a base desigualdade na sociedade do capital do homem e a premissa do Estado. Foi assim que os sujeitos passaram a ser reconhecido nos direitos à propriedade privada. Tornada possível mediante a destruição do regime de servidão que liberou a força de trabalho. Assim Marx distingue a emancipação política e humana, sendo possível o sucesso da segunda via apenas com a supressão da propriedade privada dos meios de produção. (MARX, 1975 apud MARCONSIN, 2016)

Segundo Castanho, (2019) um sindicalismo forte é necessário uma população trabalhando em consonância, com estes trabalhadores sentindo-se contemplados nas lutas e querendo assim estar filiados. Face ao desemprego, há o aumento de trabalhadores autônomos e a retomada dos sindicatos em aproximar-se de sua base especialmente pela luta, ainda que também pela manutenção de suas receitas.

Na atualidade, percebem-se as configurações do enfraquecimento sindical, segundo apontam Souza e Trópia (2012), há a diminuição de estabelecimentos com grande número de trabalhadores, a descentralização produtiva, com instalação de espaços laborais mais “enxutos”, - descentralização da negociação e dissídio coletivo - defendida por alguns movimentos e greves esvaziadas por conta de acirramentos entre centrais sindicais, mas também das reconfigurações do capital. Em meio a esses pontos, há mecanismos de poder que moldam as relações e refletem os resultados das estratégias dos diferentes sujeitos que compõem o todo dessa discussão.

Segundo Bobbio et. all (1986) o poder é caracterizado pela capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos, a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais. Ocupa-se mais de um lugar na sociedade, e assim, é possível desempenhar diversos papéis em suas relações, sendo eles por vezes passivos e/ou ativos. Enquanto indivíduos, somos seres políticos e tal conceito pode ser trazido tanto como micro quanto macro sistema. A existência humana é implicada diariamente pelas relações de poder que se modificam conforme o local, o papel desempenhado, qual a atribuição do indivíduo frente a esse contexto.

Ao refletir sobre relações de poder é necessário ter como referência a soma de variáveis que moldam as relações, que são: os atores e as estratégias que dão significado aos objetivos, formas de mediações que estão calcadas no movimento histórico, na visão de mundo já estabelecida por questões espaciais e temporais que já denotaram códigos que traduzem certos entendimentos a partir do local que é colocado o grupo, coletivo ou indivíduo.

Quais seriam os mecanismos para que a classe trabalhadora consiga superar a forma desumanizadora que se vive na sociedade a partir do capitalismo e, garantir possibilidades mais humanas? Introjetar um novo olhar sobre o trabalho e bem estar que vislumbre ter tempo para cuidar de si e de sua família (dar atenção), diminuição do tempo de trabalho, bem como, o investimento de força de produção em algo que lhe faça sentido a todos, inclusive para o capital. É pela emancipação que o ser humano alcança a liberdade, hoje algo utópico que pode ser alcançado através da luta.

Identificar as contradições no ambiente de trabalho, no estado, sociedade e como isso reflete-se podendo articular a buscar mais aparatos para contribuição de novos projetos,

resolutividade/paleatividade que garanta os direitos do ser social, reafirmando o compromisso ético com a população e com a profissão.

Em entidades como sindicatos é necessário estratégias que visem mobilização, mediação e por vezes judicialização. Esses passos atravessam um campo de decisões que permeiam os interesses da classe trabalhadora, a segurança dos mesmos e organização do coletivo, com atenção redobrada para que as intenções do estado, mesmo que veladas. Somado a isso, a estrutura muitas vezes corporativistas de espaços sindicais encontram-se desconectadas da amplitude da reestruturação já vigente no trabalho que os fazem recolherem-se. Assim, é necessário que.

Os sindicatos precisam romper radicalmente com todas as formas de corporativismo ou neocorporativismo, que privilegiam suas respectivas categorias profissionais, diminuindo ou abandonando os seus conteúdos mais marcadamente classistas. Não falamos aqui somente do corporativismo, tão forte no Brasil, México, na Argentina, mas também de um neocorporativismo societal, assimilado de modo crescente pelo sindicalismo contemporâneo. (ANTUNES, 2018, p. 295)

É nessa perspectiva que se trata interesses coletivos que recentemente, observa-se uma união de diferentes centrais sindicais contra a reforma da previdência, não que seja algo em acordo de todos os sindicatos, mas há quem não concorda com a reforma e quem acredita que seja necessária, porém diferente da que é proposta pelo governo, trazendo um discurso comum que as une. Numa necessidade de reinvenção, seja pela união, mas também pelas novas reagregações do trabalho pessoa jurídica - PJ e trabalho intermitente.

No que diz respeito aos papéis de poder, quando se entende o sindicato também como um campo de atuação e local que emprega, há uma simbiose, onde os diferentes organismos que representam os trabalhadores podem ser campo de prática e atuação dos mesmos, e/ou resultado das lutas que preveem e defendem para os sindicalizados. Para uma tomada de consciência coletiva não basta, pertencer ao mesmo grupo, são necessárias discussões com a base, identificação dos problemas e desafios, bem como, perceber que a unidade enquanto classe personificada é capaz de agir com ações planejadas e efetivas, construindo uma reflexão que fale por todos os trabalhadores(MAIO; REIS, 2016).

Assim, numa estrutura horizontal de coletivo, Antunes (2018) propõem uma compreensão de classe trabalhadora que condensa segmentos das mais variadas formas

contratuais, sem excluir os desempregados aglomerando em suas ações formas que ultrapassem os limites geográficos, enriquecendo os debates e as estratégias coletivas.

Nessa linha, se traz o debate à entidade sindical de assistentes sociais onde, segundo Cardoso (2016) o sindicalismo propõem aproximação com as teorias marxistas e envolvimento com a luta do conjunto dos trabalhadores com o intuito de repensar a atuação profissional e funcionalidade social da profissão. Porém, até hoje a categoria encontra-se fragilizada, no debate sobre uma nova estrutura sindical expressou-se a construção de sindicatos por ramo de atividade econômica, e não mais por meio de suas entidades corporativas. Vale (2016) relata que a entidade nacional com viés positivista cumpre um papel confuso, se encontra esvaziada e não possuem atuação expressiva.

Ainda que se entenda a importância de um sindicato que ampare as lutas de assistentes sociais pelas diversas pautas que a categoria carrega, como por exemplo a necessidade de um piso salarial que dê conta minimamente de assegurar um mínimo que seja coerente com a função técnica e proteja os trabalhadores de alguma instância da precarização, percebe-se que o mesmo é defendido pelo conjunto CFESS/CRESS<sup>20</sup> e não pela entidade.

Das 28 entidades existentes no país, apenas cinco seguem abertas e não possuem atuação expressiva sejam pelos seus problemas internos políticos, a exemplo de sua relação com o Conselho Regional de Assistentes Sociais e, segundo relata Vale (2016) pelo alicerçamento de um projeto profissional que ampara-se contramão do projeto político econômico do país. Assim, o posicionamento defendido é inserção aos sindicatos por ramo do vínculo profissional.

A contradição é inerente à vida em sociedade, mas cabe aos assistentes sociais olhar o seu movimento de categoria como observa e estuda a realidade do fazer profissional, se entender como classe que também têm suas lutas e que enxerga movimentos coletivos como pontes para articulações e possibilidades de mudanças. É nesse movimento de ocupação de espaços que talvez provoque o repensar, pois viver o espaço sindical como empregado e atender demandas dos trabalhadores fomenta um efervescer de análises, valores e princípios que é apresentado a seguir.

---

<sup>20</sup> Conjunto CFESS/Cress, Abepss e Enesso -entidades de organização política do Serviço Social brasileiro pautada nos princípios e diretrizes ético-políticos da profissão.

## 2.5 SINDICATOS COMO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL

Para compreender o sindicato também como um lugar que emprega, remetendo a possibilidade de pôr em prática o que defende aos sindicalizados/usuários. Assim, além de propiciar o que o capital demanda - enquanto empregador - ele também age na organização da transformação social. Assim, buscou-se trazer os textos de apoio do estudo bibliográfico que discutem esse outro delinear que se expressa nessas entidades especialmente no que diz respeito aos sujeitos com formação em Serviço Social, acentuando o efervescer revolucionário e os limites profissionais do emprego.

Quadro 5 - Sistematização da amostra relacionada à - sindicatos - com recorte de discussão sobre - espaço sócio ocupacional - dos artigos utilizados do CBAS 2016:

Palavras chave	Títulos
Reforma Sanitária, Assessoria, Fóruns de Saúde	LUTAS PELA SAÚDE: Contribuição do assistente social na assessoria aos movimentos sociais
Serviço Social, Precarização do Trabalho, Saúde do Trabalhador e Sindicalismo.	A Integração do Serviço Social no Movimento Sindical: Espaço de discussão sobre precarização do trabalho e saúde
Assessoria; Serviço Social; Movimento Sindical Rural.	Entre a Profissão e a Militância: Assistentes Sociais no Movimento Sindical Rural de Pernambuco

Fonte: Sistematizado pela autora (2019)

Espaço sócio ocupacional é o local onde o assistente social estará ocupando para discutir e intervir sobre a realidade social. Conforme Iamamoto (2009), a/o assistente social tem que levar em consideração o contexto histórico atrelado às mudanças de etapas do capital. Pois a ideologia neoliberal posta, altera a forma, a vida e o resultado do trabalho. Essas mudanças de cenário econômico são cíclicas e impactam na vida do trabalhador, usuário e patrão de diferentes formas. Assim, o sindicato aguça e propõem nexos correlatos ao da profissão ao passo que

[...] compreendemos esse espaço sócio ocupacional como uma possibilidade de ampliar ainda mais os horizontes da nossa profissão, tanto a nível interventivo,

quanto teórico. Pois, é notório que o conjunto de instrumentos éticos e políticos do nosso saber profissional pode fomentar ainda mais a **efervescência política-revolucionária** dos movimentos sociais [...] (SANTOS; BENEVIDES, 2016, p.8)

Bravo e Menezes (2016) apud Yamamoto (2002) consideram a assessoria realizada pelos assistentes sociais nos espaços sindicais fundamental, pois influencia em recuperar um trabalho de base que pode ser lido como potencial educativo, mobilizatório e organizativo adequado aos desafios latentes, utilizando-se de seus referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, inerente ao fazer profissional que, ao pensar nos movimentos, foi absorvido pelo refluxo da crise sindical.

Para o/a assistente social, trabalhar em espaços que se preocupam e buscam formas de garantir direitos à classe trabalhadora contra o capital e o capitalismo, possibilita visualizar por meio da organização dos sujeitos que a compõem, apoiando lutas, direitos e serviços sociais. Silveira, et all (2016) compreendem a potência do conhecimento técnico da profissão frente às lutas da classe trabalhadora contra o sistema econômico e apontam o ocupar do serviço social nesses locais, pois congregam trocas e construções coletivas críticas capaz de dar vida à superação e proposição política, econômica e social. Porém, é importante perceber **os limites que o vínculo de empregado suprime** de sua autonomia:

[...]muitas vezes, a ação do assessor/assistente social no Movimento sindical [...], está dividida entre a realidade, que queremos mudar, o sonho de um mundo melhor e os limites profissionais que o nosso vínculo empregatício nos impõe. E é também nesse sentido que alertamos para o cuidado de não exercermos um protagonismo que não é nosso, e sim dos sujeitos políticos que assessoramos[...] (SANTOS e BENEVIDES, 2016, p.7)

Há nuances e similitudes no que diz respeito a empregar e militar. A chefia do sindicato é o sindicalizado, é dele que sai as contribuições mensais que fazem manutenção em algum grau da entidade, e esse pode dar-se conta ou não de sua condição. Ao mesmo tempo em que o empregador dos funcionários das entidades são os sindicalistas, mas quem organiza é seus representantes, que é a diretoria colegiada (eleita pela categoria) que exerce suas funções na gestão vigente. São linhas tênues que confundem aos novos componentes e possivelmente também a quem faz parte desse contexto em longo prazo.

Há nessa dupla relação de militante e empregador a possibilidade de proporcionar aos seus funcionários os direitos, recursos, resguardos morais e demais questões atreladas com base na luta que exercem para a categoria sindical. Além do exposto essa configuração vem

formatando-se podendo ela se diferenciar dado espaço de referência que compõem os estímulos de estudo da temática.

Ao mesmo tempo em que existe “[...] a oportunidade de trabalhar em um espaço que possui um projeto político de sociedade em consonância com o nosso projeto ético-político profissional, existe o desafio de estar na fronteira da ação política pessoal (militância) e da profissão.” (SANTOS e BENEVIDES, 2016, p.7) colaborando “[...] com o processo de entendimento crítico dos trabalhadores a respeito dos diferentes atravessamentos contidos em seus processos de trabalho, auxiliando-os a compreensão das condições de trabalho vivenciadas por estes, no contexto sócio- histórico.” (SILVEIRA et al., 2016, p. 7) as/os profissionais corroboram na orientação com base nos estudos que realizam, mas o poder político-decisório é do empregador com diferentes atravessamentos contidos em seus processos de trabalho.

Assim, a relação de poder entre direção sindical e categoria, direção sindical e conhecimento técnico sobre trabalho da categoria sindicalizada e trabalho dos profissionais que compõem o quadro funcional, acomoda-se ou ajustam-se os reflexos dessas inquietações no entendimento de cada um. Percebendo que o espaço sindical tem reconhecido a importância de ter em seu quadro funcional profissionais que tenham determinados saberes que respondem às necessidades de seus usuários, visualiza-se diversas entidades que têm assistentes sociais trabalhando em diferentes setores.

Contudo, reitera-se a relevância de produzir conhecimento sobre o que fazem os profissionais que estão nesses locais e a necessidade da articulação do serviço social junto a outros processos de trabalho nesse espaço ocupacional considerando a possibilidade de refletir sobre os objetivos da profissão e das entidades.

### **3 AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM SINDICATOS**

Com vistas a refletir sobre o sindicato como **espaço ocupacional onde trabalham assistentes sociais**, neste capítulo desenvolve-se análise sobre as particularidades deste trabalho nestes espaços, de natureza pública e privada, com a finalidade de analisar suas similitudes e distinções. Para tanto, buscou-se desvendar a realidade vivenciada por distintas profissionais e entidades e a forma como respondem às demandas, potencializando e

instigando a abertura desse espaço em outros sindicatos por meio da disseminação desse estudo fundamentado na realidade.

Este capítulo foi subsidiado pela relação dos resultados da categorização da entrevista de campo e os artigos da revisão bibliográfica que aglutinam informações sobre o trabalho de assistentes sociais em sindicatos, conforme quadro 6 que expressa os textos que compõem essa discussão.

Quadro 6 - Sistematização da amostra relacionada à - Trabalho do/a assistente social em entidade sindical- artigos utilizados do CBAS 2016:

Palavras chave	Títulos
Direito, trabalho, precarização, serviço social	O DIREITO NA SOCIEDADE CAPITALISTA impactos para a classe trabalhadora e desafios para o serviço social
Saúde do Trabalhador, Serviço Social, Cerest Diadema	O SERVIÇO SOCIAL E O ACOLHIMENTO EM SAÚDE DO TRABALHADOR
Serviço Social, Precarização do Trabalho, Saúde do Trabalhador e Sindicalismo	A INTEGRAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO MOVIMENTO SINDICAL: espaço de discussão sobre precarização do trabalho e saúde
Trabalho, Serviço social, mercantilização da saúde.	TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: a intervenção profissional do assistente social frente às novas demandas para a saúde no neoliberalismo.
Assédio Moral no Trabalho. Serviço Social. Saúde do/a trabalhador/a. Trabalho. Materialismo histórico-dialético.	ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: a práxis profissional desde o materialismo histórico-dialético
Burocracia. Trabalho Profissional. Capitalismo.	BUROCRACIA E SOCIEDADE: implicações no Serviço Social
Assessoria; Serviço Social; Movimento Sindical Rural.	ENTRE A PROFISSÃO E A MILITÂNCIA: Assistentes sociais no Movimento Sindical Rural de Pernambuco

Fonte: Sistematizado pela autora (2019)

O trabalho do/a assistente social em sindicatos difere-se de militância, porém demonstra a possibilidade de exercer suas funções com respaldo do empregador, ao passo que na medida em lutam pela defesa dos direitos da classe trabalhadora, defendem os mesmos ideais. Em acordo a isso há a percepção da realidade, análise dos fatos que reverberam em

cada espaço para reconhecer a entidade e propor formas de inserção da profissão, cabíveis ao espaço de trabalho e identificar como dá-se a autonomia profissional.

O presente capítulo evidencia a realidade laboral de profissionais que trabalham e experienciam esse novo campo de atuação, que conforme foi possível identificar na investigação realizada, ainda é pequeno no Rio Grande do Sul, contando em princípio com seis profissionais, dado recorte considerado para estudo que abrange os espaços sindicais de trabalhadores do setor público e privado de Porto Alegre e região metropolitana, mas com modificações importantes ao pôr em prática a presente pesquisa. Inicialmente será apresentada no quadro a seguir se retoma as identificações para poder explicar sobre as mudanças advindas no processo de pesquisa:

Quadro 7 - Identificação de AS nos espaços sindicais para configuração final da amostra:

Sindicatos	Registros	Assistente social trabalham para a categoria da entidade
Municipais - Região Metropolitana + POA	19	<b>milita</b> <b>-1</b>
Estaduais - RS	25	<b>3-1</b>
Federais - RS	10	<b>1</b>
Nacionais - RS	1	<b>0</b>
Privados - RS POA	121	<b>+1</b>
Privados - Estado		1
Privados - Região Metropolitana	47	<b>0</b>
Autônomo - Interior	<b>intencional</b>	<b>+1</b>
Total	<b>223</b>	<b>6-2+2 = 6</b>

Fonte: Planilha Secretaria de Relações do Trabalho - SRT do Ministério do Trabalho e Emprego. Sistematizado pela autora (2019)

Para explicar, conforme a sequência lógica apresentada no quadro 7 e os destaques em vermelho (com sinal de + e -), ao realizar contato novamente com a profissional que condiz ao sindicato municipal de Porto Alegre, a mesma informa que é militante e diretora, mas por ser formada atua esporadicamente utilizando as técnicas de sua profissão, mas que não se sentia à vontade para responder perguntas como profissional da entidade.

A terceira integrante do grupo de assistentes sociais dos sindicatos Estaduais do RS não fazia mais parte do quadro de funcionários. Sua desvinculação deu-se pelo novo vínculo no serviço público, porém, o diretor do sindicato referiu que não haverá reposição dessa vaga por conta do enxugamento de receita ocasionado pela medida provisória que retira o desconto em folha do imposto sindical.

A aparente diminuição da amostra não demonstrava um problema, mas surgem duas novas profissionais, sendo uma delas advinda da abertura de campo num sindicato que não havia tido essa experiência até então e, fruto da participação no Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais - EGAS, o contato com uma profissional ligada a um sindicato de trabalhadores autônomos como possibilidade de enriquecer e vislumbrar uma amplitude das particularidades do trabalho nos diferentes espaços, sendo escolhida de forma intencional e mantendo-se assim, o mesmo número amostral.

Explicadas as alterações, conforme o instrumento de coleta de dados que constam as perguntas de apoio - semiestruturada que foram construídas de forma a responder os objetivos estabelecidos pelo estudo trazendo a identificação do perfil tido dessas assistentes sociais enquanto trabalhadoras e posteriormente, no que tange o trabalho, suas vivências considerando condições e precarizações decorrentes do trabalho, as possibilidades de resistência, vinculação de suas atividades ao Projeto Ético Político profissional, suas compreensões de trabalhar vinculadas a entidades sindicais, os instrumentos e demandas.

### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Destacam-se aqui elementos considerados centrais para iniciar a análise e compreensão do perfil das profissionais entrevistadas, conectando a trajetória no trabalho em entidades sindicais no RS que indica refletir sobre diversas questões. Com isso, o quadro 8

elucida o material coletado para melhor visualização e acompanhamento da discussão referida.

Quadro 8 - Comparativo relação tempo/quantidade - Formação/Educação Continuada/Tempo Entidade:

Gênero	Ensino	Instituição de graduação	Ano de formação	Educação continuada	Tempo formada	Tempo na entidade	Ano de vinculação
♀	Presencial	PUCRS	1997	2	22a	10a	2009
♀	Presencial	ULBRA	2005	4	14a	3a	2016
♀	Presencial	PUCRS	2007	2	13a	13a	2007
♀	Presencial	UNISC	2010	1	9a	4a	2015
♀	Presencial	UFRGS	2016	0	3a	2a	2017
♀	Presencial	UFRGS	2018	0	1a	3m	2019

Fonte: Sistematizado pela autora (2019)

Inicialmente enfatiza-se, conforme apresentado no quadro a informação de que todas as entrevistadas são mulheres, o que dialoga com o reconhecimento da classe formada majoritariamente pelo gênero feminino conforme pesquisa CFESS (2005)<sup>21</sup>, que evidencia um contingente de 97% de mulheres no cômputo da categoria profissional em território nacional. A formação das mesmas ocorre presencialmente, o que, em tempos de expansão do ensino à distância remete positivamente. Percebem-se pelo menos dois vieses de matriz teórica das instituições de ensino em que ocorre a formação, que ao decorrer das análises ficam mais perceptíveis.

Uma das profissionais tem como ano de formação 1997, o que pode indicar que tenha tido pouca aproximação durante sua graduação com o que está preconizado nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social de 1996 e que está vigor até o presente momento, mas que pode as orientações pode ser requerido posteriormente à graduação. Nesta década em

<sup>21</sup> Conforme [http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas\\_edicaovirtual2006.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf)

que se forma a assistente social, se exacerbam os rebatimentos da ofensiva neoliberal que impactam diretamente a formação e também as políticas sociais por meio da contrarreforma do Estado. Assim, mesmo na penúltima DC do Serviço Social, a perspectiva de formação brasileira já se desenhava sob fundamentação crítica considerando a direção social assumida pela categoria a partir do Congresso da Virada (III CBAS 1979) e sua intenção de ruptura que se consolida na década de 1990 com o Projeto Ético Político Profissional tendo como um de seus pilares as DC de 1996, esta instituída frente às necessidades das exigências contemporâneas, compreendendo um novo olhar ao rigor da questão social e características da realidade social, direcionando o exercer da profissão e a ética baseada numa perspectiva crítica e dialética (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Ao tratar sobre **educação continuada**, ao passo que as profissionais se estabelecem num local de trabalho, buscam complementação conforme sua área de atuação numa relação de condição financeira e percepção de utilidade, se especializando em áreas que lhes são de interesse. Esse saber é entendido como o seguimento da aprendizagem “[...] diz respeito à continuidade da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional [...]” (FERNANDES, 2016, p. 55) sendo ela oriunda ou não das necessidades do trabalho, não modificando as estruturas do mesmo, mas oportuniza subsídios e conhecimento específico à temática de estudo.

Observados os anos de ingresso nas entidades, infere-se que é datado do ano 2007 que as entidades sindicais do estado passam a requerer essa profissão como contribuidora de ações junto aos sindicalizados, ocorrendo o agravamento da questão social ao trabalho profissional dos assistentes sociais possuem reconhecimento, e mesmo ocorrendo redução da equipe de diversos setores, especialmente de funcionários de outras áreas de nível superior, se mantém apenas o Serviço Social. Assim, um trecho da entrevista alinhava essa afirmação: “[...] atualmente só eu de nível superior aqui dentro.” (SIU. F, 2019) que demonstra mais do que importância da profissão enquanto fazer preconizado, mas também a precarização existente em alguns desses espaços.

Segundo Delgado (2007) as normativas de regulação dos contratos de emprego asseguram valor ao trabalho e decoro ao ser humano frente a uma sociedade que vive do rendimento do capital. Destarte, buscou-se saber quais os vínculos de trabalho experienciados pelas entrevistadas e suas remunerações dada carga horária exigida para execução do trabalho.

No que diz respeito aos direitos fundamentais <sup>22</sup>que regulam as relações entre indivíduo e sociedade, o trabalho é identificado como direito básico individual e coletivo fundamental ao cidadão que combinadas por diferentes normas e asseguradas pela Constituição Federal de 1988 regulam contratos trabalhistas para manutenção de recursos que visem suprir as necessidades materiais e a plena inserção dos sujeitos em sociedade.

Quadro 9 - Relação vínculo de trabalho e remuneração das entrevistadas:

Vínculo	Valor da hora	Carga horária	Salário
<b>Autônomo</b>	<b>R\$250,00</b>	<b>projeto - assessoria</b>	<b>Conforme carga horária de projeto</b>
<b>Autônomo</b>	<b>R\$54,00</b>	<b>7hs</b>	<b>R\$1512,00</b>
<b>Autônomo</b>	<b>R\$29,38</b>	<b>20hs</b>	<b>R\$2350,00</b>
<b>CLT</b>	<b>R\$27,00</b>	<b>30hs+10hs</b>	<b>R\$3240,00</b>
<b>CLT</b>	<b>R\$39,17</b>	<b>30hs</b>	<b>R\$4700,00</b>
<b>CLT</b>	<b>R\$16,65</b>	<b>30hs</b>	<b>R\$1998,00</b>

Fonte: Sistematizado pela autora (2019)

Constata-se igualmente divididas com vínculos de trabalho via Consolidação de Leis de Trabalho - CLT e autônomas. No que tange a CLT, ela assegura ao trabalhador regras e proteções através do recolhimento de taxas que garantem benefícios (conforme o tempo para caráter de assegurado), segurança e saúde, resguardo às infrações e remuneração após afastamento ou término do vínculo de trabalho em virtude do trabalho exercido e de responsabilidade do empregador. Conforme disposto na lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 “Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.” (BRASIL, 1946). Com o passar dos anos é sancionada lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974, específica que dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas (BRASIL, 1974) e, em 2017, é promulgada a

<sup>22</sup> Direitos Fundamentais - são de caráter nacional, com garantias determinadas pelo Estado. Diferente de direitos humanos, que é atribuída característica de amplitude universal.

ampliação desta, tratando sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros (Lei 13429/2017).

Para autônomos prestadores de serviço, também conhecido como “trabalho realizado à título de aluguel” há contratos pactuados entre as partes interessadas, que indicam funções e tempo das atividades, mas desprovidos de resguardos que oneram o empregador. Assim, conforme consta na reforma das relações de trabalho Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 - “Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.” (BRASIL, 2017) Ficando a cargo do sujeito separar parte da remuneração para contribuir no Instituto Nacional de Previdência Social - INSS ou na Previdência Privada.

Duas profissionais com vínculo autônomo têm outros vínculos para complementação de renda e uma delas, entendida como Pessoa Jurídica - PJ, presta serviços para diversas instituições e indivíduos, que abarca-se de certa forma como integrante desse arquétipo de acréscimo de trabalho. Observa-se no quadro 9 uma discrepância no que diz respeito ao valor pago por hora, sendo somente o projeto assegurado e instituído em 2001 que fixa o valor mínimo a ser cobrado pela hora técnica de assessoria e consultoria corrigida anualmente pelo Índice de Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - ICV - DIEESE conforme o grau de especialização do profissional fixado pelo Conselho Federal de Serviço Social na Resolução CFESS nº 418/01 de 05 de setembro de 2001 (CFESS, 2018). Assim, aponta a profissional remuneração até acima da média com resguardo considerado “justo”:

Em termos de remuneração, eles estão dentro do que o mercado paga para consultoria e assessoria e nesse sentido eles são justos né, naquilo que tu propõem, não é um espaço que negocia valores, no máximo negociam a quantidade de horas, mas nunca o valor da hora do profissional, eles negociam o que está de acordo e o que não está. (SIU B, 2019).

Segundo Matos (2006), a assessoria objetiva apontar caminhos, a partir da realidade do objeto estudado propondo estratégias ao grupo assessorado, os projetos não são algo pontual, mas são baseados em atualizações sobre as demandas e conhecimento sobre aquela realidade. Além da profissional que trabalha com projetos de assessoria, outras duas compreendem suas ações propositivas na correlação do desenvolvimento coletivo. Conforme

explicitam Maciel e Fernandes (2009), as intervenções junto a grupos e organizações na implementação de projetos que vislumbram a perspectiva de processos emancipatórios, mobilização da participação e o controle social democrático fazem parte de rol.

Uma das profissionais aponta realizar dez horas além das 30 horas, pois, atualmente compõem o quadro da diretoria sindical, assumindo esse tempo a mais para realização das atividades de direção da entidade. Essa dupla atribuição pode trazer dificuldades para relação usuário/profissional/diretoria, mas não é exposto pela assistente social como um problema para realização do seu trabalho.

Segundo o Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, a média salarial de assistentes sociais no país (período de observação out/2018 à abr/2019) varia entre R\$2281,00 e R\$2749,00. Porém, a profissão não tem piso salarial e, parece não se reconhecer como classe trabalhadora, uma vez que deixa de lado suas bandeiras, conforme o relato “a gente nunca é o trabalhador sabe, então isso eu acho que é uma coisa que não é só pelo meu trabalho, mas é para o trabalho de todo mundo” (SIU D, 2019). Existem projetos de Lei na Câmara dos Deputados pleiteando um piso salarial estimado em no mínimo R\$4000,00 para jornada de 30 horas em concordância com a Lei 12.317/2010. Esta fala também revela o quanto ainda se expressa na concretude das relações de trabalho, o distanciamento da compreensão do assistente social e sua condição de trabalhador assalariado. Assim,

[...] o que nós não temos na nossa categoria, piso salarial, isso faz falta, porque na carga horária nós conseguimos enquanto categoria e eles aceitaram, e, eu estou só com 30 horas. Porque quando eu entrei eram 40 horas, e daí o que eu sinto falta é isso, uma legislação que beneficiasse nós profissionais. Os próprios conselhos, poderia estar trabalhando em cima de nossa, de nós profissionais. E não só com a demanda, nossa demanda, teria que ser nós atores também, isso aí eu sinto falta, as entidades nos defender, isso aí eu vejo que se nós/eu defendo o outro lá fora, mas alguém está me defendendo? Eu sinto falta disso. (SIU F, 2019)

Calculando as horas x valor da hora, percebe-se que quatro entidades remuneraram em acordo às reivindicações da proposta, mas enquanto não aprovada, não resguarda os/as trabalhadoras seja qual for o local ao qual está vinculada, em acordo a isso, fica nítido que a profissão não tem como habitual exigir suas demandas comuns, ainda que tenha como premissa coletivos para o fazer profissional. Diante disso, a participante aponta: “A gente precisa se fortalecer, não sei se vai ser pelo conselho, a gente tem que mudar, a nossa

categoria parece que ela não existe, é a que mais têm estudo que fale isso, mas ela sofre os impactos todos os dias [...]” (SIU D, 2019).

Sabe-se do processo de luta e resistência que o conjunto CFESS/CRESS tem travado ao longo dos anos para garantir a consolidação da Lei das 30 horas, bem como a garantia do piso salarial. Para Boschetti (2011) a luta não pode ser apenas a interesses e direitos exclusivos de assistentes sociais, mas também da classe trabalhadora. No XIII CBAS, ocorrido em 2010, as profissionais e estudantes lotaram a galeria do senado após protesto que reivindicava essas e outras pautas onde às 30 horas tinham destaque, sendo a principal em decorrência do alto grau de stress relacionado ao exercício junto à uma população de pobreza e com direitos violados, bem como, dupla/tripla jornada de trabalho ligadas ao gênero majoritário. Sendo ela aprovada por unanimidade. Além disso, é possível acompanhar por meio do conjunto CFESS/CRESS um investimento do conjunto destas entidades organizativas na de luta pela garantia de um piso e pela garantia dos direitos da categoria como classe trabalhadora.

Mas, para garantir o sancionamento, especificamente se referindo a Lei das 30 horas, foi feito abaixo assinado que garantiu em agosto do mesmo ano a sanção da lei, sendo ela a única aprovada, mas uma importante conquista. O CBAS é considerado um dos eventos mais importantes e que concentra um número expressivo de participantes que já protagonizou realizações e retomadas de estratégias de lutas como impulsionador que retoma as profissionais a busca de reconhecer-se como categoria, que reflete também na dificuldade que há de a sociedade e os empregadores saberem o que faz a profissão “[...] eu dependo que eles entendam a importância do trabalho para que o trabalho seja sistemático.” (SIU B, 2019) tal fala abrange algo muito recorrente para a profissão que é o desconhecimento sobre a mesma, que implica também na realização da presente pesquisa, sendo destaque das diferentes profissionais ao qual será aprofundado no subcapítulo 3.2.

### 3.2 OS PROCESSOS DE TRABALHO NO DIÁLOGO ENTRE PROJETO ÉTICO POLÍTICO, COMPREENÇÃO E CONDIÇÕES

Quando perguntados sobre os setores de trabalho, identifica-se que a maioria está ligada à saúde do trabalhador, independente da nomenclatura explicitada, com o trabalho

voltado para os sindicalizados de forma geral ou ligado aos aposentados. Cinco delas têm trabalho multidisciplinar com o jurídico e duas realizam atividades interdisciplinares com profissionais da psicologia e uma entidade tem outras profissões, mas, o fato de ter outros profissionais não significa que o trabalho é conjunto em todos.

Ao buscar compreender quais as principais **precarizações e condições de trabalho** vivenciadas pelas assistentes sociais entrevistadas, identifica-se que esta categoria para algumas profissionais ainda não está muito assimilada na sua relação direta como trabalhadora e nas suas relações de trabalho. Talvez, este estranhamento da identidade enquanto classe trabalhadora possa ser um dos elementos que justifique esta desconexão. No entanto, quatro das seis profissionais que identificam precarização e condições de trabalho em seus processos laborais os relacionam sob distintos aspectos, bem como aponta Druck (2010).

A autora conceitua precarização social do trabalho como um processo econômico, social e político que institucionaliza a flexibilização (re)atualizando condições estruturais já superadas compostas pela instabilidade, insegurança e fragmentação/fragilidade dos sindicatos. Explicitando-se nas formas de contrato e dentre outros, na flexibilização da legislação trabalhista, no aumento do desemprego, no adoecimento, na desproteção, na perda salarial e etc. (DRUCK, 2010)

Na relação com as condições de trabalho entendido como os mecanismos de segurança e saúde do trabalhador, as entrevistadas que fazem correlação, em sua maioria remetem às instalações de infraestrutura e referem perceber a melhoria do espaço físico, como o exemplo: “[...] passaram por uma reforma grande, melhoraram muito o espaço”(SIU B, 2019)

Outro apontamento, manifestado por três das assistentes sociais participantes, se refere ao fato de ter carro à disposição, sendo eles na entidade ou por convênio empresarial com aplicativo<sup>23</sup>, para participação de eventos e com acesso aos usuários para visita domiciliar e/ou institucional no próprio município e até mesmo no interior do estado, conforme a abrangência de sindicalizados.

No espaço que é “novo” - onde a profissional trabalha a pouco tempo e não havia o serviço anteriormente, a entrevistada explica que é “[...]um espaço a ser construído[...] pra

---

<sup>23</sup> Convênio empresarial por aplicativo - sistema corporativo de gestão para deslocamentos dos trabalhadores e controle sobre os custos com transporte que é descontado diretamente da instituição.

fazer ele entendam e o serviço social tá junto, com relação ao desmonte do direitos trabalhistas[...] (SIU D, 2019). Outro ponto que é manifestado por algumas profissionais é a conjuntura que abate o trabalhador como um todo, corpo e mente afetando sua saúde, (sindicalizados, sindicalistas e trabalhadores da entidade) como uma espécie de pressão mental simbólica que os assombra:

[...] uma pressão muito ampliada que agente tá vendo lá, mas é da conjuntura, então a gente sente automaticamente tudo que acontece bate lá no sindicato, isso as vezes dá um desânimo, [...] todo momento tá ameaçado, o sindicato pode acabar amanhã, embora seja um sindicato com muita estrutura[...] (SIU D, 2019).

Relacionados esses pontos, considerados mais próximos com as condições laborais que implicam aos sujeitos o medo característico do movimento de resistência, abre-se então o enfoque à precarização, que resulta das incapacidades dispostas pelo capital, descritas anteriormente, dividida em duas partes, sendo elas direcionadas a partir da vinculação teórica com a autora Maria da Graça Druck (2011) pelos seis tipos de precarização pertencentes à realidade brasileira num diálogo com as respostas das profissionais entrevistadas e posteriormente, as imbricações destacadas pelas entrevistadas. O quadro 10 apresenta essa primeira parte para posterior análise.

Quadro 10 - Os seis tipos de precarização de Druck (2011) e como repercutem nos sindicatos:

Seis tipos de precarização	Como se apresentam nas entidades
Inserção (contratos) precários, sem proteção social	Contratação de prestadores de serviço
A condenação e o descarte do Direito do Trabalho	
Intensificação do trabalho e terceirização	Redução de equipe
Perda das identidades individual e coletiva	
Insegurança e saúde no trabalho	Ameaça de fechamento da entidade

Fragilização da organização dos trabalhadores	
---	--

Fonte: Druck (2011) e Análise entrevistas. Sistematizado pela autora (2019).

Fazer parte de uma organização que defende a classe trabalhadora possibilita dialogar de forma mais franca com o empregador, pois ele é o mesmo que defende direitos ao seu sindicalizado e que compreende os de seus funcionários, assim, “[...]é uma relação que tu não tem medo parece do teu empregador, porque tu sabe que ele tá do teu lado, é meio louco dizer isso porque é teu patrão[...]” (SIU D, 2019). Mas os sindicatos são parte da totalidade na relação com o capital, são influenciados pela instabilidade da conjuntura e atacados veementemente. Contudo, faz-se necessário aos profissionais, categorias e entidades sindicais estarem atentos à totalidade disposta que demanda diversos meandros em resistência ao posicionamento neoliberal e o conservadorismo. Compreendendo,

[...] o conceito de totalidade implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode vir a ser compreendido como um momento definido em relação a si e em relação aos outros fenômenos. Isso não quer dizer que se deva conhecer todos os fenômenos, igual e indistintamente. Significa que o fenômeno referido só se ilumina quando referido à sua essência, ou seja, àqueles elementos que definem sua própria natureza no seu processo de produção. (CURY, 1985, p. 37)

As contratações de prestadores de serviço facilitam e diminuem os custos de quem admite. Em todos os sindicatos há profissionais que realizam prestação de serviços, dada contradição, oferece oportunidade ainda que pontual e sem proteções a quem está à procura de renda. A redução de equipe, presente em alguns espaços ocasiona intensificação das atividades laborais, com extensão da jornada e o isolamento, com perda de vínculos e construção coletiva visualizado por exemplo no trecho: “O que eu percebo é que eles estão reduzindo cada vez mais a equipe, isso sim, daí a redução da equipe, isso eu sinto[...]” (SIU F, 2019).

Raichelis (2011) aborda a intensificação do trabalho observada, desencade um produtivismo quantitativo que acarreta numa nova organização dos trabalhadores, fragilizando suas condições de trabalho e culminando na fragilização da saúde. A dificuldade de organização sindical e as quedas nas taxas de sindicalização ameaçam o funcionamento de algumas entidades, além disso, o desconto em folha foi suprimido pela Medida Provisória Nº 873, de 1º de março de 2019 é um prenúncio que coloca a quatro desses espaços em estado de

alerta e ganha destaque na fala de duas delas, onde ocorre uma pressão do trabalhador, conforme relacionado neste trecho:

Com essa reforma trabalhista, isto está atingindo em cheio as entidades sindicais, na questão de custeio, da manutenção, da questão deles se manter, né?! Isso está sendo influenciado diretamente, percebe-se, porque é tudo contenção de custos, de recursos, nós temos que estar limitando tudo atualmente, em função pra tentar manter a entidade aberta. (SIU F, 2019)

Castanho (2019) menciona o desafio dos sindicatos em se recolocar na sociedade para reconquistar a sua base dada dependência do imposto sindical obrigatório <sup>24</sup> ocorrida por muitos anos. Esse movimento de rearticulação dos sindicatos provoca diferentes sentidos, com “[...]polêmica dos sindicatos deixar de existir o nosso sindicato é um pouco diferente né, o nosso sindicato, os agricultores não são obrigados a vir pagar a sua anuidade eles vêm espontaneamente, entende?” (SIU A, 2019) pois quem já vem realizando uma construção de taxaço vinculada de forma espontânea não tem sofrido os reflexos dessas articulações do governo para desestruturação do trabalhador:

[...] eles fazem a opção por contribuir pro sindicato. E isso é o mais legal porque na verdade não é um desconto em folha, eles fazem a opção de contribuir pro sindicato, então essas pessoas assim::: claro, mudou um pouco agora a contribuição sindical mas pra esse sindicato não mudou tanto porque, pra eles já era isso. Eles captarem seus sócios um a um[...] (SIU B, 2019)

Esses pontos ganham destaque em separado por terem uma característica muito específica dessa esfera, ainda que esteja imbricada em todas as outras correlações da sociedade, mas que aqui apresentam de maneira muito interessante. Pois, segundo Bezerra, et al., (2016) ressoam não só na demanda social, mas também no assistente social e no próprio trabalho do profissional entrando na esfera do fetiche com relações sociais mercantis objetivadas, que podem reproduzir determinantes de trabalho abstrato: eficiência, produtividade, submetendo a autocrítica a lógica do capital.

Passando a um novo item dentro da esfera das inconstâncias do mundo do trabalho, quando perguntadas sobre as precarizações vivenciadas por elas nos espaços que exercem

---

<sup>24</sup> Imposto Sindical Obrigatório - um dia de trabalho descontado de cada trabalhador de forma compulsória.

suas funções é mencionado sobre o pouco conhecimento da profissão, especificamente no que se refere às situações relacionadas a sigilo profissional, relativa autonomia e procedimentos técnicos, desconsiderando a dimensão investigativa.

Este **pouco entendimento do espaço sobre a profissão**, é recorrente nas falas das participantes, o que se faz e como pode se firmar em sindicatos. Segundo Raichelis (2011), o trabalho do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho atua como uma especialização do trabalho coletivo, num diálogo entrelaçado com o viés sindical, problematizando e desvendando as particularidades advindas dos lugares ocupados, pois o trabalho não é a ação isolada e sim de caráter eminentemente social, que tem por intuito qualificar e melhorar as condições laborais de diferentes maneiras com uma proposta fundamentada, conforme relata a entrevistada:

Eu mandei meu projeto de trabalho, antes de eu entrar em mandei ele, e eles ficaram meio apavorados, do tipo: - Nossa, o Serviço Social faz tudo isso? E falaram não tem como dar uma resumida?! Então ninguém espera que o assistente social seja um profissional técnico, pois a história da profissão vai nos levando pra essas coisas, mas acho que agente tem que mudar isso, se não agente vai deixar esse serviço social liberal tomar conta. (SIU D, 2019).

Entende-se que o trabalho da assistente social está colocado frente à criação de condições fundamentais para garantia de direitos do usuário, que pode ocorrer através de ações, por meio do arsenal técnico-operativo que podem ser utilizados, articulados a sua dimensão teórico-metodológica e ético-política, e que possam incidir nas condições e modo de vida dos trabalhadores. Quando as entrevistas se referem que há pouco entendimento da entidade sindical sobre o trabalho que é desenvolvido pelas assistentes sociais, elas tentam exemplificar isso falando sobre a falta de um espaço adequado para garantia de um atendimento onde se preservasse as condições técnicas e éticas, conforme preconizado na resolução 493/2016, bem como na garantia do sigilo profissional, conforme C.E/1993 Art 14º até At.18º, pois não há este reconhecimento contraditoriamente do que ocorre nos atendimentos do profissional da psicologia.

Quando as entrevistas se referem que há pouco entendimento da entidade sindical sobre o trabalho que é desenvolvido pelas assistentes sociais, elas tentam exemplificar isso falando sobre a falta de um espaço adequado para garantia de um atendimento onde se preservasse as condições técnicas e éticas, conforme preconizado na resolução 493/2016, bem

como no que se refere a garantia do **sigilo profissional**, conforme C.E/1993 Art 14º até At.18º, pois não há este reconhecimento contraditoriamente do que ocorre nos atendimentos do profissional da psicologia.

Quando as entrevistadas referem “[...] no sentido de espaço físico, não é um local preparado para ter um assistente social, agente não tem uma sala preparada como por exemplo já tem a sala da psicologia, né?!” (SIU D, 2019) ainda que um local recente de atuação da profissão, demonstra que é preciso demarcar para assegurar que, não perdura como destaca-se na experiência de umas das profissionais que trabalha na entidade à em média 10 anos:

O que eu não tenho né, é uma questão assim de ter um **arquivo** pra que a gente possa guardar nosso trabalho, que tem que ser, tem que ter todo um cuidado, então é a única coisa que eu acredito que estaria faltando pra que a gente pudesse dizer assim que tá completo, mas isso não impede que eu faça meu trabalho né, porque eu tenho todo um registro, coisas bem pontuais que eu considero bem importantes e caso seja necessário fazer um relatório. P - Daí tu registra onde as tuas coisas de arquivo? C- eu tenho um caderno como se fosse tipo um diário né[...] (SIU C, 2019)

A precarização dá-se diferentes formas, Raichelis (2011) traz que, muitas vezes pelo provisório que se torna permanente e o cotidiano faz com que as adaptações provisórias, pela dinamicidade provinda do espaço/tempo e a **relativa autonomia** exercida na relação trabalhador e empregador atenuem e/ou retire requisições da profissão em detrimento às necessidades latentes do local composto por diretorias (normalmente colegiadas<sup>25</sup>) que tem construído alinhamentos entre o fazer técnico dos profissionais e o exercício político e pode proporcionar uma dualidade e até novas ponderações quando unem-se essas atribuições:

[...] na autonomia das minhas decisões enquanto profissional do serviço social, sabe? Eu sou autônoma naquilo que eu identifico, tá! Identifiquei uma demanda, há necessidade de comprar há isto, A, B, C, D, E, ok. Não, eu tenho essa autonomia de pra decidir entende? Não preciso passar por autarquias entende? P - Entendo. I isso também se dava antes de tu ser diretora? - Sim sim, da mesma forma e acho que fui chamada pra junto da diretoria também até pelo processo também de, eu acredito que nós profissionais do serviço social a gente tem uma visão muito diferenciada e muito ampla. (SIU A, 2019)

---

<sup>25</sup> Diretoria colegiada - representações de dado espaço com experiências diferenciadas, mas onde em tese, há igualdade de autoridade na gestão.

Segundo Moreira (2014) a relativa autonomia se faz presente em todos os espaços de trabalho do serviço social e para ser possível um trabalho mais propositivo é necessário estar amparado pelos conteúdos que são debatidos para, por meio da argumentação fundamentada colocar as proposições e entendimentos da profissão frente aos possíveis desacordos. É nesse andamento que se pode inferir, que quando a profissional não faz parte do quadro funcional frequente provoca um distanciamento e uma fragmentação caracterizada pela flexibilização, o que diminui seus custos e limita o potencial de resultados.

[...] a ação do assessor/assistente social no Movimento sindical [...], está dividida entre a realidade, que queremos mudar[...]e os limites profissionais que o nosso vínculo empregatício nos impõe[...]um protagonismo que não é nosso, e sim dos sujeitos políticos que assessoramos (SANTOS et all, 2016, p. 7,8)

A profissional refere que “[...] Eu não consigo ter uma dimensão mais ampla e nem um acompanhamento sistemático de situações, então isso é uma questão que faz com que eu não consiga ter uma visão geral do que está acontecendo com os aposentados do sindicato[...].” (SIU B, 2019) nesse ponto observa-se que a profissional conduz o trabalho conforme a entidade reconhece os resultados, mas a mesma demarca o que é demandada e quando é relevante intervir numa imposição de - empreendedorismo - da categoria profissional. “Assim, exige-se cada vez mais do profissional. Há que se desenvolver competências, metas, solucionar problemas e, em muitos casos, negligencia-se o caráter investigativo da profissão para apenas privilegiar o cumprimento de procedimentos técnicos e gerenciais.” (ROSA, 2016, p.8)

Destaca-se a colocação de duas das entrevistadas que apontam não haver precarização nas entidades que trabalham, conforme explanação de exemplo: “[...] ele é um local de trabalho diferenciado, a gente sabe disso ele se diferencia muito dos outros espaços e eu não consigo pra viabilização do meu trabalho, eu não consigo visualizar algum tipo de precarização.” (SIU D, 2019).

Constatar essas e outras questões corroboram a perceber essas necessidades da profissão e objetivos intrínsecos para o trabalho, como forma de não perder as apreensões sobre o percurso e o direcionamento laboral. Com isso, identificar formas de resistência frente às precarizações vivenciadas nos espaços.

Ao investigar se as assistentes sociais identificam formas de Resistência no espaço de trabalho, evidencia-se que duas das participantes da pesquisa não percebe em seu cotidiano profissional possibilidade de resistir frente as precarizações que vivencia.

Para Assistente Social D (2019) “[...] o serviço social tá muito vinculado onde a gente trabalha. A gente não consegue nem se organizar pra fazer uma movimentação hoje. Não consigo ver o serviço social lutando pelos seus direitos[...]” sendo assim, essa relação entre resistência e bem estar do trabalhador no vínculo de organizações da classe trabalhadora que vislumbra a transformação societária em tempos de crise estrutural é indispensável e característica do lugar que ocupa (LUSA, 2013).

Assim, incidem nas necessidades da classe trabalhadora, mas “[...] submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forjados a subordinar-se [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 9), poderão/conseguirão rebelar-se coletivamente. Considerando as proposições, como articulações possíveis de resistência explanadas pelas profissionais estão o entendimento do trabalho de assistentes sociais e espaço de sigilo para atendimentos, e, para, além disso, condições técnicas e éticas que assegurem a qualidade dos serviços prestados.

Giachetto et al., (2016) infere que o resgate do espaço de trabalho para além de um meio em que é contratado para determinadas funções, mas como uma oportunidade de intervenção crítica, e que precisa, por conseguinte, ser apropriado pelo assistente social, estimulando-o a relacionar os princípios do projeto ético-político profissional com as demandas que lhes são postas. Compreendendo a necessidade de

[...] estabelecer o serviço social, de como atuar na nossa forma técnica dentro da entidade por uma questão de entendimento do trabalho do assistente social.[...] firmar um campo de trabalho, de desenvolver um processo de trabalho de fazer se conhecer o serviço social dentro desse espaço, é mais nesse sentido assim. (SIU E, 2019)

O papel dos sindicatos de organização dos trabalhadores, não abdica da proteção dos seus sindicalizados, mas há prioridades que, junto ao processo de conhecimento sobre as profissões e sua característica primária que elegem bandeiras políticas à dimensão social, por entenderem que elas vêm à frente e não em conjunto.

É sempre tencionar a importância, é sempre propor ideias novas ou alternativas de captação de recursos pra que elas possam fazer com que as coisas aconteçam, né! Porque é importante que aconteça e que elas deem assistência e que consigam oferecer serviços e atendimentos pra população que elas se propõem a atender. (SIU B, 2019)

A outra proposição dizia respeito ao sigilo e formas de garantir um espaço condizente com os resguardos ao usuário que descrito pela profissional como “[...] é muito diferente do que qualquer outro local que eu já estive até mesmo enquanto estudante. Então tu senta, tu vai conversar e a gente senta, conversa e ajusta. E a sala é uma coisa que eu já comecei a conversar. [...] aí tem os recursos já destinados [...] isso vai ser resolvido[...]

 (SIU D, 2019)

Dessa maneira, contemplando as tramas trazidas pelas profissionais e ponderações associadas pelo estudo, as assistentes sociais se encontram frente aos desafios de criação de condições fundamentais ao desenvolvimento de processos necessários para realizar um trabalho pautado nas normativas que respaldam e fortalecem a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

No que se refere ao resultado sobre questionamento feito às profissionais entrevistadas sobre a relação entre o **trabalho que elas desenvolvem e a direção ética e política defendida pelo Projeto da categoria profissional**, de como as mesmas visualizam esta questão na relação com sindicatos, a maioria delas explana sobre a materialização privilegiada em trabalhar junto a um local que defende os mesmos princípios, conforme o destaque: “[...] eu acho que quando tu está no sindicato e consegue se posicionar de um jeito que eu nunca consegui em outras instituições assim, e tu dizer que tu está no lugar do trabalhador, a favor do trabalhador.” (SIU F, 2019). Favorecendo o diálogo quando há necessidade de contrapor uma intervenção com respaldo de uma concepção profissional:

[...] a partir do momento em que eu consigo, que o projeto ético político ele vislumbra uma sociedade mais justa, mais igualitária, pra eu eu possa alcançar isso de alguma forma, eu tenho que me colocar, ter meu posicionamento ético que firma o que que eu defendo, o que que eu acredito nessa profissão, o que que eu faço nesse trabalho, o que eu consigo desenvolver mostrar o meu posicionamento mesmo que isso vai contra o que a entidade acredita. (SIU E, 2019)

Entendendo que dadas as condições, o trabalho imprime controlar e até mesmo frear potencialidades da resistência “[...] a gente não pode misturar a relação dos filiados a questão profissional, [...] pra eu atender esse filiado, esse servidor eu não posso ficar dentro dessa caixinha. Se é uma questão política do sindicato, da entidade, eu não posso diferenciar[...]

(SIU E, 2019) da mesma forma, não se pode limitar ou desmerecer usuários pelo seu viés político: “[...]eu venho pra trabalhar pra categoria né! E dentro dos nossos usuários nós temos muitos usuários que não são por exemplo de esquerda, nós estamos vivendo um momento muito delicado[...]” (SIU C, 2019) momento esse que exige efetivar práticas educativas e ponderativas, conforme Vasconcelos (2015) expõe, com medições criativas, críticas e reflexivas com base na superestrutura legal e política que por meio de “[...]espaços de reflexão e ao mesmo tempo que eu consigo defender o meu ponto de vista e defender o que é o nosso projeto ético político e plantar essa sementinha.” (SIU D, 2019).

Destaca-se a compreensão do Projeto Ético-Político Profissional pautado numa direção anticapitalista e implicado com a emancipação humana. Numa união complexa, composta por diferentes causas que constitui o capitalismo, que segundo Vasconcelos (2015) profissionais assistentes sociais, que optam por um projeto profissional que apreende o movimento histórico, projetando possibilidades e tendências, através da crítica à economia política e suas correlações ao ser social que o trabalho determina a ação pautada no entendimento do comprometimento ético-político com a classe trabalhadora e elaboração teórico-metodológicas.

Dando sequência as formas como desenvolvem suas intervenções, é pontuado os procedimentos de metodologia de acolhimento qualificado “[...]a escuta do trabalhador, a identificação das principais demandas e da relação do adoecimento com o trabalho. De forma compartilhada com o trabalhador[...]”(MONTEIRO, 2016, p. 3) que no movimento teológico constrói com o usuário os processos causais, evidenciando as consequências do trabalho na vida dos sujeitos e as responsabilidades dos empregadores, como aborda o relato:

[...] quando há o desligamento, a gente passou a triagem pra mim, porque? Porque estava tendo muitas situações com desligamento por problema de saúde, e daí coube a mim analisar esses casos [...]O porque das doenças ocupacionais[...] principalmente saúde mental, não se resolve de uma hora pra outra [...]cabe ao assistente social, as orientações. (SIU F, 2019)

Segundo Monteiro (2016), esse atendimento humanizado e cuidadoso oferecido aos trabalhadores possibilita refletir sobre as consequências do caráter exploratório do sistema capitalista que denota o quanto o ambiente e os processos de trabalho são geradores de múltiplas formas de implicações que influenciam diretamente na vida laboral e emocional dos sujeitos onde a saúde da classe trabalhadora é encarada como uma mercadoria. Por isso que é

fundamental, implicar o usuário, valorizando-o, conforme aborda Silveira et all (2016) que aponta a reflexão como estratégia de fortalecimento coletivo para esse enfrentamento.

[...] todas as pessoas têm direitos: à vida, direito ao trabalho, direito a dignidade, enfim... o trabalho que é feito e o trabalho que eu tento propor é sempre valorizando a questão do envelhecimento com dignidade, entendendo que esse trabalhador que nesse momento está aposentado, ele é parte de uma história e que eles ainda, até o fim são agentes de mudanças e transformação social. (SIU B, 2019).

Responder com ações qualificadas às tendências da conjuntura em consequência a mutilação provocada pelo capitalismo impacta também na profissão e seus posicionamentos que não compartilha do mesmo projeto, nessa oposição segundo Vasconcelos (2015), o serviço social tradicional tem como prática, adornada pela ética liberal burguesa, a atuação sobre as demandas do mercado por meio do bom funcionamento social através de soluções ligadas à conflitos sociais de caráter individual. Em contrapartida, tem-se o movimento de reconceituação da profissão, ancorado nos anos 1960, ao qual busca apreender a dialética da realidade, dada suas formas ontológicas atribuindo amplitude política ao fazer profissional com compromissos democráticos e emancipadores (SANTOS, 2013)

Por isso compreende-se a necessidade de superar esta lógica de hiperindividualização do sujeito, tanto na esfera de sua culpabilização como de resolução. Ambas não podem ser compreendidas no âmbito estritamente individual como se preconiza no tempo presente. Sendo assim, se reforça a importância de um trabalho que supere a dimensão “individualizada” abarcando a perspectiva coletiva.

Trazer essa discussão é importante para apresentar as disputas existentes também na profissão, como questões latentes que demarcam as formas de trabalhar e, segundo Silva et all (2016) a contradição na forma de realizar o trabalho não se limita às relações com seus empregadores, mas também na forma de entender e utilizar métodos conservadores, como também de práticas capazes de impulsionar mudanças sociais.

Os rebatimentos promovidos pelas assistentes sociais no confronto das contradições do capital tem como um dos focos atribuídos a reforma trabalhista, pois, três das profissionais atendem entidades que representam que são diretamente influenciados pela nova configuração além de elas emergirem de contratos estipulados pela lei, embora esse item não tenha sido mencionado por elas. Assim, é retratado a

[...] importância do profissional assistente social com a questão da reforma trabalhista que tá vindo né, o quanto é importante a gente tá debatendo com os nossos trabalhadores, nossos agricultores e agricultoras e pra isso tu precisa ter um embasamento, tu também precisa ter uma direção também precisa, isso é fundamental né. (SIU A, 2019)

Nesse aspecto, a reorganização da exploração da classe trabalhadora que as diferentes representações do povo têm como discurso a necessidade de atualização de leis, assim, deputados já tiveram que “trabalhar na calada da noite” para aprovar projetos de lei, o que denota que algo está errado. Por isso que dialogar com a população e debater em conjunto os prós e contras, pontuando os interesses de “bancadas” e a diminuição de direitos já assegurados.

Segundo Vasconcelos (2015, p. 95), “[...] As reformas em si mesmas, quando não se constituem em processos a serem imediatamente postos em questão e superados, acabam caracterizando como ação contra revolucionária.” Ou seja, não se propõem de fato à solucionar a questão social latente e sim, mascarar seus propósitos, reduzir impactos para o capitalismo e dar continuidade a exploração, diminuindo as funções estatais especialmente ligadas aos direitos sociais.

Em consonância às ideias trazidas sobre o projeto ético-político do/a profissional assistente social, acredita-se que o mesmo ocorra por uma forma de construção coletiva que visa a emancipação humana e dialoga com a profissão e entidades imbricadas.

Um processo de **vivência que imprime sentido** e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma **consciência crítica desalienadora**, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação mas a uma forma específica que **leva à mudança e à transformação social**. (GOHN, 2011, p. 30-31)

O potencial e as conquistas já observadas na história da profissão e dos sindicatos indicam propósitos em acordo. No estudo da atualidade, o resultado real das reflexões e transformações possíveis através de grupos, as formas de organização e as construções que surgem do contexto de participação efetiva e que indica sentido a quem faz parte e constrói pontes, ao mesmo tempo que são influenciados pelos mecanismos do capital, através das novas mudanças no processo produtivo e de precarização introduzidas pelo capitalismo que

tem desarticulado os sujeitos, pois utiliza-se de diversos mecanismos de fragmentação das classes e a diminuição da solidariedade entre os trabalhadores.

Ao investigar como as assistentes sociais **definem o trabalho da(o) assistente social nesse espaço sindical** evidencia-se uma dificuldade em se chegar em respostas, pois ainda que se vivencie o espaço cotidianamente, por não haver parâmetros já estabelecidos, como o caso da saúde e da assistência, a reflexão sobre como considera compreender, conforme expõe Gama (2016) um complexo domínio apropriado sobre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política para manter um agir concatenando a teoria e a prática nas suas atribuições rotineiras, pertinentes ao âmbito de trabalho.

Assim, analisam-se as definições sobre o trabalho no espaço sindical a partir do olhar das entrevistadas e dos materiais da pesquisa bibliográfica no que concerne às características de aproximação.

Iamamoto (2015) conceitua que o trabalho das e dos Assistentes Sociais é composto pelo trabalho concreto que expressa a finalidade (valor de uso) ou utilidade do serviço prestado e o trabalho abstrato que expressa o valor de troca, que envolve o tempo de trabalhado para receber uma determinada remuneração. Os princípios e finalidades de execução dos serviços estão expressos no Código de Ética que tem como um dos eixos a garantia dos direitos dos usuários.

(...) nossa contratação para assessorar o movimento sindical [...] está diretamente relacionada com o conhecimento acumulado e adquirido, e as ferramentas capazes de possibilitar uma melhor compreensão do funcionamento da sociedade, principalmente, por meio de uma formação em Serviço Social com engajamento político. (SANTOS et all, 2016, p.7)

Tal área de atuação corrobora significativamente a traçar e estabelecer mecanismos com mais facilidade, pois, por tratar-se de um espaço de militância que visa buscar melhorias para a classe trabalhadora. “[...] por ser uma entidade que luta por direitos, então é uma ligação muito entrelaçada essas duas coisas [...] eu consigo na verdade levar pro servidor, pro trabalhador, a vigilância, a promoção de trabalho, alerta esse trabalhador [...]” (SIU E, 2019) Entendida, conforme o Manual de gestão da vigilância em saúde (2009), como um conjunto de atividades atribuídas à promoção, proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores originários das condições de trabalho. Desse modo, as profissionais colocam que seus

conhecimentos possibilitam “[...] a gente identifica que é um direito deste usuário[...]” (SIU C, 2019).

Faz parte também do “fazer profissional” a apropriação do direito, de forma a auxiliar na concessão, buscas e luta pelos direitos da classe trabalhadora. Se por um lado o Assistente Social atua na concessão e manutenção desses direitos, podendo inclusive integrar movimentos sociais de reivindicação e luta, por outro os direitos conquistados são também uma forma de apaziguamento entre dominantes e dominados. (ALVES, et all, 2016, p.5)

É apontado também o processo de mediação, que através dos conhecimentos e habilidades propõem-se a intervir no atendimento aos sujeitos que são seus usuários. Definir o próprio trabalho pode soar como algo assustador, mas interessante, pois introjeta repensar o que se entende e se projeta como uma profissão construída com a contribuição de diversas áreas, mas vinculada ao campo das ciências aplicadas e sociais. Uma das profissionais demonstrou bastante dificuldade em definir, relata trabalhar em conjunto com advogados e infere ser “[...] então, como é que nós, eu, o trabalho do assistente social como um:::[...] como é que eu me vejo aqui? como um possível mediador né[...].” (SIC C, 2019)

As questões de adoecimento no trabalho transitam em todos os espaços, mas ganham destaque em três deles pelo olhar das profissionais. Monteiro (2016) aponta as transformações do mercado de trabalho intensificam o desgaste físico e mental dos trabalhadores, tratando-os, muitas vezes, como “colaboradores”, essa estratégia têm sido criada com o intuito de aumentar a lucratividade do mercado e alienar a classe trabalhadora que é observado como prisma para definir como seu trabalho constitui-se:

[...] é um trabalho pensando no coletivo, [...] consigo botar em algo maior, e eu acho que transforma as relações das pessoas com trabalho e a visão delas de mundo [...] Mas eu acho que agente faz as pessoas a terem um pouquinho de pensar que o Bozo é ruim, o capitalismo é ruim, por mais que eu atenda pessoas que tenham condições financeira boas, elas têm, nesse quesito elas têm, mas elas consigam entender que mesmo que elas tenham condições de trabalho boas, o trabalho delas está adoecendo elas[...] (SIU D, 2019).

Percebe-se nas análises que muitas profissionais trabalham com o coletivo e com o sujeito de forma individual, mas que duas delas não conseguem conduzir o trabalho de forma mais coletiva e isso se dá por focar em problemas individuais, sendo pela forma de entender o espaço ou pelo curto tempo proveniente da contratação. E, na situação da outra entrevistada,

que relatou trabalhar na “[...] garantia o acesso às informações o acesso ao direito dele.” (SIU F, 2019) decorre da sobrecarga de trabalho, percebida no decorrer de toda sua explanação.

Uma das profissionais compreende como “[...] assim é um trabalho lá na base que a gente chama [...]” (SIU A, 2019) uma vez que essa profissional atende numa articulação com a política de assistência, diferente dos outros espaços, no que chama de - contraponto e subsídio das políticas públicas. Que corrobora com o entendimento de Faermann e Silva (2016), que descrevem suas atuações num formato similar ao da entrevistada formando alianças e acionando a rede de serviços para ampliar o campo de possibilidades na contribuição os direitos sociais.

Evidencia-se na fala de duas das entrevistadas que, segundo elas, nos movimentos sociais bem como nos espaços sindicais, especialmente em nível de sindicalização há preponderância de mulheres e também nas atividades que são propostas por elas. Dada conjuntura histórica de relações de gênero desiguais, a luta e organização das mulheres se sobressaem, não só aqui, mas na manutenção das políticas públicas, na responsabilização pelas famílias e esse protagonismo já instituído, por vezes controverso, que também aponta meios para realização do trabalho.

Segundo Baremlitt (2002), essa relação instituída dos estereótipos de gênero, por exemplo, empregam uma série de vícios e uma estaticidade que cumpre em algum estágio papéis históricos relevantes, abrindo para um olhar mais macro com hábitos, padrões, leis vigoram que ditam atividades sociais elementares à vida em sociedade, sendo ele efeito da atividade instituinte, ou seja, que gera algo dada sua característica dinâmica; o instituído transmite uma característica estática, estabilizada.

No trabalho, costuma-se requerer essa invariabilidade, seja na segurança dos contratos e também na realização efetiva das atividades “Acho que é um trabalho que tem potencial para acontecer, mas que ainda não está institucionalizado, ele ainda não está instituído, ele ainda é uma prestação de serviço.” (SIU B, 2019) não ser parte da equipe implica à assessoria propor caminhos e estratégias ao grupo que assessora, mas estar imbricado apenas à prestação esporádica projeta uma relação mais fragmentada.

Assim, observa-se que há uma demanda maior pelo psicólogo (já instituída em muitos desses locais), entendendo que ele vai manter a vinculação dos sujeitos ao local e que a profissional correlaciona ao instituinte (o assistente social) em oposição enquanto força

política que já carrega um papel instituído do saber, do comportamento, que responde aos interesses e necessidades da instituição.

O reflexo da reestruturação produtiva no trabalho de assistentes sociais apresenta-se nas medidas legais adotadas nos governos na perspectiva evidente do crescimento financeiro e produtivo através da diminuição dos direitos aos trabalhadores e reflete na forma da sociedade compreender e responder às suas necessidades, pois, a justificativa é feita através dos gastos sociais, refletindo na desigualdade aos diferentes trabalhos, qualificações e remuneração, através de uma pressão constante que despolitiza e separa as lutas. Apresentando-se de diferentes formas através das demandas que serão relacionadas no próximo subcapítulo e também nos processos de precarização relacionados pelas entrevistadas em seus processos de trabalho.

A efetivação do projeto profissional, segundo Vasconcelos (2015) deve ser considerada pelos efeitos do que se faz em cada ação proposta da práxis no movimento da realidade de forma sistemática e continuada com crítica e enriquecimento da subjetividade, delineando com propósitos e finalidades, cabendo ao mesmo, dominar a dimensão técnica operativa, mas não apenas.

### 3.3 DELINEAÇÕES ACERCA DO TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO ESPAÇO SINDICAL

Apreender os elementos teóricos, éticos e operativos do movimento do trabalho profissional exige um planejamento que observe as consequências da proposição, as alternativas não exploradas e o que resulta dos encaminhamentos. O processo de intervenção tem como objeto determinada(s) expressão da questão social, os meios de trabalho se refere ao arsenal técnico e operativo, que atua como elemento mediador, sendo que o produto expressa a finalidade.

A partir disso, o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, que tem como finalidade intervir nas relações sociais, contribui para a produção e reprodução das mesmas “é preciso analisar com profundidade as contradições que se ocultam ou se fetichizam na realidade para propor uma intervenção que tenha alcance e efetividade” (PRATES, 2006, p. 2).

Uma pesquisa realizada em 2008 por Santos e Noronha traz como resultados que as entrevistadas afirmaram utilizar os seguintes instrumentos no seu trabalho, em ordem decrescente: entrevista/encaminhamento/visita domiciliar e institucional; Reunião/grupo/sala de espera; Relatório/parecer/evolução. Considerando o espaço de trabalho diferenciado, buscou-se identificar quais os instrumentos utilizados habitualmente pelas profissionais para captar a essência e a lógica considerada por elas em suas atividades, conforme explicitado no quadro 11:

Quadro 11 – Instrumentos utilizados no trabalho das profissionais entrevistadas:

Instrumentos								
Grupo			Entrevista	VD				
Grupo		Acolh.	Entrevista	VD	VI	Relatório social	Parecer	Pesquisa
Grupo		Acolh.	Entrevista					Pesquisa
Grupo			Entrevista	VD	VI			
Assessoria			Direto					
Grupo	Projeto		Entrevista	VD				
		Acolh.	Entrevista	VD		Relatório		
*Acolh. - Acolhimento			**VD - Visita Domiciliar			***VI - Visita institucional		

Fonte: Sistematizado pela autora (2019).

O quadro foi pensado de maneira que fosse possível visualizar o arcabouço de instrumentos que as assistentes sociais referiram no momento da entrevista para, a partir dele, refletir sobre as potencialidades no que tange às habilidades de seu uso e manejo. Assim, foram considerados grupos, organização de projetos sociais, acolhimento, entrevista, visita domiciliar, visita institucional, relatório, parecer e pesquisa.

Como um dos desafios das profissionais, Iamamoto (2015) refere a relevância de possibilitar efeitos coletivos que permitam trazer para o centro dos debates a luta por direitos com ações orientadas por meio de ações que aproximem da vida desses sujeitos utilizando-se desse mero coágulo de tempo em que realiza-se o trabalho para atribuir coerência e caráter social.

Nessa perspectiva que **trabalhos em grupo** podem ser grandes disseminadores e materializadores de mudanças “como instrumento de trabalho, definindo a partir da presença simultânea de indivíduos em uma mesma atividade sócio institucional coordenada por um ou mais profissionais e que apresente período de duração, objetivo e metodologia [...]”(MOREIRA, 2013, p. 60 apud BRANDÃO, 2017, p. 4). Com um propósito em comum que visam refletir sobre processos de trabalho, sobre o capital, a realidade dos sujeitos, os impactos e permeando estratégias frente às dificuldades, vivenciando relações horizontais e correlatas.

Na medida em que a categoria, podendo entender o que está acontecendo poderá contrapor-se aos ataques “[...]é bem importante, poder discutir a conjuntura com as outras pessoas e às vezes dá uns quebra pau assim, mas não tem problema.[...]as orientações são importantes[...]” (SIU D, 2019). Exercendo e desenvolvendo ações multidisciplinares que possibilite ampliar a discussão nas questões referentes às condições de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores e repercussões das medidas do Estado aos sujeitos.

Uma das profissionais fala consonância com o conceito ampliado de saúde e dos seus novos modelos de gestão proposta por meio de “[...]roda de conversa, de palestras de e evento pra que agente possa levar o conhecimento sobre a vida dele funcional, os direitos no local de trabalho, sobre a saúde do trabalhador.” (SIU E, 2019) assim como, os grupos podem focalizar na valorização dos sujeitos com ações “[...]com família, grupos com idosos, oficinas para pensar a questão da história de vida, pra pensar a trajetória de aposentadoria, nesse sentido.” (SIU B, 2019). Colocado conforme à área e a demanda estabelecida, sendo esse instrumento que confere uma cultura correlata aos movimentos sindicais.

Como uma das competências da profissão que visa que conforme explana a lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 no art. 4º “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;” (BRASIL, 2012) a profissional que presta assessoria à uma das entidades

expressa a **organização dos projetos sociais**, num trabalho que configura-se em fortificar os resultados das ações, conforme relata:

Então a gente sentou e numa assessoria técnica, a gente conseguiu estruturar o trabalho social que eles realizam entender qual a dimensão social que eles tem nesse braço do sindicato (um braço político, um braço social) e nisso organizar através de programas e ter uma lógica de funcionamento. Então, agrupar as ações em programas e pra cada programa ter uma identidade para que eles consigam também levar uma informação melhor [...] (SIU B, 2019)

Verificar se o que está sendo proposto atende às necessidades, bem como as modificações necessárias e também, tendo um parâmetro amplo da realidade que está posta e as contradições inerentes. Dominar a historicidade a qual responde muitos interesses é apenas um dos importantes passos destacados pela Boschetti (2009), não perdendo de vista as necessidades dos usuários e como o resultado desse trabalho pode tomar rumos que visem a emancipação dos sujeitos.

Dentre os indicadores trazidos pela autora, são mencionadas as legislações que dialogam com a área do projeto, assegurar o que tange ao Estado (para que o sindicato não opere como provedor de demandas que não são de sua responsabilidade), a abrangência, as articulações, o valor de como configura-se e como é organizada a distribuição de gastos e o que está imbricado nesse propósito. Vislumbrando qual o impacto no vida das pessoas que participam, bem como, os aperfeiçoamentos necessários. Estando o profissional atento e apar dos jogos de poder existentes para contribuir com as necessidades dos sindicalizados (BOSCHETTI, 2009).

Na relação com o usuário, o **acolhimento** é considerado por três profissionais, numa correlação com processos observados de saúde e adoecimento. Segundo Monteiro (2016) nos diferentes locais se faz presente o acolhimento enquanto uma postura ética de escuta que reconhece o protagonismo dos sujeitos e se compromete com a ativação de redes. Assim, as entrevistadas não é explicitam como ocorre, apenas mencionam. A fundamentação vislumbra o panorama de prerrogativas que entende-se como necessárias ao desenvolvimento dessa ferramenta de trabalho.

A ideia do acolhimento como técnica a ser empregada nos processos de trabalho que os serviços desencadeiam nas suas relações com os usuários pode evidenciar contradições, divergências entre as necessidades postas e as possibilidades de intervenção permitindo, assim, a introdução de modificações no cotidiano dos

serviços em torno dos seus usuários. O acolhimento como técnica é etapa e não processo (KUHN, 2016, p.16)

A **entrevista** é indicada por todas as profissionais como o instrumento cotidiano que tange os atendimentos individuais. Segundo Lewgoy e Silveira (2007) tal instrumento requer uso de técnicas na sua condução, que se fundamenta pelos referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão. Sendo esse encontro entre sujeitos promissor a realização de intervenção em ações de atendimento ou acompanhamento. Tem como etapas o planejamento, a execução e o registro e como técnicas o acolhimento, o questionamento, a reflexão, a clarificação, a exploração, escuta sensível, apropriação e síntese integradora.

Conforme aborda (LEWGOY; SILVEIRA, 2007, p. 236), “[...] entrevista, aborda alguns dispositivos como a necessidade de conhecimento, a intencionalidade, o respeito pelos sujeitos e o modo de operacionalização do trabalho do assistente social.” Todas as profissionais relatam que a demanda ocorre de forma espontânea, vinda de diferentes formas que se coloca de forma relevante dada necessidade dos usuários, mas que requer construção de estratégias para que suas ações não se limitem a manutenção e respostas imediatas às causas.

As entrevistas são utilizadas como método nas **visitas institucionais**, podem potencializar as possibilidades de conhecimento da realidade, identificando os movimentos contraditórios das relações de poder e controle, os papéis a fim de levantar informações suficientes para dar aporte e embasamento ao que se desenvolverá. De forma parecida as **visitas domiciliares**, avaliadas as necessidades “[...] visa o conhecimento aprofundado do modo e condição de vida da população usuária, realizado diretamente no espaço de residência dos sujeitos, propiciando uma aproximação com o seu cotidiano e com a realidade sócio territorial” (CLOSS; SCHERER, 2016, p. 44).

Iamamoto (2015) refere que por conta das inúmeras demandas o trabalho executado torna-se por vezes precarizado, a/o profissional passa a intervir apenas na demanda imediata, contudo, a autora aponta que o Serviço Social tem um Projeto Ético-político. É importante se ter clareza desse projeto para que não se realize um trabalho com mera reprodução. A profissão tem uma formação para compreender a realidade a partir de visão crítico-analítica e a partir disso definir o direcionamento ético e político de suas ações.

Compreendendo que as profissionais entrevistadas têm seu trabalho ligado à temática de saúde do trabalhador e não haver um material que respalde sobre a condução das entrevistas no atendimento de saúde, trabalho e aposentadoria numa perspectiva ampliada, buscou-se materiais que contribuíssem, entendendo que cada espaço de trabalho elabora seus formulários de atendimento conforme base legal e fundamentação teórica no trabalho do assistente social que esteja em consonância com o direcionamento teleológico estruturado em acordo com as possibilidades laborais do local. Portanto, Fantini (2014) traz um debate com variáveis que colaboram no entendimento dos determinantes que estão diretamente ligados aos trabalhadores, conforme disposto no quadro 12:

Quadro 12 - Guia de variáveis para entrevista com o Trabalhador:

Categorias	O que contempla
Informações sócio demográficas	Sexo, faixa etária, cor/ raça, estado civil, existência e número de filhos, anos completos de estudo, região de trabalho na cidade;
Hábitos de vida	Uso de tabaco, participação em atividades de lazer, prática de e frequência de atividades físicas; (diferenças percebidas em momentos de angústia no trabalho)
Condição de saúde	Índice de massa corporal, presença de comorbidades identificadas por um médico (obesidade, lesão por esforços repetitivos/ distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/ DORT), depressão ou ansiedade, distúrbios do sono, lombalgia), transtorno mental comum (TMC), percepção de DME regional ou generalizada, satisfação com a capacidade de trabalho, auto avaliação do estado de saúde, auto avaliação da qualidade de vida; Aumento ou diminuição do peso; Condutas de violência.
Ambiente físico	Ruído, mobiliário, ventilação, temperatura, iluminação e recursos técnicos utilizados no trabalho.
Características do trabalho	Condição de trabalho, categorias ocupacionais, nível da ocupação, tempo de trabalho no local, desgaste, demanda física ou psicológica; Frequência de dor nos braços, pernas e costas; Como o trabalhador enfrenta a realização de suas tarefas: pressão de tempo, nível de concentração requerida, volume de tarefas, interrupção e necessidade de se esperar pelas atividades realizadas por outros trabalhadores.

O controle sobre o trabalho	Sobre o uso de habilidades e autoridade para tomada de decisões no trabalho
Apoio social	Apoio da chefia e dos colegas de trabalho, à aceitação pelos companheiros, à boa comunicação e relacionamento no ambiente de trabalho, e ao compromisso da gestão para com a saúde e segurança dos trabalhadores.
Aspectos psicossociais do trabalho	Demanda psicológica, controle sobre o trabalho e apoio social.
Atividade doméstica	Frequência semanal e tipo de atividades realizadas (cuidar de criança, da limpeza, cozinhar, lavar e passar roupa, ir ao supermercado, cuidar de idosos ou doentes na família).
Atividade extra	Outro trabalho e/ou estudos

Fonte: Artigo: Dor musculoesquelética e vulnerabilidade ocupacional em trabalhadores do setor público municipal em Belo Horizonte, Brasil. Sistematizado pela autora (2019).

Ao observar essas especificidades, é possível visualizar informações relativas às demandas trazidas pelas entrevistadas e relacionadas a seguir, percebendo pontos de buscas teóricas para auxiliar no trabalho. Ou seja, diz de um lugar e contexto ao qual pertence aquele indivíduo que está sendo atendido e dá sentido à sua história como também permite buscar respostas estratégicas de trabalho frente ao que está posto e abrange uma diversidade maior de informações para compor outros instrumentos.

É a partir desses diversos instrumentos que é possível construir um outro, o **relatório social**, feito ou destacado por apenas uma das profissionais entrevistadas. Segundo Sousa (2008) o relatório social pode referir-se a qualquer instrumento utilizado, serve como registro da ação executada e deve ser diferenciado conforme quem são as pessoas que possam acessar o mesmo. Deve ser escrito tendo muito claro o posicionamento ético e político a ser dado que vislumbre a garantia de direitos e a proteção de dados que não sejam coerentes ao caso, bem como, que possa expor o indivíduo. Assim, assistente social D (2019) relata:

[...] faço relatório social, tanto pra judicialização, tem situações que precisam de um relatório que mostra a situação da pessoa além da doença. Porque geralmente o

médico dá um laudo que explica só a doença da pessoa. E às vezes, é só essa a relação que explica de como o trabalho afetou as outras partes da vida da pessoa sem esquece, que a pessoa vive para o local. Então eu faço o relatório quando é necessário explicar assim, quando isso vai pra justiça ou [...], pro serviço de medicina do trabalho [...], que eles dão bastante atenção [...], então fazer o relatório pra eles é importante. Eles conseguem entender, às vezes, que o trabalhador precisa se manter afastado mesmo. (SIU D, 2019)

Sua descrição propõem que seja e que contribui de forma muito significativa para garantir direitos por uma via técnica com base nos conhecimentos da profissão, assim, Fávero (2016) relata que é um documento específico da profissão que traduz por meio da descrição à interpretação da situação e/ou expressão da questão social. No diálogo com o jurídico tem a finalidade de informar, elucidar e documentar os processos numa relação de proteção para fundamentar um laudo e/ou parecer.

Para realização do relatório social, segundo aponta Mito (2001), é preciso partir do estudo social, estabelecido por meio de um plano de trabalho e coleta de informações e junto às abordagens com o sujeito, realiza-se um exame minucioso, descrição e fundamentação que entende que a realidade social condicionou a sua história com peculiaridades econômicas, culturais, estrutura nacional e mundial que determinam e/ou condicionam as micro relações sociais.

Esse instrumento pode ser utilizado pelas demais profissionais que atendem casos quando, na relação com o jurídico possa constituir como ferramenta de acesso, garantia e ampliação de direitos, bem como, “[...] favorecer ações no âmbito macrossocial, sistematizando conhecimentos que subsidiem políticas sociais e integrando movimentos sociais e políticos voltados para a defesa da dignidade do ser humano.” (FÁVERO, 2012, p.8).

A partir desse material, o parecer social fecha uma exposição sucinta, conforme descreve Fávero (2016) com enfoque à questão social analisada e possíveis implicações na vida das pessoas envolvidas frente aos objetivos do trabalho demandado como conclusão de um laudo ou a uma consulta expressando a perspectiva do profissional sobre o fato analisado, apontando pontos de difícil entendimento e tem implicações éticas.

De diferentes formas o universo do trabalho coloca aos profissionais o estudo e investigação como uma constante para realização de ações com qualidade. Assim, a pesquisa social “[...]é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema[...].” (GIL, 2016, p. 1). Enquanto investigação sistemática (métodos e técnicas)

requer a partir de um problema, nesses casos advindos das demandas de trabalho, evidenciar e identificar as respostas que emergem da realidade e que contribuirão no desenvolvimento de intervenções.

Quando se considera que nesses espaços também há formulação de pesquisas que visam construir redes educativas articuladas para responder, minimamente, às necessidades sociais desses trabalhadores, não tem como deixar de lado o quanto a pesquisa contribui para o desenvolvimento social e econômico do país. Destaca-se aqui o desafio enfrentado no Brasil que conta com representantes não consideram a ciência e todos os resultados e progressos advindos da mesma em seu projeto de sociedade.

A Lei do Teto dos Gastos denota quando explicita os cortes do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC) que chega a 44%, conforme mencionado não tão amplamente pelas mídias, e fere drasticamente políticas, direitos e inovações pautadas na realidade como mais uma forma de enxugamento do que é público, limitando as informações que expressam os impactos e novas representações da questão social que é o conjunto de desigualdades indissociáveis da concentração de renda, de propriedade e do poder, que é verso da violência, da pauperização e das formas de discriminação ou exclusão sociais (IAMAMOTO, 2015).

Observou-se que cada uma das profissionais tem uma dinâmica de trabalho para responder ao objeto de trabalho e, ainda que o ponto de partida e referência para a presente pesquisa seja o espaço sindical, ele é diverso até mesmo na sua forma de articular junto às profissionais o que requerem do serviço social. Os acordos firmados como guias de trabalho são distintos e abre a profissional a possibilidade de realizar o que ela chama de conveniamento com a entidade, conforme explana pela profissional:

[...] as demandas são mais assim, são busca por hospital geriátrico que é um trabalho que a gente faz aqui na empresa mesmo, que daí entra um pouco do meu trabalho como assistente social que é essa orientação familiar para poder entender o momento do processo de institucionalização que essa família está vivendo e poder entender assim, como é que ele vai fazer esse processo, [...] nesse sentido eu sou uma conveniada deles pra fazer esse processo de orientação familiar. É diferente né?! P - É bem diferente! Mas está dentro do nosso trabalho! (SIU B, 2019).

Estes atendimentos a assistente social refere, faz fora de seu vínculo sindical, por busca espontânea pelo seu serviço particular após orientação no espaço ocupacional. Ainda

que surjam alguns desses atendimentos em decorrência da sua ligação com a entidade, não faz parte das ações que desenvolve com os mesmos.

Ainda no diálogo de processos de trabalho diversos, duas profissionais apontam **trabalhos de rede** que realizam e que muitos deles podem ser utilizados nas demais entidades, como uma potencialidade que emerge no compartilhamento de saberes e construção de recursos que permitem a democratização das informações e ampliam o leque de ações e direitos do trabalhador. O quadro abaixo dá destaque a esses serviços:

Quadro 13 - Rede de articulação do cuidado com o trabalhador referenciado por duas das entrevistadas:

Rede	
	Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST
	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMIT
	Tribunal Regional do Trabalho
	Escolas
	Conselhos Municipais

Fonte: Sistematizado pela autora (2019)

Especialmente os três primeiros, aglutinam potencialidades que referem-se aos trabalhos possíveis nos diferentes espaços, dado vínculo trabalhista dos sindicalizados. Sendo eles respectivamente: Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, atuam “[...]nos processos de prevenção, promoção, informação, vigilância e assistência à saúde dos trabalhadores[...]” (MONTEIRO, 2016, p.2) na luta por um trabalho que não adoça ou continue adoecendo através do coletivo; Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMIT atua na relação de empregados regidos pela CLT contribuindo a facilitar o cumprimento da obrigação prevista na Norma Regulamentadora 4 - NR-4 que dispõe sobre a gradação do risco das atividades realizadas; Tribunal Regional do Trabalho que está relacionado à ações oriundas dos vínculos de trabalho, como por exemplo: direito de greve, representação sindical, mandados de segurança, conflitos com jurisdição

trabalhista, indenização por dano moral ou patrimonial, penalidades administrativas, dentre outros. (TRF4, 2019). Dessa forma, a profissional apresenta que:

[...] eu faço sempre muito essa intervenção junto com o empregador, junto com o SESMT. A gente faz muito isso e isso aí acaba beneficiando muito e eu consegui muitos espaços nas empresas, na conscientização [...] o CEREST faz a intervenção junto [...]conseguimos grandes avanços com esses órgãos, além do[...]Tribunal Regional do Trabalho, tudo vinculado esse trabalho em rede, nossas ferramentas. Daí principalmente o acolhimento, como abordar e as devidas orientações, eu faço muito isso aí direto. (SIU F, 2019).

Outra profissional também infere sobre a necessidade de apropriação das NRs, mas a prática está associada ao estudo. Essa relação descrita pela assistente social contribui para as orientações e respaldos aos trabalhadores, ela indica também que a “[...] entidade te dá um espaço riquíssimo de informações, ele é multifatorial, muitos fatores, ramos digamos assim, principalmente na área dos conselhos, tudo mais isso aí, pena que a gente não tem perna pra ir além.” (SIU F, 2019) o que é ressaltado pela outra profissional que articula processos de rede ligados aos conselhos municipais. Num olhar voltado para o usuário agricultor, a entrevistada coloca:

[...] eu tenho uma atuação muito grande junto aos conselhos municipais de saúde, habitação, assistência social, COMDICA, [...] a gente considera a gente enquanto agricultor a gente ocupar esses assentos dos conselhos porque ali também é uma forma de estarmos deliberando e uma forma de estar buscando atender os agricultores nas mais variadas demandas. (SIU A, 2019)

Os conselhos objetivam a participação da sociedade na gestão de políticas públicas, pois presume-se que esta sabe como está o funcionamento na prática e, assim, tem conhecimento para identificar os méritos e déficits dos programas disponibilizados e melhorar o atendimento. Os conselhos fazem parte de uma organização social pública constituída de forma plural e paritária (estado e sociedade civil), cuja materialização ocorre de forma deliberativa e consultiva, dessa forma podendo formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. São, portanto o principal meio de participação popular solidificado nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal). E potente articulador junto aos sindicatos que dispõe cadeira para representação nesses espaços.

Ao referir esses espaços públicos de participação popular que se volta o olhar ao que é viável para subsidiar aos profissionais de serviço social. Pereira (2005) menciona que nessa fase de desproteção social vivenciada no país, que tem atacado espaços já instituídos e redefinindo o direito e o papel do Estado que coloca a população de forma geral em alerta. Aos tratar sobre os sujeitos que compõem os espaços sindicais, adentrando nas discussões sobre as **demandas identificadas pelas profissionais**, elaborou-se um quadro que reproduzisse o que é destacado pelas entrevistadas:

Quadro 14 - Demandas e estratégias relatadas pelas entrevistadas nos espaços sócio ocupacionais sindicais:

Demandas e estratégias				
Previdência	Assistência	Saúde	Promoção e prevenção	Jurídico
Questões diversas relacionadas a aposentadoria	BPC	População idosa: negligência, trajetória de vida, endividamento, , violência e abandono ao idoso; Orientação familiar	Orientação familiar; fluxos quando adoecido; Cartilhas; Prevenção de acidentes; Assédio moral; Uso de EPIs; Fluxo em caso de acidente; Laudos e atestados orientação; Trabalho infantil	Processos
auxílio doença, benefícios, acidente no trabalho, afastamento		convênio de saúde, saúde mental, uso de álcool e outras drogas (trabalhador ativo e aposentado)	Org projetos	judicialização

Fonte: Sistematizado pela autora (2019)

Perfazendo o tripé das políticas sociais em algum grau, todas as demandas remetem à trabalhar na provisão da garantia de direitos por meio da **Orientação** pois “[...]embora que é uma categoria diferenciada digo no sentido de ter um pouquinho de conhecimento, de não serem pessoas leigas, mas quando se trata do seu direito, elas se perdem[...]” (SIU E, 2019) Assim, por meio de informações e explicações sobre auxílios, benefícios, aposentadoria e outros, pautadas na lei é realizado um direcionamento ao usuário para que possa usufruir das concessões legais.

Em diálogo com o exposto, as profissionais destacam que os sindicatos representam em sua maioria um grande número de sindicalizados envelhecidos, mas não apenas. Essa perspectiva do olhar de longevidade da população aparece na fala das profissionais quando referem esses usuários sendo os mais recorrentes no campo de trabalho para a maioria, pois, conforme relata a entrevistada “[...]a entidade tem uma categoria bem ampliada de pessoas idosas[...]” (SIU E, 2019) e estando presente para todas as entrevistadas nesses espaços de trabalho.

Na velhice, segundo aborda Santos, et all (2017), junto aos limites do corpo e sociais a questão social origina-se da relação capital x trabalho decorrente de toda a trajetória de vida do sujeito. A entrevistada que trabalha no sindicato Rural realiza “[...] encaminhamento BPC Benefício de Prestação Continuada, muitas de demandas assim voltada a demandas da população idosa também, da questão muitas de negligência [...]” (SIU A, 2019) Caminho esse do reflexo da exploração, baixos salários, condições precárias variadas que impossibilita a satisfação das necessidades humanas.

A ressignificação da identidade dos sujeitos, como parte da construção histórica e social, podendo associar ao indivíduo prestígio ou não estereótipos e significações da cada cultura. Assim, surgem muitas questões relacionadas à saúde, maneiras simbólicas e reais de manutenção de atividades, como: novo emprego, prospecção de sonhos ainda não alcançados e sendo desconsideradas em situação de impossibilidade de saúde que preconiza a recuperação da mesma e ‘retira’ os conceitos estereotipados da carga pessoal do indivíduo e sociedade.

Os trabalhos realizados respondem à metas e manejo financeiro, práticas culturais, afetivas, sociais, de saúde e acessibilidades psíquicas e sociais, percebendo os limites e potencialidades dos grupos ou indivíduo, dependendo do atendimento proposto. No que tange o trabalhador ativo, as atividades de promoção e prevenção organizam-se em fluxos, cartilhas sobre suas demandas mais recorrentes:

[...] outra coisa que a gente faz lá, que é muito importante falar, elaboração de material científico, técnico sobre saúde do trabalhador, fluxos de organograma pro trabalhador que está adoecido, materiais pros trabalhadores de [...]prevenção de acidente de trabalho, cartilhas e assim a gente discute o programa dele, de saúde do trabalhador de retorno ao trabalho pra quem tá afastado[...] (SIU D, 2019)

Com vistas à refletir sobre os processos de trabalho visualizando formas passíveis de informação e acesso aos direitos com intervenções pautadas em significar, interpretar e compreender as relações e as necessidades dos sujeitos sociais com “...um conhecimento sempre provisório, parcial, histórico (relativo a um tempo e espaço sociocultural e historicamente determinado)” (Guerra, 2009, p. 5) com isso, conhecer a gama de imbricações inseridas no trabalho desses sujeitos e **organizar os projetos** o que se faz necessário para identificar as necessidades latentes mais atuais torna-se importante para mensurar e entender os resultados. Assim, a entrevistada relata:

[...] agrupar as ações em programas e pra cada programa ter uma identidade para que eles consigam também levar uma informação melhor, mas esse parar e olhar para a dimensão social foi um dos primeiros trabalhos, então é contribuir para que o sindicato se organize e perceba que ele tem essa dimensão social. (SIU B, 2019).

Segundo Couto (2009) a organização projeta as atividades para antever o posicionamento sobre os serviços prestados que podem fortalecer o status quo ou criar outras formas de se viver em sociedade que questione e reflita. Deste modo, o trabalho da assistente social visa-à apreensão pedagógica que possibilite perceber as contradições econômicas e político-ideológicas presentes na sociedade inerentes ao mundo capitalista.

Por reflexo dessa conjuntura torna-se muito difícil lutar contra o autoritarismo nas relações de trabalho que crescem de assédio, precarização, negligências, omissões que quando naturalizado acaba fragmentando e desmobilizando as lutas sociais. O código de Ética do Assistente Social traz como II princípio fundamental “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;” (BRASIL, 2012, p. 23). Com isso é trazido alguns exemplos de como reflete nos trabalhadores

Tem-se uma ideia de quando o trabalhador se afasta é fraude e ta muito forte isso no discurso do governo, então os [...] estão fazendo, eles vão lá e entram com recurso nos processo das pessoas que estão afastadas. É uma pressão para a pessoa tá ali te contando a vida dela, [...] eles são demitidos por justa causa por umas coisas que não tem motivo [...] e depois vai discutir na justiça. (SIU D, 2019)

A atual conjuntura de diminuição dos direitos sociais aos trabalhadores - de acordo com Ruiz (2013, p.38, apud FLORES, 1989, p. 126) “É comum que chamemos de direitos processos que não foram, ainda, reconhecidos em lei.” O Estado tem dado diversos limites

institucionais que perpassam desde a política pública a condições de trabalho digno, onde a violação de direitos é naturalizada por conta de uma dívida mal explicada e sem perspectivas de finalização. Assim, no que tange os processos, relatam com exemplos “[...] tu vai juntar laudos, atestados, [...] mas é via judiciária muito desses casos, [...]a gente complementa esses atendimento, essas orientações, essa documentação[...]” (SIU F, 2019)

Assim, criam-se formas próprias de reprodução e de resistência no enfrentamento cotidiano com os interesses da classe trabalhadora. É necessário estar atento e vigilante em relação a um cotidiano de trabalho que por vezes atropela alguns passos no sentido de atrasar proposições e/ou modificá-las pela dinamicidade provinda do espaço/tempo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais deste trabalho envolvem um conjunto de vivências que transversalizaram o processo durante toda graduação, bem como se consolida nesta representação material que é de alguma forma, a sistematização de todos estes percursos e aprendizagens. Assim, o processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso torna-se uma maneira de rememorar conteúdos, debruçar-se sobre outros e de certa forma, nessa busca “espontânea” por explicar didaticamente, consolida relações de significado e remete também ao constructo das vivências nos diferentes espaços oferecidos na universidade dos quais, serão salientados o estágio, a iniciação científica, o Programa de Educação Tutorial - PET, a representação discente e o Projeto de Vivências no Sistema Único de Saúde - VerSUS.

O estágio curricular obrigatório, compreendido como um momento de conexão entre teoria e prática que possibilita ao sujeito em formação vivenciar os reflexos da realidade, sejam eles enquanto questão social latente, formas de atendimentos, correlações de processos de poder, de contradições, de lacunas e limitações, mas também de potencialidades e amplitudes que variam conforme o espaço, os profissionais, as configurações das instituições, das políticas, dos sujeitos e das formas de perceber e lidar com as situações no conjunto das relações sociais.

A experiência junto à atuação sindical, que é essencialmente político e o foco na saúde do trabalhador em que se insere o serviço social, frente à criação de condições fundamentais ao desenvolvimento de ações que incidam na saúde dos trabalhadores, como um vigoroso

olhar que investiga e percebe as precarizações através de instrumentais técnico-operativos que mediam e potencializam a percepção acerca das necessidades do indivíduo, que vão desde a dominação da aplicabilidade dos instrumentais, elaboração de projetos, análise de dados e articulação dos meios de trabalho baseados nas condições reais da realidade do trabalhador com vistas a garantia de direitos.

A iniciação científica, realizada no grupo de pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais, como um espaço de aperfeiçoamento dos conhecimentos e prática de investigação colaborando para a apropriação sobre os processos constitutivos da pesquisa, principalmente no que se refere à coleta e à análise de dados, resultando numa contribuição expressiva para realização do presente estudo e o processo de formação profissional, compondo o tripé da universidade junto ao ensino e à extensão proporcionados pela mesma.

O Pet Participação e Controle Social em Saúde - PCSS na relação com petianos de diversos cursos, que proporciona aos estudantes conhecerem diferentes realidades para problematizar e pensar formas de intervenção a partir do olhar da sua futura profissão, considerando participação como forma para que os sujeitos de direitos se reúnam e reivindiquem, questione e sinta-se parte da construção de políticas, da efetivação e avaliação numa perspectiva política social. Disponibilizando tempo, estudo, debate e diálogo, construindo processos também de desalienação.

Buscando conhecer e compreender, para assim ampliar os conhecimentos, na interação com representação estudantil, inicialmente nas Reuniões de Departamento de Serviço Social, que motiva a participação na gestão do Movimento Estudantil do Curso - Centro Acadêmico de Serviço Social - CASS no trato de novas formas de vivências dos espaços de articulação coletiva.

O projeto VerSUS de estágio de vivências constituem conhecer as características do Sistema Único de Saúde - SUS, através da observação no dia a dia da rotina dos profissionais de saúde e realização de atividades complementares tutoriadas para debater as questões observadas no funcionamento considerando a visão ampliada do conceito de saúde, abordando temáticas sobre Educação Permanente em Saúde e especialmente, relacionando à aprendizagem significativa das questões intrínsecas à saúde.

Existe uma lógica pela qual os capítulos seguiram, de acordo com as categorias pesquisadas (trabalho, sindicatos, assistente social e/ou serviço social), sustentada pelo

diálogo entre identificação dos espaços sindicais de trabalhadores públicos e privados no RS (total de 1363) do qual contatou-se 223, realização de revisão bibliográfica do evento do CBAS (27 artigos) e entrevista em campo realizada com (seis profissionais) estudadas.

A primeira categoria referiu-se ao trabalho, o percebe através de vários olhares com uma discussão teórica seguida apontamentos culminados pelos artigos que compreendem e relacionam a conceituação em quatro artigos e abordam a construção do ser social, a “adequação” da produção neoliberal e a política de Estado numa transformação constante que direciona modos de vida.

O segundo capítulo foi composto pela categoria sindicatos, sendo evidenciado pela sistematização por meio do estudo em oito artigos que no processo de análise evidenciou uma relação histórica complementar da construção sindical nacional e internacional que como um importante mecanismo da classe trabalhadora reflete sobre a morfologia do trabalho e aponta diferentes momentos de ascendência e declínios, com características complexas e que são resultados de uma construção política, resistências e do capital. Aqui adentrou-se na discussão e entendimento do espaço sindical enquanto sócio-ocupacional que emprega diversas áreas, mas com foco no serviço social. Através da análise de três artigos que tratam sobre o caráter político revolucionário das entidades na relação dos limites e potencialidades imbricadas nesse contexto abrindo assim a discussão dos objetivos da pesquisa.

Buscou-se assim, investigar as particularidades do trabalho da(o)s assistentes sociais nos espaços sindicais públicos e privados com a finalidade de analisar similitudes e distinções entre a perspectiva pública e privada através da relação entre o trabalho desenvolvido e a direção ética e política defendida pelo Projeto da categoria profissional; Entendendo como as profissionais definem o seu trabalho no espaço sindical; Identificando as demandas atendidas e os instrumentos de efetivação das intervenções; E considerando as condições de trabalho do assistente social no espaço sindical.

Por meio das entrevistas e oito artigos foram incorporados ao terceiro capítulo uma caracterização das participantes que atribuem processos de educação continuada necessários ao seu fazer profissional, diferentes vínculos empregatícios com discrepâncias consideráveis de valor pago a sua hora de trabalho, uma relação com estudo de Druck (2011) sobre a precarização pertencente à realidade brasileira, somado ao pouco entendimento das entidades sobre a profissão que repercutem no sigilo e autonomia profissional.

Num processo de estímulo à possibilidade de resistência, em consonância a própria concepção de espaços sindicais no que tange o desenvolvimento do trabalho no diálogo com o PEP, consideram uma materialização privilegiada com vistas à emancipação, dada as disputas provenientes da conjuntura provocando relações de sentido.

Sobre a definição do trabalho do assistente social no espaço sindical foi possível identificar uma dificuldade em conceituar, fazendo relação com a mediação, de base e que garante acesso aos direitos tratada sua forma relacional de vínculo empregatício que corrobora ou enfraquece as ações e resultados. Nas considerações sobre os instrumentos, de forma geral abordam os grupos como disseminadores e materializadores de suas ações em contrapartida, o posicionamento através do relatório social, utilizado por apenas uma profissional que demonstra-se como um mecanismo de relevância e trabalhos em rede, ainda que comuns à profissão na relação direta em trabalhos com as políticas sociais, pouco utilizado nos sindicatos.

As demandas e estratégias são evidenciadas com similitude em algum grau, numa relação com o tripé da seguridade e apresenta destaque ligado aos idosos, contudo a assistência só é atendida em uma das entidades. As técnicas de trabalho estão vinculadas especialmente à promoção e prevenção. Nas diversas ações, a orientação relacionada aos direitos é o elo de provisão dos eixos de trabalho.

A contribuição do trabalho tem como expectativa além de contemplar a categoria de assistentes sociais, especialmente aos que trabalham em sindicatos e que venha ser referência na busca de dados alusivos ao trabalho das assistentes sociais inseridas no espaço sindical, mas também para as entidades em si, que singularmente as provoca no sentido de vislumbrar o aporte dessa relação profissional na identificação de novas estratégias frente às expressões da dicotomia capital x trabalho que resulta em expressões da questão social vigentes na sociedade.

É um estudo de relevância aos processos da academia porque dissertam sobre um campo de trabalho considerado novo, ao passo que foram encontradas apenas seis profissionais num quadro amostral significativo e é considerado, dada relação da profissão com a compreensão dos objetivos sindicais de trabalhadores, uma união que se propõem ser um potencializador social e político de projeções sociais junto aos trabalhadores na defesa de um projeto de sociedade em consonância com o PEP.

No que se refere à produção teórica percebe-se uma escassez de discussão sobre o papel sindical e sua relação com o Serviço Social, sendo ele mencionado num número significativo de artigos, mas tendo explanação em 52 textos, numa comparação com 2684 trabalhos analisados nos eventos CBAS 2016 e ENPESS (2018) que são os eventos mais recentes realizados. Sendo que dos trabalhos que seguem para análise mais profunda, apenas quatro são provenientes do trabalho de assistentes sociais em sindicatos o que pode evidenciar a falta de acesso à informação da potencialidade do campo de trabalho nos espaços sindicais.

E considerando o objetivo geral que ativa o estudo, no decorrer do mesmo percebe-se que as similitudes e distinções entre a perspectiva pública e privada no que tange a relação entre o trabalho desenvolvido e a direção ética e política defendida pelo Projeto da categoria profissional destaca-se especialmente no que se refere às referências legais (vínculo do trabalhador/usuário), mas as demandas atendidas são similares. Contudo há instrumentos que não ganham espaço até então pela maioria das profissionais desses locais de trabalho que ganham destaque por outras com grande potencial nas intervenções. E considerando as condições de trabalho do assistente social no espaço sindical, as transformações que ocorrem no trabalho direcionam os modos de vida, com isso a construção histórica do movimento sindical se dá em resposta à morfologia do trabalho. Os sindicatos buscam prezar pelos direitos de seus funcionários, mas a complexidade da totalidade não possibilita ater-se a todos as precauções dada realidade do país.

Assim, o estudo possibilitou a autora ampliar a compreensão das possibilidades laborativas dentro do espaço sindical, pois, conforme foram sendo realizados os estudos, as entrevistas e reunidas às informações, foi possível remeter a discussões que ainda não haviam se consolidado. Houve conteúdos que somente através da dinâmica de análise que de fato denotaram sentido, contribuindo até mesmo para localizar internamente e nos conteúdos apreendidos no decorrer do curso, as diversas peças desse quebra-cabeça que a constitui como profissional que aqui encerra um ciclo.

A formação é composta, assim como a vida de maneira geral, de experiências e aprendizados e ambos só ganham o devido resultado e decanto com o tempo. Pesquisar, sistematizar e produzir sobre essas categorias no decorrer desse estudo possibilitou um conhecimento mais aprofundado da temática além de instigar um olhar atencioso aos trabalhadores que são explorados cotidianamente e mesmo assim prezam resoluções

consequentes de suas ações laborativas e muitas vezes não identificam esses e outros coletivos como capazes de compreender a complexidade contemporânea e se opor ao sistema.

A realidade é mais complexa do que pode ser condensada em um único trabalho, a relação do individualismo com as ações coletivas são recorrentes em todo o processo investigativo e podem ser entendidas como fruto das relações humanas no contexto do capital e que, por vezes, como produto, não deixa como herança um projeto que não seja nominal. É emergente a revitalização dos organismos de classe que unifique o conjunto de trabalhadores, sejam eles público ou privado, em todas suas esferas, num resgate do sentido de classe e articulando a aproximação com as lutas sociais.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Dimensões da Precarização do Trabalho Ensaio de Sociologia do Trabalho**. 1. ed. Bauru - SP: Canal 6, 2013.
- ALVES, S. de A. et al. ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: a práxis profissional desde o materialismo histórico-dialético. In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais Congresso Brasileiro de Assistente Social - CBAS, 2016.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**. 5<sup>o</sup> ed. São Paulo - SP: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES RICARDO. Trabalho. In: CATTANI, ANTONIO DAVID E HOLZMANN, L. (orgs) (Ed.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Zouk ed. Porto Alegre - RS. p. 432–437.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5<sup>o</sup> ed. Belo Horizonte, MG. Disponível em: <[http://repcursos.unasus.ufma.br/tutores\\_20142/repositorio/modulo2/pdfUnid1.pdf](http://repcursos.unasus.ufma.br/tutores_20142/repositorio/modulo2/pdfUnid1.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- BASTOS, M. F. P. AS IMPLICAÇÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE A SAÚDE DO/A TRABALHADOR/A-ASSISTENTE

SOCIAL. In: ANAIS CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAL - CBAS 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE

BAUMGARTEN, MAÍRA; HOLZMANN, L. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA. In: ORG. CATTANI, DAVID; HOLZMANN, L. (Ed.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2° ed. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2011. p. 315–319.

BOBBIO, NORBERTO; MATTEUCCI, NICOLA; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1986.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília - DF, p. 1–18, 2009.

BRANDÃO, V. M. P. **Dialogando sobre Grupos.**, Material didático, UFRGS, 2017.

BRASIL. Decreto 5452 Consolidação das Leis do Trabalho1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/de15452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/de15452.htm)>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. LEI 13467 DE 13 DE JULHO DE 20172017. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-13467-2017.htm>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. **D19770**. 1931. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D19770.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D19770.htm)>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRASIL. **L n°6019**. 1974. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6019.htm)>. Acesso em: 3 jul. 2019.

BRASIL. L11.648 Centrais Sindicais2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm)>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social\* Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. LUTAS PELA SAÚDE: contribuição do assistente social na assessoria aos movimentos sociais. In: 15° CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAL 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE

CARDOSO, D. Q.; SILVA, L. M. L. Da. Intervenção dos Profissionais de Serviço Social no

Conselho Municipal de Saúde do Município de Paraty - RJ. In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

CASTANHO, W. **Afinal, Para Que Servir O Sindicalismo? Café Da Manhã podcast.** 2019. Disponível em: <<https://player.fm/series/cafe-da-manha/afinal-para-que-serve-o-sindicalismo>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

CATTANI, ANTONIO DAVID; ARAÚJO, S. M. Sindicatos - Sindicalismo. In: ORG. CATTANI, DAVID; HOLZMANN, L. (Ed.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia.** 2º ed. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2011. p. 335–340.

CLOSS, T. T.; SCHERER, G. A. **Libertas : Revista da Faculdade de Serviço Social - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFJF.** [s.l.] : Univ, 2001. v. 17 Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18528>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo - SP: Cortez, 2010.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** São Paulo - SP: Cortez, 1985.

DELGADO, M. G. DIREITOS FUNDAMENTAIS NA RELAÇÃO DE TRABALHO. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais,** Vitória - ES, v. 0, n. 2, p. 11–40, 2007. Disponível em: <<http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/40/38>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil: uma proposta de construção de indicadores. **Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade do CNPq,** Salvador, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000191&pid=S0103-4979201100040000400010&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000191&pid=S0103-4979201100040000400010&lng=pt)>. Acesso em: 3 jul. 2019.

DRUCK, G. TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios? **Caderno CRH,** Salvador, v. 24, p. 37–57, 2011.

FAERMANN, L. A.; SILVA, C. F. BUROCRACIA E SOCIEDADE: implicações no Serviço Social. In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

FANTINI, A. J. E.; ASSUNÇÃO, A. Á.; MACHADO, A. F. Dor musculoesquelética e vulnerabilidade ocupacional em trabalhadores do setor público municipal em Belo Horizonte,

Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 19, n. 12, p. 4727–4738, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232014001204727&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001204727&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 2 jul. 2019.

FARIAS, N. R. G. O SINDICALISMO NO TEMPO. In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

FÁVERO, E. T. O estudo social na perspectiva dos direitos. In: XX SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL 2012, Córdoba - Arg. **Anais**. Córdoba - Arg

FÁVERO, E. T. O Estudo Social—fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: **CFESS (org.). O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. [s.l: s.n.].

FERNANDES, R. M. C. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas - SP: Papel Social, 2016.

FERRARI, T. O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo \* Uma, Giovanni Alves \*\* Uma Nova Análise. **Puc-SP**, São Paulo - SP, 2001. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_livros3.pdf](http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v8_livros3.pdf)>. Acesso em: 1 jul. 2019.

GAMA, D. dos P. TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: a intervenção profissional do assistente social frente às novas demandas para a saúde no neoliberalismo. In: ANAIS CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTE SOCIAL - CBAS 2016, Olinda - PE. **Anais**. Olinda - PE

GIAQUETO, A. et al. REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. In: ANAIS CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTE SOCIAL - CBAS 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. [s.l: s.n.].

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais na contemporaneidade \* 1 MARIA DA GLÓRIA GOHN A RELAÇÃO MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO**. Caxambu - MG. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

HOLZMANN, LORENA; PICCININI, V. FLEXIBILIZAÇÃO. In: ORG. CATTANI,

DAVID; HOLZMANN, L. (Ed.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. . 2º ed. Porto Alegre - RS: UFRGS, 2011. p. 196–199.

IAMAMOTO, M. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo -SP: Cortez, 2015.

JÚNIOR, R. P. F. Trabalho e Serviço Social: reflexões à luz da ontologia do ser. In: ORG. LOURENÇO, E. ângela de S. (Ed.). **Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e Serviço Social: Estudos da Relação Trabalho e Saúde no Capitalismo Contemporâneo**. Papel Soci ed. Campinas - SP. p. 389–405.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 233–251, 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2315>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

LIMA, S. L. R. D.; MATIAS, L. D. S. L. REBELIÃO DE BASE: A GREVE DE 2012 DOS OPERÁRIOS NAVAIS DE NITERÓI. In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

LUSA, M. G. POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO ALAGOANO E A RESISTÊNCIA QUILOMBOLA E CAMPONESA FRENTE À EXPLORAÇÃO CAPITALISTA. In: 2013, São Luis do Maranhão. **Anais...** São Luis do Maranhão Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesastematicas/osemiari-doalagoanofrenteacrisedocapital.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2019.

MACIEL, A. lúcia S.; FERNANDES, R. M. C. **Requisições para o trabalho dos assistentes sociais**. Porto Alegre - RS: Graturck, 2009.

MAIO, I. D. S.; REIS, T. P. A GREVE DE 1984 DOS TRABALHADORES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ Contribuição à memória das lutas na Ditadura Militar (1964-1985). In: 2016, Olinda - PE. **Anais**. Olinda - PE: Anais 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

MARCONSIN, C. A GÊNESE DOS DIREITOS DO TRABALHO E AS BASES DA

QUESTÃO SOCIAL. In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

MARX, K.; TRADUÇÃO DE RUBENS ENDERLE. **O capital: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital.** São Paulo - SP. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod\\_resource/content/1/MARX%2C Karl. O Capital. vol I. Boitempo..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf)>

MATOS, M. C. **Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica.** FAPERJ ed. Rio de Janeiro - RJ. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZK2736DP7w8MI96Qb63f.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

MATTOS, M. B. **O sindicalismo brasileiro após 1930.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MERIGO, C. **Mamilos 107 - Reforma Trabalhista.** [s.l.] : PodCasts B9, 2017.

MINAYO, M. C. de S. (org. . **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis - RJ. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

MIOTO, R. C. T. Perícia Social - proposta de um percurso operativo. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Cortez ed. São Paulo.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO M<sup>a</sup> LÚCIA. **Estado, Classe e Movimento Social.** 3º ed. São Paulo - SP: Cortez, 2011.

MONTEIRO, C. L. O SERVIÇO SOCIAL E O ACOLHIMENTO EM SAÚDE DO TRABALHADOR. In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Transformations.in.Society.and.New.Barbarism,** São Paulo - SP, v. 111, p. 413–429, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a02.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

OLIVAR, S. M. P. O campo político da saúde do trabalhador e o Serviço Social The field of policies related to workers' health and Social Services. [s. l.], v. 102, p. 314–338, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n102/a07n102.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

OUTHWAITE WILLIAM, BOTTOMORE TOM. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro - RJ: Zahar, 1996.

PEREIRA, P. A. P. **Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional**. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7287/1/ARTIGO\\_FromacaoServicoSocial.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7287/1/ARTIGO_FromacaoServicoSocial.pdf)>.

Acesso em: 2 jul. 2019.

PRATES, J. C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa Perspectiva Dialético Crítica de Inspiração Marxiana. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1–8, 2006. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/948>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

PRÉDES, ROSA. CAVALCANTE, G. A Precarização do Trabalho e das Políticas Sociais na Sociedade Capitalista: Fundamentos da Precatização do Trabalho do Assistente Social.

**Revista Libertas**, Juiz de Fora , p. 1–24, 2010. Disponível em:

<<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18195/9446>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, [s. l.], n. 107, p. 420–437, 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300003&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 1 jul. 2019.

ROSA, L. B. P. D. O DIREITO NA SOCIEDADE CAPITALISTA impactos para a classe trabalhadora e desafios para o serviço social. In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

SALDIVA, P. H. N. et al. Gastos públicos com saúde: breve histórico, situação atual e perspectivas futuras. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 32, n. 92, p. 47–61, 2018. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142018000100047](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000100047)>.

Acesso em: 25 jun. 2019.

SANTOS, M. F. dos et Al. Velhice e Questão Social. Qual Relação? In: TEIXEIRA, S. M. (Org). (Ed.). **Envelhecimento na sociabilidade do Capital**. . Campinas: Papel Social, 2017.

SANTOS, D. C. D. S.; BENEVIDES, M. K. T. ENTRE A PROFISSÃO E A MILITÂNCIA:

Assistentes sociais no Movimento Sindical Rural de Pernambuco. In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais 15° Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

SILVEIRA, M. F. et al. A INTEGRAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO MOVIMENTO SINDICAL: espaço de discussão sobre precarização do trabalho e saúde. In: 15° 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

SOUSA, C. T. De. Emancipação. In: **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa. p. 119–132.

SOUZA, DAVISSON CANGUSSU; TRÓPIA, P. V. O Protagonismo Metalúrgico no Sindicalismo Brasileiro. In: ORG. SOUZA, DAVISSON CANGUSSU; TRÓPIA, P. V. (Ed.). **Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo**. . Belo Horizonte - MG: Fino Traço, 2012. p. 13–46.

VALE, M. R. (Des) caminhos da Organização Sindical Do “Novo Sindicalismo” à Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS). In: 2016, Olinda - PE. **Anais...** Olinda - PE: Anais 15° Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2016.

VASCONCELOS, A. M. **A/O Assistente Social na luta de classes: projeto profissional e mediações ...** - Ana Maria de Vasconcelos - Google Livros. 1. ed. São Paulo, 2015

WUNSCH, P. R. **Sindicalismo e Reestruturação Produtiva no Brasil: Desafios da Ação Sindical dos Metalúrgicos de Caxias do Sul/RS**. 2. ed. Bauru - SP: Canal 6, 2013.